



RELATÓRIO DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

Pesquisador: Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello
Orientador: Jawdat Abul-el-Haj

Sumário

Execução do Plano de Trabalho.....	03
Publicações.....	04
Relatório de pesquisa.....	04
Referências.....	47
Anexos.....	54

Execução do Plano de Trabalho

O estágio pós-doutoral ocorreu entre os meses de janeiro de 2020 e janeiro de 2022. Esse período constitui uma extensão do cronograma inicialmente proposto. A extensão de prazo, combinada com o orientador, se deu em virtude da pandemia de covid-19, iniciada em março de 2020, que impôs restrições às atividades de pesquisa, mas não impediu sua realização e nem a publicação de artigos científicos e capítulos de livro com reflexões feitas no contexto da pesquisa.

A **disciplina sobre políticas públicas** e desenvolvimento rural, em acordo com a coordenação do PPGPP, será ofertada em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e o Mestrado em Serviço Social no semestre vindouro, respeitando a demanda dos alunos e a fila de optativas dos cursos. O **seminário sobre políticas públicas e questão agrária** no Brasil será realizado em setembro de 2022 em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará. A proposta de **dossiê sobre questão agrária no Brasil** contemporâneo foi apresentada à Revista Conhecer que indicou sua ampliação temática no sentido de contemplar também as questões indígena e ambiental. A publicação da chamada de artigos ocorrerá ainda neste ano e a publicação do dossiê, que será organizado em parceria com Dibe Ayoub, professora de antropologia da Universidade Federal Fluminense, ocorrerá em agosto de 2023. O relatório final desta pesquisa de pós-doutoramento foi enviado como trabalho para o Encontro Nacional ANPOCS 2022.

Publicações

- a) CAMPOS, Marcos Paulo. Conciliação, disputa e residualidade: A reforma agrária no Brasil durante os governos do PT. **Revista Historia Agraria**, v. 1, p. 239-268, 2021;

Link: <https://doi.org/10.26882/histagrar.084e02c>

- b) CAMPOS, Marcos Paulo. O lugar do ecletismo teórico-metodológico na pesquisa contemporânea sobre movimentos sociais. **Revista NORUS – Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, p. 178-205-205, 2021;

Link: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/22064>

- c) CAMPOS, Marcos Paulo. Agricultura, biotecnologia e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. 104-5, 2020;

Link: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GBFGKQrm4Y9rP8R5LV9r96r/?lang=pt>

- d) CAMPOS, Marcos Paulo. Ecletismo metodológico em pesquisa sobre movimentos sociais. In: GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org.). **A prática da pesquisa artesanal: instrumentos, estratégias e narrativas**. Curitiba: CRV, p. 169-191, 2021.

- e) BEZERRA, Gabriela; VIEIRA, Márcia; CAMPOS, Marcos Paulo. Estratégias partidárias das oposições de esquerda nas capitais brasileiras em 2020. In: SILVA, Emanuel Freitas da (Org.). **Eleições municipais de 2020: cenários, disputas e resultados políticos**. Fortaleza: EDMETA, p. 31-56, 2021.

- f) CAMPOS, Marcos Paulo. O mundo do trabalho. In: SALES, Telma; SANTOS, Carlos; FREITAS, Jerfson (Org.). **Lives: mundo do trabalho na pandemia**. Sobral: Ed. Sertão Cult, p. 39-52, 2021.

As Mudanças na Política Pública de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural no Brasil Pós-Impeachment de 2016

O relatório aqui apresentado discute as tendências mais recentes da política agrária brasileira estabelecidas nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Esses presidentes sucederam os mandatos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) que foram interrompidos pelo questionável impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os governos Temer e Bolsonaro constituem uma conjuntura de desdemocratização (TILLY, 2013) na qual significativas modificações nas políticas públicas para o campo implicaram em redução do acesso à terra, do desenvolvimento dos assentamentos rurais e dos programas de fortalecimento da agricultura familiar.

O ecletismo teórico-metodológico (BOURDIEU, 2004) orienta este relatório na busca de compreender a desdemocratização brasileira com os seguintes métodos: análise de conteúdo dos documentos governamentais e partidários; acompanhamento de notícias em periódicos nacionais; estatística descritiva; entrevistas com agentes de movimentos sociais e sindicais do campo; e leitura de analistas da questão agrária, da conjuntura política e da democracia contemporânea. O texto a seguir está organizado em três seções. A primeira apresenta as balizas histórico-conceituais, a segunda discute a política agrária nos governos do PT e a terceira analisa as implicações dos governos Temer e Bolsonaro para a intervenção estatal no campo. As conclusões apontam que a política agrária posterior aos governos petistas se consorcia ao processo mais amplo de desdemocratização do país por promover a concentração privada (legal e ilegal) de terra, desmontar as capacidades estatais (BOSCHI, 2007) das políticas públicas para a agricultura familiar e encerrar o diálogo com os movimentos sociais do campo.

1. Democratização, desdemocratização e questão agrária: bases histórico-conceituais

Os processos de democratização em diferentes sociedades conjugam quatro características: aumento das condições de participação política (DAHL, 1971), tendência redistributiva (PRZEWORSKI, 1985), ampla legitimidade do conflito político (CHAUÍ, 1989) e responsividade estatal às demandas populares (TILLY, 2013). Esses processos, no entanto, não são lineares. Charles Tilly afirma que as democracias atuais não podem ser percebidas como vias de mão única em direção à realização plena de

direitos e cidadania porque há evidências empíricas de que situações de democratização podem ser revertidas em processos ditatoriais ou outras formas de cerceamento da liberdade. A democratização seria como outros processos políticos de amplo escopo cujo traçado histórico não se assemelha a uma linha reta com início e fim definidos. Nesse sentido, Tilly corrobora com Hendrik Spruyt (1994) que analisou a formação do Estado-nação moderno e propõe entendê-la por meio de seus conflitos políticos constitutivos, considerando que outros destinos históricos estavam à disposição de diferentes formações sociais europeias. Os casos da França, da Liga Hanseática e das cidades-Estado italianas, segundo Spruyt, seriam exemplares da inexistência de um desenvolvimento unilinear para as formações sociais pós-medievais. O Estado moderno está alicerçado nos princípios da hierarquia interna e da autonomia externa que resultaram das disputas políticas do período mais tardio da Idade Média, mas não foram o rumo inevitável daquele processo político porque nem todas as sociedades europeias se mobilizaram em direção à soberania e à regulação territorial.

A rejeição de perspectivas lineares para o entendimento da democracia e dos conflitos políticos constitui o alicerce do conceito de desdemocratização que, neste relatório, significa “um movimento líquido na direção de consultas mais estreitas, mais desiguais, menos protegidas, e menos mutuamente vinculantes” (TILLY, 2013, p. 73). Aqui também se admite, ratificando o pensamento de Tilly, que a reversão de processos democratizantes apresenta “maior direção do governo central do que a democratização” (2013, p. 72). Nesse sentido, a sociologia tillyana aqui mobilizada se preocupa em compreender por quais meios um regime se movimenta em direção a maior ou menor grau de democracia, ou melhor, por quais meios o Estado desdemocratiza a sociedade. Essa preocupação, quando voltada à questão agrária no Brasil contemporâneo, significa analisar como a intervenção estatal no campo participou de um processo mais amplo de enfraquecimento substantivo da democracia brasileira, iniciado no contexto do impeachment de 2016 (SANTOS, 2017).

O potencial democratizante (ou não) das respostas políticas para a questão agrária marcam o desenvolvimento capitalista moderno e brasileiro. Segundo José Eli da Veiga (1981), o reordenamento fundiário como resposta política à questão agrária se tornou um tema significativo nas sociedades em que emergiram grandes massas de lavradores impedidos do acesso à terra. Isso se confirma nos três momentos-chave da questão fundiária na história ocidental, situados na Roma do século II a. C., no período

medieval e na Revolução Francesa. Nessa última, se percebe que a desconcentração da propriedade de terras por meio do reordenamento fundiário é uma medida fundamental ao desenvolvimento capitalista moderno (HOBSBAWN, 1983; MARTINS, 1994). O caráter não espontâneo e planejado, associado à contrariedade de interesses poderosos, faz a reforma agrária ser “resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, limitada por essas mesmas pressões” (VEIGA, 1981, p. 8). Ou seja, para analisar a desconcentração fundiária como uma política agrária é preciso considerá-la como uma mudança que costuma resultar de conjunturas conflitivas (FIGUEIREDO, 1993), apesar de ser justa, democratizante e inclinada à eficiência econômica da propriedade da terra.

A reforma agrária nos Estados Unidos da América é o caso mais significativo em sociedades capitalistas que passaram pela colonização. Em 1862, o governo do presidente Abraham Lincoln estabeleceu o *Homestead Act* e assegurou a distribuição de terras no oeste estadunidense de forma quase gratuita, na proporção de 160 acres (cerca de 64 ha) por família. A aprovação da lei agrorreformista ocorreu como um segundo momento da política de terras nos E.U.A. e expressou “os dilemas de constituição e afirmação do Estado Nacional e a expansão e consolidação do capitalismo norte-americano” (GUEDES, 2006, p. 11). Inicialmente, a política agrária estadunidense buscou levantar recursos pela venda de terras públicas em busca de capitalização frente à crise financeira deixada pela Guerra de Independência (1775-1783). Essa política foi mal sucedida porque inflou o preço das terras. A mercantilização fundiária sofreu oposição de Thomas Jefferson e de outros líderes da independência que defendiam uma economia agrícola baseada na pequena propriedade familiar e numa política de terras volta ao interesse público. As postulações de Thomas Jefferson demoraram quase um século para se tornarem lei nos E.U.A. devido à oposição das regiões Leste e Sul. A promessa de alta produtividade das terras do Oeste era percebida como uma ameaça à liderança econômica dos fazendeiros das outras regiões. A eleição de um republicano abolicionista e o contexto de uma guerra civil condicionaram o estabelecimento de uma política de redistribuição de terras favorável à pequena e à média produção agrícola sob a liderança dos industriais do Norte.

A formação da República no Brasil foi a própria via de impedimento ao agrorreformismo (LYNCH, 2014) e nem mesmo a abolição da escravatura em 1888, ocorrida no último ano do regime monárquico, representou a possibilidade de que os libertos assumissem a condição de pequenos produtores rurais. Isso porque, em 1850,

foi promulgada a Lei de Terras que cristalizou o mecanismo de compra e venda como a forma exclusiva para a obtenção de glebas no país. Como diria José de Souza Martins, “o modo como se deu o fim da escravidão foi, aliás, o responsável pela institucionalização de um direito fundiário que impossibilita desde então uma reformulação radical de nossa estrutura agrária” (2000, p. 102). Em sentido oposto à experiência estadunidense, as oligarquias rurais brasileiras viram o republicanismo como um caminho de contenção da redistribuição fundiária num momento em que os líderes monárquicos gozavam de prestígio entre as massas libertas e se inclinavam a promover tanto a indenização dos ex-escravos como a realização de uma reforma agrária com o uso das terras devolutas e circundantes das estradas (LYNCH, 2014). A questão agrária no Brasil, portanto, se constituiu como problemática da democratização e como herança demofóbica do período monárquico ao período republicano que foi aberto por um golpe, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca em 1889.

1.1. Reforma agrária, democratização (interrompida) e movimentos sociais rurais

A elevação da produtividade e a distribuição de renda são os dois efeitos presumíveis da reforma agrária, sendo o aumento e o barateamento da produção de alimentos a consequência constante das medidas de desconcentração fundiária ao longo do século XX (VEIGA, 2004). No caso do Brasil, o regime concentrado da propriedade fundiária se manteve apesar da mudança política e social em direção ao sufrágio universal e ao trabalho livre que demoraram a alcançar a ampla maioria da população após a queda da monarquia. Os anos iniciais do período pós-imperial da maior ex-colônia portuguesa foram uma espécie de clube oligárquico de baixa participação social e de quase exclusivo assento para as elites agrárias. Não por acaso, as quatro primeiras décadas republicanas foram permeadas por formas de insurreição rural em diferentes regiões do país. Essas mobilizações no interior do território nacional expressavam o desalento das famílias rurais com a não realização da promessa integradora dos republicanos (NEGRÃO, 2001) e foram encerradas violentamente por militares e paramilitares da república oligárquica. O Brasil republicano só veio a apresentar alguma perspectiva de integração das majorias do país a partir da ascensão de Getúlio Vargas que, contraditoriamente, chegou ao poder pelo Golpe de 1930. Os direitos dos trabalhadores urbanos assegurados pelo autoritarismo getulista constituíram uma utopia

quase irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade das massas (CARDOSO, 2010). Os trabalhadores rurais, apesar de serem o maior contingente laboral do país até os anos de 1960, ficaram de fora da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1º de maio de 1943, dois anos antes do fim da Era Vargas, período no qual o agrorreformismo não recebeu atenção.

O período democrático de 1945 a 1964 foi marcado pelos embates em torno da ampliação de direitos à maioria dos trabalhadores e pela contínua busca por expansão das propriedades e dos lucros das elites econômicas. Nesse cenário, as Ligas Camponesas, no Nordeste, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, foram movimentos sociais, ou seja, formas da população se organizar e expressar reivindicações (GOHN, 2014), que permearam o meio rural brasileiro de mobilizações sociais agrorreformistas. Esses movimentos sociais rurais organizavam trabalhadores de sujeição em conflito com os proprietários rurais para alterar os acertos e os contratos de trabalho e se manter na terra diante de ameaças e práticas de expulsão. O trabalho de sujeição se apresentou nas relações de *moradia, colonato, peonagem, meação, parceria, foro e arrendamento*. Essas são formas não capitalistas de produção, produzidas pelo capitalismo agrário brasileiro após a abolição da escravidão legal (MARTINS, 1979), nas quais o trabalhador paga ao proprietário pelo uso da terra privada com parte da produção. A sujeição ao proprietário de terra foi uma via quase exclusiva de reprodução social precária das populações empobrecidas do campo no contexto da concentração fundiária nacional até meados do século XX.

O retorno de Vargas ao poder em 1951, através do voto popular, seu suicídio em 1954, diante da pressão das elites, o governo de Juscelino Kubitschek (PSD¹) e seu Plano de Metas alimentaram a expectativa de democratização por meio de políticas de dinamização econômica com efeitos distributivistas. Essas iniciativas, contudo, não foram bem vistas pelas elites que apoiaram a candidatura presidencial do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, político identificado com o discurso anticorrupção. Isso foi uma mudança significativa na conjuntura político-institucional porque Quadros se elegeu com apoio da União Democrática Nacional (UDN), opositora do varguismo. A

¹ O Partido Social Democrático (PSD) é parte do legado partidário de Getúlio Vargas e reunia antigos interventores federais nos estados, proprietários rurais, industriais, comerciantes e funcionários públicos. O PSD e todos os demais partidos foram extintos pela Ditadura Militar em 1965. Em 2011, Gilberto Kassab, então prefeito de São Paulo, recriou o PSD pela agregação de políticos profissionais com orientação centro-direitista.

derrota do trabalhismo na eleição de 1960 não foi total porque houve a eleição do gaúcho João Goulart (PTB²), ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, para a vice-presidência. O presidente Jânio Quadros governou por apenas sete meses e sua renúncia não explicada, num contexto de cisão interna da UDN, abriu caminho para a retomada da presidência pelos trabalhistas. Contudo, a recusa dos ministros militares de Quadros em reconhecer o direito do vice-presidente assumir a vaga deixada pelo renunciante e o amplo movimento social e político de reafirmação das regras constitucionais, que confrontava essa recusa, foram aproveitados pela maioria conservadora parlamentar, constituída por PSD e UDN, para uma solução de compromisso que permitiu a João Goulart assumir a presidência de um Brasil tornado parlamentarista ocasionalmente.

O presidencialismo foi reestabelecido com mais de 80% dos votos em um plebiscito realizado no início de 1963. Desde sua posse, João Goulart buscou a recuperação das prerrogativas presidencialistas, percebidas como o melhor ambiente institucional para a implementação das mudanças almejadas pelos setores à esquerda que o apoiavam. Além disso, nas eleições de outubro de 1962, o PTB quase dobrou sua bancada e partidos menores de esquerda ou trabalhistas aumentaram também sua representação. Esses dois fatores impulsionaram a esquerda, o PTB e o presidente a uma menor disposição para a negociação do programa de reformas com o Congresso Nacional e os inclinou a enveredar por estratégias maximalistas de implementação total de suas proposições. Argelina Figueiredo (1993) sustenta que a busca pela realização não negociada das Reformas de Base, a agenda progressista de Goulart na qual se destacava a reforma agrária, frente a uma maioria parlamentar conservadora constituiu um impasse político, forjado pela não escolha do mais viável caminho institucional naquelas circunstâncias, ou seja, a opção por um programa de reformas graduais.

O encerramento do governo trabalhista pelo Golpe Militar de 1964 não é reconhecido por Argelina Figueiredo como um fim inevitável. A autora se opõe à perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos (1986) que percebe a polarização dos anos de 1960 como uma *paralisia decisória*. Para Santos, o desfecho golpista resultou

² O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é outra face do legado partidário de Getúlio Vargas, sendo fundado pelo sindicalismo varguista em 1945 com orientação nacionalista e popular. Depois de ser extinto pela Ditadura Militar, o PTB foi refundado em 1979 pela neta de Getúlio e passou a reunir forças conservadoras. O trabalhismo, por sua vez, migrou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) sob a liderança de Leonel Brizola.

mais do imobilismo da gestão petebista do que da proposição de qualquer agenda política. Argelina Figueiredo, por sua vez, afirma que a Itália de 1970 apresenta uma crise decisória sem colapso do sistema político, contrapondo um exemplo histórico à proposta explicativa de Wanderley Guilherme. A autora demonstra as possibilidades deixadas de lado pelo governo João Goulart e pelo PTB para encaminhar as reformas possíveis dentro do ambiente democrático, lembrando também que o partido do presidente, ao se valer de instrumentos herdados do curto período parlamentarista, encaminhou para o Congresso Nacional um projeto de lei agrorreformista mais radical que o apresentado pelo poder executivo e isso teve peso na quebra de pactos entre João Goulart e a elite econômica. A possível combinação entre democracia e reformas infelizmente se perdeu com o Golpe de 1964. Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo se complementam quando se observa que, para ele, a desconfiança alimentada nos meios militares em relação ao presidente João Goulart foi fundamental na interrupção autoritária e, para ela, não estava bem dimensionado pelos atores políticos civis o risco de intervenção fardada no processo político nacional.

A modernização das técnicas de produção agrícola nas grandes propriedades com apoio estatal foi o elemento central da política agrária da Ditadura Militar, consorciada à repressão das propostas reformistas de movimentos sociais, intelectuais e partidos políticos progressistas (MARTINS, 1984). As políticas de aprimoramento técnico eram, na perspectiva dos militares, o meio de solução para o problema da inelasticidade da oferta das grandes fazendas. Ao mecanizar sem desconcentrar, a associação entre os militares, a burguesia industrial (interessada em vender máquinas para grandes fazendas) e os empresários da agropecuária brasileira produziu um ambiente desfavorável à reprodução social dos trabalhadores rurais (SILVA, 1982), transferindo aceleradamente a população do campo para as cidades.

A militarização da questão fundiária no Brasil não impediu a expressão dos conflitos sociais no campo. Apesar do regime falar em “paz agrária”, as lutas sociais rurais seguiram fragmentadas ou unificadas (BARREIRA, 1992; MEDEIROS, 2002). A violência dos ditadores militares com a luta pela terra está na mesma conjuntura em que foram formulados os canais institucionais de processamento das demandas dos trabalhadores do campo, são eles: o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. Com esses instrumentos legais apresentados oito meses após a deposição de Goulart, os militares pretendiam tornar administráveis os conflitos fundiários. O Estatuto do

Trabalhador Rural estendeu aos trabalhadores do campo os direitos que foram assegurados ao trabalhador urbano pela CLT e o Estatuto da Terra estabeleceu o marco legal para a desconcentração fundiária. Essa legislação agrorreformista da Ditadura Militar tinha face tão avançada e, ao mesmo tempo, efetividade tão baixa que mais pareceu *feita para não fazer* valer o direito à terra. A tendência concentradora de terra e renda durante o regime militar é uma constatação necessária ao entendimento da participação dos movimentos sociais rurais no processo de redemocratização. Como diria Martins, a militarização do agrorreformismo constituiu “a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, embora muitas vezes o fossem, mas como conflitos trabalhistas, embora nem sempre o fossem” (2000, p. 104). Essa interpretação se relaciona com a estruturação de diferentes frentes de luta no campo, compostas, de um lado, pelos movimentos sociais que enfatizam a luta pela terra como luta por reforma agrária e, de outro, pelos sindicatos que enfatizam a luta por salário e direitos trabalhistas no meio rural.

As diferentes frentes de luta não constituem pautas inegociáveis, mas permeiam a representação política dos trabalhadores rurais de encontros e desencontros entre duas de suas principais expressões: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), ação sindical estruturada em 1963, e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), ação movimentalista surgida em 1984. Durante o regime autoritário, a Contag atuou para processar os conflitos no meio rural a partir do arcabouço jurídico disponível. Apesar de mobilizar a legislação vigente, a Confederação e seus sindicatos foram alvo de forte intervenção dos agentes de repressão política. O MST, por sua vez, forjou sua marca de atuação na intervenção direta em fazendas improdutivas. A presença de grandes contingentes de famílias de trabalhadores rurais em ocupações de terra distingue o Movimento. A sessão seguinte demonstra como Contag e MST participaram das mobilizações pela redemocratização.

1.2. Redemocratização, política agrária e neoliberalismo

A mobilização social em favor da democracia marcou a década de 1980 no Brasil. A luta pelo direito ao sufrágio universal e à ampla participação política se articulou às reivindicações por bem-estar social, aumento salarial e redistribuição de renda que foram pautadas pela entrada definitiva dos movimentos sociais na cena

política nacional (SADER, 1988). Em 1985, de forma indireta, foram eleitos o mineiro Tancredo Neves, para presidente, e, para vice, o maranhense José Sarney. Tancredo Neves era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação que reuniu diferentes setores sociais antiautoritários a partir de 1979 quando foi encerrado o bipartidarismo imposto pelo Golpe de 1964. Sarney foi apoiador do regime, mas rompeu com os militares e passou a integrar o grupo parlamentar que viria a constituir o Partido da Frente Liberal (PFL). O falecimento do mineiro deu ao maranhense a liderança do primeiro governo civil depois de 21 anos de Ditadura Militar.

Os movimentos sociais e sindicais do campo participaram da redemocratização, mas não obtiveram contrapartida significativa nem na Assembleia Constituinte, eleita em 1986, nem na Constituição, promulgada em 1988. A Carta Magna, contudo, estabeleceu a importante relação entre propriedade privada e função social da terra, permitindo à jurisprudência posterior vincular o título de propriedade à produção de alimentos, à geração de trabalho e à preservação ambiental. No entanto, a manutenção do dispositivo legal que relaciona a desapropriação de terras à comprovação de sua improdutividade e à indenização de seu proprietário limitou o alcance da mudança agrária a partir do novo texto constitucional.

A questão da redistribuição de terras se colocou como um limite da democratização possível na conjuntura política da chamada “Nova República”, aberta pelo governo Sarney. Apesar de latifundiário, o maranhense orientou a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) que recebeu a oposição do capital agrário e de sua representação parlamentar, tendo limitados o alcance, a execução e a ampliação de suas metas. Apesar da “Campanha Nacional por Reforma Agrária” feita por amplos segmentos da sociedade civil organizada, o Plano incorporou um entendimento confuso sobre o que seria o latifúndio improdutivo e isso permitiu que, na prática, havendo apenas uma parte produtiva, todo o imóvel rural fosse preservado. Se, nos anos de 1960, a reforma agrária foi bloqueada em conjunto com o regime democrático, nos anos de 1980, seu bloqueio se deveu ao acordo favorável à transição para a democracia. A reconstrução institucional da democracia brasileira se fez enquanto o plano substantivo da democratização encontrava bloqueios poderosos. Isso, segundo Martins, ocorreu porque os proprietários de terra estavam no pacto político do governo Sarney e não aceitariam “qualquer interferência nos seus direitos de propriedade tão absolutos” (1986, p. 30).

A representação política dos proprietários se encontrava inflada no legislativo brasileiro durante a redemocratização, conformando uma maioria congressional, embora os proprietários sejam minoria em relação ao conjunto dos trabalhadores rurais. Essa sobrerrepresentação e suas expressões visíveis seguem atuando na produção e reprodução permanente e ampliada da bancada ruralista no Congresso Nacional (BRUNO, 2009). A lógica político-eleitoral que converte minorias patronais em representações majoritárias permanece até hoje na composição das casas legislativas brasileiras e impacta diretamente na direção das políticas públicas em geral e da política para o campo em particular com óbvia força limitante sobre a democratização do país.

A redemocratização repôs o agrorreformismo, mas o limitou. Isso reconstituiu o problema fundiário no Brasil pós-ditatorial apesar da evidente urbanização, impelindo a demanda por terra a questionar os governos eleitos pelo voto popular e deles exigir uma política agrária como resposta. O primeiro desses governos foi liderado por Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, que não assumiu o diálogo com os movimentos sociais rurais e não se empenhou em promover políticas públicas para o campo. A renúncia do alagoano dois anos após sua posse, enquanto se encaminhava seu impeachment, deu lugar ao vice, o mineiro Itamar Franco, que foi o primeiro presidente a receber uma comitiva do MST. Entretanto, os contornos mais significativos da política agrária nos anos de 1990 estão no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ex-ministro da fazenda de Itamar Franco, vencedor dos pleitos de 1994 e 1998 e membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação partidária nasceu em 1989 a partir de uma cisão do PMDB. O governo FHC foi marcado pela continuidade das políticas de estabilização monetária, iniciadas com o Plano Real, e pelo programa econômico de cunho neoliberal (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002; ANTUNES, 2005). O agrorreformismo não recebeu atenção inicial do governo pessedebista que se via diante de um país em direção a 80% de urbanização.

A demanda por terra se apresentou ao governo FHC de forma dramática em dois massacres com repercussão internacional, ocorridos em Corumbiara (RO), no ano de 1995, e Eldorado dos Carajás (PA) no ano de 1996. A partir de estudos e recomendações do Banco Mundial, o governo FHC constituiu uma política pública agrorreformista baseada na negociação direta entre demandantes e proprietários, reconhecida como uma *reforma agrária de mercado* (SAUER, 2006), que se mostrou pouco efetiva e foi substituída por desapropriações em regiões de conflito. Os oito anos

de mandato presidencial do PSDB foram também acompanhados da expansão nacional do MST e do aumento de sua capacidade de pressão política (FERNANDES, 2000). Nesse contexto, foram construídos importantes desenhos de políticas públicas, a despeito de seu baixo financiamento, e foi editada a Medida Provisória 2.183/2001, conhecida como “MP Anti-invasão”, para reduzir a eficácia das ocupações de fazendas improdutivas pelo impedimento da vistoria desapropriatória. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que estabelece crédito subsidiado para a pequena e a média produção agrícola e o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (Pronera) surgem nesse período como respostas a mobilizações dos sem-terra e das outras frentes de luta no campo.

A virada do século XX para o XXI no Brasil, portanto, foi marcada pela execução governamental de uma política pública para o campo liderada pela luta dos movimentos sociais e sindicais rurais, e não por uma intervenção deliberada do Estado como preconiza José Eli da Veiga no início desta seção. A luta social no campo, por sua vez, foi a condutora tanto das desapropriações como do desenho da política agrária que colaborou para a melhoria das condições de reprodução social no campo. Mas a questão agrária não se esgotou porque a crise cambial brasileira de 1999, na qual foi desmontada a paridade real/dólar, foi o marco de estruturação de uma nova estratégia de acumulação de capital no setor agrícola. Ao final dos anos 1990, assim como em outros momentos de nossa história, o setor agrícola foi chamado a “gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit³ de conta corrente” (DELGADO, 2013, p. 63). Essa mudança fez com que a grande propriedade mecanizada, com tecnologia intensiva de produção e voltada ao mercado externo refizesse sua importância para as contas públicas e para o conjunto da economia nacional. Para Vitor Acselrad, após longo período de preocupações nacionais com a indústria de transformação, a agropecuária empresarial “recuperou sua posição estratégica no que se refere às exportações e ao equilíbrio das contas externas, sendo ainda responsável por parcela do recente êxito no combate à inflação” (2012, p. 4). Esse refazer do capital na agropecuária de exportação constituiu densos conflitos no campo, protagonizados pelos movimentos sociais rurais que seguiram demandando a reforma agrária via ocupações de terra cujo recorde, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), se deu em 1999.

³ O déficit se deu pela saída de recursos ocorrida com a desvalorização do real em relação ao dólar conjugada ao fato de a economia nacional importar produtos de alto valor agregado.

A desapropriação de grandes fazendas em áreas de conflito para a criação de propriedade coletivas, marcadas pela gestão comunitária de lotes familiares e chamadas de assentamento, se tornou o mecanismo mais utilizado pelo Estado brasileiro para solucionar a demanda por terras desde o último quartel do século XX (SIGAUD, 2005) e, portanto, se conformou como o modelo mais experimentado de promoção do reordenamento fundiário no país, concomitante à manutenção de robustos incentivos públicos para o setor primário-exportador.

2. A política agrária dos governos do PT

A chegada do PT ao poder com a vitória do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 é um fenômeno de grande significado. Isso porque o partido nasceu da redemocratização, reúne setores democratizantes da esquerda brasileira e encarna expectativas de um projeto político centrado na igualdade para o país (SECCO, 2011). Para André Singer (2012), essa mudança pode ser considerada como o marco inicial de uma fase prolongada no Brasil semelhante ao ocorrido nos E.U.A. com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt. Em 1932, nos Estados Unidos, assim como em 2002, no Brasil, uma eleição de alternância constituiu um novo consenso governativo. No caso brasileiro, a coalizão liderada pelo PSDB de Fernando Henrique deu lugar à aliança entre um líder sindical e um industrial do ramo têxtil, o mineiro José Alencar. Segundo Eli Diniz (2011), essa mudança política ocorreu numa virada de século favorável à retomada do debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento no Brasil e no subcontinente latinoamericano. As expectativas em torno do governo petista concorreram para a percepção de que mudanças significativas entrariam na agenda governamental e, entre essas, a reforma agrária.

A proposta de política agrária apresentada pelo PT em sua quarta campanha presidencial diferiu bastante das apresentadas em outras eleições. O documento Vida Digna no Campo (2002) indica que a candidatura petista pretendia fortalecer a agricultura empresarial para as exportações e o mercado externo, deixando para a agricultura familiar o abastecimento do mercado interno e o combate à fome. Isso significa uma mudança programática no PT que, em 1989, apresentou um programa de governo no qual a questão fundiária era reconhecida em seus nexos com a democracia e o desenvolvimento, sendo parte do conflito social distributivo (QUESTÃO AGRÁRIA,

1989). O PT assumia a perspectiva clássica da reforma agrária como medida estrutural de incentivo ao desenvolvimento capitalista capaz de incluir no contrato social moderno as populações que não residem nas cidades nem trabalham na indústria ou nos serviços. Na década de 1990, o sentido da reforma nos programas de governo petistas foi sofrendo modificações em direção a uma leitura menos conflitiva com as grandes fazendas. As candidaturas à presidência em 1994 e 1998 reconheceram a concentração fundiária, mas a redistribuição de terras apareceu mais vinculada à garantia de trabalho e de moradia para os pobres do campo e da ampliação da oferta de alimentos às cidades.

O deslocamento de sentido do agrorreformismo no programa petista vitorioso teve impacto na intervenção do governo Lula no campo. A reforma agrária continuou a ser entendida como um compromisso central na construção de uma nação moderna e soberana, mas a percepção sobre a concentração fundiária como um problema estrutural da sociedade brasileira e a proposição de uma política de democratização em massa do acesso à terra com possibilidade de confrontar as elites agrárias saíram de cena. Em seu lugar, foi proposta a forte mediação estatal entre os trabalhadores demandantes de terra e agricultores familiares e os empresários da agricultura.

O ministério do governo Lula incorporou o pacto político de conciliação de classes (SINGER, 2012) que constituiu sua candidatura. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi confiado ao agroexportador Roberto Rodrigues que cursou agronomia na USP, tinha 60 anos e era professor do Departamento de Economia Rural da UNESP, tendo se afastado da presidência da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para assumir o cargo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi entregue ao petista Miguel Rossetto que tinha histórico de militância sindical petroleira e havia sido deputado federal e vice-governador do Rio Grande do Sul. Essas primeiras nomeações do governo petista e a estruturação ministerial com a reunião de setores antagônicos foram percebidas com “decepção e esperança num mesmo movimento” (SINGER, 2012, p. 9). O ministro Miguel Rossetto, em entrevista à revista “Veja” de março de 2003, apresentou uma espécie de “programa prático” para o MDA com cinco perspectivas. A primeira seria a preferência por um discurso público de não criminalização das formas de luta dos movimentos sociais rurais com reconhecimento da ocupação de terras improdutivas como mecanismo legítimo para a apresentação da demanda social por reforma agrária. A segunda apontava para o enfraquecimento dos instrumentos jurídicos e administrativos de

contenção das ocupações de terras. A terceira entendia a composição da burocracia de confiança tanto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e como do MDA pela nomeação de membros dos movimentos sociais campo. A quarta pensava a realização da reforma agrária com baixo custo para a União a partir do arcabouço legal existente. E a quinta indicava a execução de políticas públicas para dinamizar economicamente as áreas reformadas com investimentos em infraestrutura e produtividade, visando integrá-las à economia nacional.

A execução do programa prático do ministro do desenvolvimento agrário teve que lidar com o agravamento das tensões no campo, ocorrido ainda no primeiro ano da gestão petista, com evidente aumento da letalidade nos conflitos por terra. Segundo a CPT, no primeiro ano do governo petista, houve 71 assassinatos de líderes da luta pela terra, tendo sido 43 no ano anterior. Esse aumento em 64% das mortes nos conflitos agrários, somado à mobilização social no campo, constituiu o cenário em que se deram a redefinição da intervenção governamental em ocupações de terra e a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Nesse sentido, os instrumentos jurídicos de cerceamento das ocupações de terra aprovados pelo governo FHC na MP 2.183/01 foram redefinidos pelo procurador-geral do Incra, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. A nova interpretação apontou a possibilidade de vistoriar terras invadidas nos seguintes casos: quando a invasão ocorresse em parte pequena da propriedade sem impedimento à avaliação do cumprimento da função social do imóvel; quando a propriedade fosse constituída por diversas matrículas, pois cada uma seria analisada separadamente; quando o proprietário concordasse com a vistoria das áreas invadidas; nos casos em que a invasão ocorresse depois da vistoria; nas terras invadidas a mais de cinco anos e nas terras adquiridas pelo governo em operação comercial convencional.

A nova interpretação da MP 2.183/01 foi questionada pelas elites agrárias e seus representantes no parlamento, inclusive entidades de produtores rurais entraram na justiça contra o presidente Lula e seus ministros⁴ por considerar a referida interpretação como uma agressão ao direito de propriedade. Os dados da CPT mostram que 43% das ocupações de terra do ano de 2003 ocorreram nos meses de maio, junho e julho. E mais, o MST realizou uma marcha nacional a Brasília para pressionar o governo federal a

⁴ MARQUES, Jairo. Ruralistas vão à Justiça contra Lula. **Folha de São Paulo**, 17 jul. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51331.shtml> Acesso em: 05 jul. 2020.

lançar o novo plano de reforma agrária. Além de cerca de 2.000 sem-terra, participaram também a CONTAG, a CPT e as demais entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Ao final da marcha, os movimentos sociais se reuniram com o presidente Lula e acertaram a edição do novo plano agrorreformista.

A versão final do II PNRA foi apresentada em novembro de 2003 e apontou as seguintes metas a serem cumpridas até 2007: assentamento de 400.000 famílias, regularização fundiária de 500.000 famílias, atendimento de 150.000 famílias com o Crédito Fundiário, recuperação da capacidade produtiva e da viabilidade econômica dos atuais assentamentos, criação de 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado, implementação do cadastramento georreferenciado do território nacional para regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais, reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas, reassentamento dos ocupantes não índios de comunidades indígenas, promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, garantia da assistência técnica, extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização para as áreas reformadas e universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (II PLANO, 2003).

O plano agrorreformista do governo Lula assegurou os maiores recursos para obtenção de terras para reforma agrária desde a redemocratização, sendo, em 2003, pouco mais de R\$ 331 milhões (cotação \$1 = R\$ 2,90 em set./03) passaram, em 2005, a 1,334 bilhão de reais (cotação \$1 = R\$ 2,30 em set./05). Além disso, houve maior efetividade de sua aplicação com a execução em 90,4% dos recursos liberados para a obtenção de terras em 2005. Esse e o ano seguinte marcam recordes em efetivo uso dos recursos liberados mesmo que o maior valor aplicado se encontre em 2007 (R\$ 1,353 bi). Isso tudo ocorreu num contexto em que a promoção de grandes mobilizações nacionais começou a tomar mais espaço na agenda dos movimentos sociais rurais. O terceiro ano do governo petista, segundo Miguel Carter (2009), assistiu à maior marcha à capital federal já realizada pelo MST até então, reunindo 12 mil pessoas. Os dois anos finais do primeiro mandato nacional do PT registram os maiores percentuais de execução orçamentária, a maior quantidade de famílias assentadas (os dados do Incra indicam 127.506 em 2005 e 136.358 em 2006) e o maior número de áreas incorporadas ao programa de reforma agrária (mais de 31 milhões de hectares entre 2003 e 2006 segundo o Incra).

A tendência favorável ao agrorreformismo foi alterada ao longo do segundo mandato do presidente Lula. Em seu lugar, se estabeleceu uma trajetória descendente dos recursos liberados e executados para a política pública de desapropriação e compra de terras enquanto se manteve a trajetória ascendente do crédito agrícola e das políticas de ampliação dos direitos às populações rurais. A agenda para a agricultura de base familiar acabou se tornando o centro do discurso e da política agrária do governo Lula e de sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), em sentido contrário à política de obtenção de terras e formação de assentamentos. Enquanto a obtenção perdia recursos, chegando a executar R\$ 503 milhões em 2010, o Pronaf teve aumentos constantes, chegando a 16 milhões de reais no mesmo ano. Ao final de 2014, último ano do primeiro mandato da presidente Dilma, o crédito para a agricultura familiar passou de R\$ 24 milhões.

A intervenção dos governos petistas no campo apresentou um conjunto de programas para a agricultura familiar e para os assentamentos rurais que merecem destaque na compreensão da política agrária do período. O Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária (Pronera), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) são as iniciativas mais relevantes. A II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (IPEA, 2015) demonstra que os anos anteriores ao governo Lula trazem uma média de vinte e dois novos cursos do Pronera por ano. Entre 2003 e 2010, a média do programa fica por volta de trinta novos cursos e com maior diversificação, deixando de ofertar apenas alfabetização e letramento e chegando a cursos de nível superior como graduações e especializações. O PNAE nasceu nos anos de 1950 e foi oficializado nos anos de 1980. No entanto, a partir de 2003, o programa passou a comprar mais intensamente os produtos da agricultura familiar, ampliando as expectativas e a comercialização dos pequenos produtores. Em 2009, uma mudança na lei do PNAE estabeleceu que 30% das compras governamentais para merenda escolar deveriam vir da agricultura familiar. O PAA foi criado no primeiro mandato petista para garantir mercado à pequena produção e colaborar com as iniciativas de segurança alimentar e combate à pobreza, partiu de R\$ 144 mi em 2003 e chegou a R\$ 839 mi em 2012.

A execução desse amplo leque de políticas agrárias ocorreu em paralelo ao fortalecimento das capacidades estatais e institucionais do Incra a partir de novas contratações para o órgão federal. Houve concursos em 2004, 2005 e 2010, totalizando 2.216 novos funcionários para o Instituto. Segundo Camila Penna (2015), “a força de

trabalho do Incra quase dobrou, mudando o perfil da instituição, cuja maioria dos servidores havia sido contratada ainda no tempo da Ditadura” (p. 27). Isso se deu em meio a contestações por parte dos servidores da autarquia que, por vezes, paralisaram suas atividades em greves cujas pautas de reivindicação tratavam sobre o tempo de realização e a qualidade das medidas de fortalecimento do Incra. E mais, o governo Lula foi pioneiro no reconhecimento do direito de casais homossexuais terem acesso a lotes em projetos de assentamento⁵ do programa de reforma agrária, antes mesmo da decisão do STF em 2011 que permitiu o casamento civil de pessoas do mesmo sexo, e na titulação de terras em nome das mulheres (PENNA, 2015).

Os recursos decrescentes para obtenção de terras e crescentes para a agricultura familiar são entendidos, neste relatório, como componentes do sentido da política agrária dos governos nacionais petistas, qualificada como agrorreformismo residual. Esse termo compreende a ação do governo do PT no campo como uma prática de política agrária pouco comprometida com a desconcentração fundiária cujo foco se voltou à permanência e não ao acesso à terra num período em que a agroexportação abocanhava cerca de 85% do crédito rural nacional (CAMPOS, 2018). O alcance das mudanças sociais e agrária feitas pelos governos do PT não se esgota na admissão do agrorreformismo residual, e constituem o campo de debate da próxima seção.

2.1. O reformismo nos governos do PT: debates intelectuais

O campo de discussão sobre o agrorreformismo nos governos nacionais petistas se compõem das análises de Arioaldo Umbelino de Oliveira (2010), José de Souza Martins (2011) e Bernardo Mançano Fernandes (2013). Esses autores convergem na afirmação de que não houve desconcentração fundiária em larga escala durante os governos do PT. No entanto, os recursos crescentes dos programas para a agricultura familiar, a redução dos valores para obtenção de terras e a intensa mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo são percebidos por eles em diferentes ênfases. Arioaldo Oliveira sustenta que a obrigação constitucional de executar a política

⁵ GAYS lutam e conseguem reconhecimento. **G1**, 10 jun. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL50121-5605,00-> Acesso em: 12 jan. 2022.

pública de reordenamento fundiário foi deixada de lado desde o primeiro mandato presidencial petista. O autor também critica o governo por não apresentar explicações públicas para o não cumprimento de metas do II PNRA. Ariovaldo Oliveira afirma que a ascensão de burocratas corruptos do Incra, órgão executor da política agrária federal, assegurou a criação de instrumentos legais para regularizar a apropriação privada de terras públicas pelos grandes fazendeiros, sobretudo, na região amazônica. José de Souza Martins reconhece a tendência latifundista, de longa data, no meio rural brasileiro e o rebaixamento, conjuntural, do potencial conflitivo dos movimentos sociais do campo frente aos presidentes petistas. Para o autor, a calmaria dos conflitos por terra ocorreu porque “o PT no poder empenhou-se ativa e detalhadamente numa política de conciliação dos contrários, amansando e enquadrando os belicosos, como fez com o MST” (MARTINS, 2011, p. 10). De acordo com a CPT, a ocupações de terras foram reduzidas a 163 em 2013. Nos termos desses analistas, o sentido conciliatório da intervenção estatal no campo durante os governos nacionais petistas adquire maior relevo explicativo, bem como o efeito da política social do período que teria incluído os empobrecidos num modelo institucional de conformismo e apaziguamento de conflitos.

Bernardo Mançano Fernandes se distancia das análises já apresentadas por reconhecer os governos nacionais petistas como a conjuntura política de um reordenamento parcial da concentração fundiária. O geógrafo entende os governos do presidente Lula da Silva como mandatos de enfrentamento tímido ao tema da desconcentração de terras. Os instrumentos de desapropriação, portanto, não tiveram centralidade na política de reforma agrária dos mandatos petistas. Isso fez com que o acesso à terra não implicasse em desconcentração fundiária no referido período. Bernardo Fernandes dirige sua crítica ao alcance da política agrária dos governos petistas cuja incapacidade de alterar a subordinação do agricultor familiar à agricultura empresarial se deu mesmo com a execução de importantes programas voltados à pequena e à média produção agrícola, nomeada de agricultura familiar. Dentre esses programas, se destacam o Pronaf, o PAA, o Pronera e o PNAE. As organizações de luta no campo, segundo Fernandes, ao invés de aquietadas foram as responsáveis pelo reordenamento agrário, mesmo que limitado, ocorrido nos governos dos presidentes Lula e Dilma. Nesse sentido, é importante destacar, nas palavras de Bernardo Fernandes, o sentido oposto às afirmativas de Ariovaldo Oliveira. Se, para esse último, o governo Lula fez refluir a mobilização social pela reforma agrária, para Bernardo

Fernandes, foram as ações dos movimentos sociais do campo que garantiram o reordenamento agrário, mesmo com alcance limitado, ocorrido durante os governos nacionais petistas. Para Bernardo Fernandes:

Para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar a base [parlamentar] aliada dos capitalistas/ruralistas. O governo Lula a enfrentou em parte, e, por isso mesmo, a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da união. Essa reforma agrária parcial aconteceu predominantemente sob pressão das organizações camponesas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (2013, p. 192).

A citação acima repõe a dimensão político-institucional necessária à realização da redistribuição de terras ao dizer que é preciso enfrentar os aliados e os representantes do capital agrário no Congresso Nacional. Bernardo Fernandes reconhece um problema prático para o agrorreformismo durante os governos do PT porque esses se apoiaram em um pacto político conservador do qual participam as elites rurais e seus representantes no parlamento (SINGER, 2012). Isso confere papel relevante à mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo numa pressão pública e externa às instituições estatais, mas dirigida a elas, em favor da reforma agrária cuja execução parcial é percebida pelo analista como resultante desse conflito político distributivo. A reforma agrária ampla, nos termos do autor, permanece como um desafio brasileiro.

O campo de discussão sobre o alcance da reforma agrária nos governos do PT, como se pode perceber, se relaciona com os debates a respeito da própria natureza desses governos. Miguel Carter (2010), Esteban Iglesias (2011), o já citado André Singer (2012), Timothy Power (2014) e Anthony Pahnke (2018) compõem uma literatura crítica a respeito dos mandatos nacionais petistas. André Singer e Timothy Power são analistas que preferem definir os mandatos presidenciais do PT como recuos em relação à completude do programa histórico do partido, mas, mesmo assim, os consideram como experiências progressistas na história brasileira recente. Miguel Carter, Esteban Iglesias e Anthony Pahnke problematizam os governos petistas a partir das ações dos movimentos sociais e concluem que as intensas articulações entre Estado e sociedade civil organizada estão na base das políticas democratizantes do período. Mas a democratização ocorrida no período não significa que os projetos de ampla transformação social, gestados pelos movimentos sociais brasileiros, tenham sido a

agenda exclusiva dos governos nacionais petistas. Miguel Carter e Esteban Iglesias alertam para a institucionalização do diálogo político pode frear demandas dos movimentos sociais e impedir o avanço de reivindicações. Anthony Pahnke aponta que a estreita proximidade entre o MST e o governo do PT significa que o Movimento rompeu com a hostilidade inicial que experimentava na relação com as instituições governamentais e passou a utilizar estrategicamente de sua proximidade com o Estado em favor da ampliação de políticas públicas para os pobres do campo.

Os governos nacionais do PT promoveram políticas de combate à fome, erradicação da miséria, geração de empregos, valorização do salário mínimo e formalização de pequenos negócios que impactaram a estratificação social do país pelo aumento das rendas dos mais pobres. O economista Marcelo Neri afirmou ter encontrado, naquilo que chamou de “nova classe média”, o maior elemento de dinamização econômica do país durante os mandatos petistas. Rigorosamente, o autor se referiu a quem percebia entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 ao final do governo Lula, segmento também chamado de “classe C”, que seria fruto “da combinação do crescimento com equidade que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos nos quais a concentração de renda sobe” (NERI, 2011, p. 14). Esse reconhecimento do grupo intermediário da renda nacional como uma nova classe social de tipo médio não é consensual. Marcio Pochmann sustenta que “o adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média” (2012, p. 11). Nesse sentido, o redesenho da estrutura social brasileira, ou seja, a perda do contorno piramidal em direção aos traços de um losango indica muito mais uma ampliação do contingente de assalariados do que o aumento de um setor de mão de obra qualificada com maior capacidade de poupança, bens e consumo.

A profunda redução dos índices de pobreza ao longo dos governos nacionais petistas levou o país a sair do Mapa da Fome da ONU⁶ em 2014. Entretanto, em perspectiva de médio prazo, essa mudança é parte de um processo que teve início com a redemocratização e foi intensificado pelos mandatos do PT. Segundo Carlos Ribeiro, a partir de 2002 “houve um aumento generalizado da renda, que fez com que mais de

⁶ BRASIL reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU. **Folha de São Paulo**, 16 set. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516648-brasil-reduziu-em-50-o-numero-de-pessoas-que-sofrem-fome-diz-a-onu.shtml> Acesso em: 21 jan. 2022.

50% da população passasse a estar no meio da distribuição” (2014, p. 182). O autor salienta os altos padrões de desigualdade que a sociedade brasileira herdou da Ditadura Militar, reconhecendo a democracia como condição institucional para o início da efetiva redução das distâncias entre ricos e pobres.

A saída da Ditadura Militar se deu consorciada a um processo de expansão da educação básica, percebida pelo conjunto do movimento social democratizante como caminho para o enfrentamento às desigualdades. No entanto, segundo Ribeiro (2014), as condições econômicas dos anos 80, a alta inflação e o baixo crescimento impediram que o esforço em ampliação da educação, principalmente por parte dos governadores de oposição ao regime autoritário, tivesse um efeito distributivo maior. Nos anos 90, o controle inflacionário, obtido com o Plano Real, foi acompanhado de baixo crescimento, colaborando de forma limitada para os primeiros decréscimos da desigualdade. Os anos 2000, por sua vez, agregaram às liberdades democráticas e ao controle inflacionário um maior crescimento econômico. Carlos Ribeiro afirma que “a média de crescimento do PIB entre 1981 e 1999 foi de 1,9% e de 2000 até 2010 foi em torno de 3,8%” (2014, p. 435). Contudo, foi nessa circunstância de maior crescimento que os governos nacionais petistas praticaram políticas redistributivas responsáveis pela redução dos índices de pobreza e, em menor nível, de desigualdade enquanto também cresciam os lucros e dividendos dos mais ricos. Esse sentido geral dos governos petistas, conforme o argumento de André Singer (2012, 2018), encontrou dificuldade de se reproduzir quando um novo padrão de demanda social se apresentou em mobilizações difusas pelas ruas do país, abrindo um período de reconfiguração do conflito distributivo e da disputa política nacional a ser tratado na seção seguinte.

2.2. Junho de 2013, agrorreformismo residual e reeleição petista

O terceiro ano do governo Dilma seria para balanços sobre os dez anos da experiência nacional petista e início das articulações para as eleições presidenciais do ano seguinte. Tudo isso era balizado pela popularidade recorde da presidenta que, segundo o Ibope, registrava 79% de aprovação pessoal e 63% de aprovação a seu

governo em março de 2013⁷. Na questão agrária, o cenário de 84,4% de urbanização, revelado pelo IBGE (2010), as políticas para agricultura familiar, a redução das ocupações de terra, a ampliação do trabalho formal e o aquecimento do mercado interno de consumo pareciam soterrar o problema da concentração fundiária, sendo as críticas e as mobilizações dos movimentos sociais de luta pela terra menos capazes de provocar debates nacionais como outrora apesar dos resultados diminutos no plano da redistribuição de terras. Em agosto de 2012, ocorreu uma marcha nacional em Brasília como forma de encerramento do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado por ampla parceria entre o MST, a CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf-Brasil) e outros movimentos sociais e sindicais do meio rural. Esse encontro foi a maior reunião de frentes de luta no campo desde os anos de 1960. No entanto, a pressão sobre o governo Dilma em favor do agrorreformismo não alterou significativamente os rumos da política agrária daquele momento.

Os dados conjunturais não indicavam que “2013 passaria à história como o ano de uma das maiores mobilizações sociais da democracia brasileira” (BRINGEL, 2013, p. 43). Essas mobilizações ocorreram no contexto prévio à Copa das Confederações, um dos grandes eventos atraídos pelo governo petista para expressar internacionalmente o bem sucedido momento brasileiro, e foram liderados, inicialmente, pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens de ônibus no centro demográfico do país, as cidades de São Paulo, governada por Fernando Haddad (PT), e Rio de Janeiro, governada por Eduardo Paes, filiado ao PMDB à época. As manifestações tomaram grande proporção depois da forte repressão policial aos participantes. Multiplicidade temática, presença massiva de jovens e alcance nacional refizeram o ambiente político e social do país, pondo em xeque o conjunto das instituições, os discursos de ascensão social e de possível satisfação com os governos de todos os níveis da federação (BARREIRA, 2014; GONDIM, 2016). O levante não se iniciou nem se direcionou, imediatamente, ao plano federal, mas fez recuar a aprovação do governo Dilma⁸.

⁷ CAMPANERUT, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. **Uol**, 19 mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm> Acesso em: 22 jan. 2022.

⁸ OLIVEIRA, Mariana; PASSARINHO, Nathalia. Aprovação do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. **G1**, 25 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> Acesso em: 22 jan. 2021.

Os manifestantes obtiveram a revogação dos aumentos e promoveram um questionamento público sobre o alcance e os limites das mudanças graduais promovidas pelos governos do PT. Em resposta, Dilma apresentou uma agenda com cinco compromissos: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação. Os cinco pactos seguiam a lógica da conciliação de contrários, reunindo objetivos de contração dos gastos públicos e proposições distributivistas. Entretanto, importa para este relatório enfatizar que o processamento político das reivindicações do levante de junho de 2013 confirma a residualidade agrorreformista como sentido da intervenção estatal do governo petista no campo. Isso porque o reordenamento agrário, tema sempre presente nas crises brasileiras, esteve fora das propostas apresentadas pela presidente ao país como forma de encaminhar o reclame das ruas (que também não contaram com o agrorreformismo em sua pauta). A responsabilidade fiscal foi assegurada pela própria presidenta em reuniões com ministros e governadores nas quais admitia publicamente a perspectiva que associa o controle inflacionário à boa situação das contas públicas⁹. A reforma política seria encaminhada com a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para tal fim, mas essa proposta se tornou inviável em razão dos questionamentos do vice-presidente Michel Temer e do STF.

As propostas de políticas públicas tiveram melhor sorte do que a reforma política. Na saúde, a decisão mais significativa foi executar o Programa Mais Médicos que visava garantir profissionais para a atenção básica nas cidades que mais precisavam de atendimento em saúde, contratando médicos estrangeiros para trabalhar exclusivamente na atenção básica do SUS quando não houvesse brasileiros disponíveis. Nos transportes, a presidenta anunciou uma desoneração fiscal que permitiu a redução das tarifas de ônibus em 7,23% e a de metrô e dos trens em 13,25%, e anunciou R\$ 50 bilhões para obras em mobilidade urbana. E mais, Dilma enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que destinava 100% dos royalties da exploração do petróleo para a educação¹⁰. No Congresso Nacional, o PSDB propôs e foi acordado com a base aliada do governo o percentual de 75% para a educação e de 25% para a saúde.

⁹ MARCELLO, Maria Carolina. Dilma defende robustez fiscal e nega mudança na equipe econômica. **G1**, 01 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/dilma-defende-robustez-fiscal-e-nega-mudanca-na-equipe-economica-6.html> Acesso em: 22 set. 2021

¹⁰ DILMA faz balanço de pactos e diz que governo precisa fazer mais. **Terra**, 16 abr. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dilma-faz-balanco-de-pactos-e-diz-que-governo-precisa-fazer-mais,e640e21434765410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html> Acesso em: 20 jun. 2021.

A ausência da reforma agrária entre os cinco pactos e a centralidade urbana que se mostra no lugar de ocorrência e na agenda de discussão das manifestações se somaram ao discurso de qualificação dos assentamentos em substituição à ampliação das áreas reformadas, consolidando o agrorreformismo residual no mandato da presidente Dilma (CAMPOS, 2021). No início de 2014, Carlos Guedes, então presidente do Incra, afirmou que o governo buscava combinar quantidade e qualidade no programa de reordenamento fundiário¹¹. Enquanto isso, a presidente recuperava popularidade¹² e intenção de votos para sua apertada reeleição.

2.3. As crises e o golpe parlamentar de 2016

Dilma Rousseff foi reeleita em segundo turno com 51% dos votos válidos na disputa mais acirrada da redemocratização. A quarta vitória eleitoral petista consecutiva ocorreu durante as atividades da Operação Lava Jato, investigação sobre corrupção na Petrobrás conduzida pelo Ministério Público Federal no Paraná. Ao prender, em março de 2014, doleiros que agiam em conluio com diretores da petroleira, a Lava Jato deflagrou uma crise na mais importante empresa de economia mista sob controle da União e no governo Dilma, que enfrentou uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal e uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Congresso Nacional sobre as denúncias¹³. A crise provocada pelas investigações tem a ver com o caráter assumido pela própria Lava Jato que repetiu no Brasil “a estratégia de sua predecessora, a Operação Mãos Limpas, na Itália, ao aliar o combate judicial da corrupção ao apoio da opinião pública. Tanto lá quanto cá, seus agentes buscaram esse apoio por meio dos grandes veículos de comunicação” (KERCHE; FERES JÚNIOR, 2018, p. 14). As notícias sobre corrupção disputaram com o baixo nível de desemprego (menos de 5%) a motivação para o voto em 2014, o pleito que reelegeu Dilma e reduziu a bancada do PT

¹¹ REIS, Thiago. Número de famílias assentadas sobe, mas é menor que de anos FHC e Lula. **G1**, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/numero-de-familias-assentadas-sobe-mas-e-menor-que-de-anos-fhc-e-lula.html> Acesso em 07 jan. 2022.

¹² TOLEDO, José Roberto. Dilma recupera popularidade mais rápido do que governadores. **Estadão**, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/dilma-recupera-popularidade-mais-rapido-do-que-governadores/> Acesso em: 09 jan. 2022.

¹³ SÉRGIO Gabrielli depõe na CPI da Petrobras no Senado. **G1**, 20 mai. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/sergio-gabrielli-depoe-na-cpi-da-petrobras-no-senado.html> Acesso em 04 jun. 2021.

de 88 para 70 deputados federais. Essas eleições apontam para uma reconfiguração do conflito social e distributivo brasileiro que já havia se apresentado naquilo que André Singer (2016) chamou de “greve de investimentos”, promovida por empresários a partir de 2012 para pressionar o governo petista a um programa econômico neoliberal, e nas mobilizações de junho de 2013, que demandaram uma agenda de fortes investimentos nos serviços públicos, compromissos republicanos com o combate à corrupção e promoção da cidadania às populações periféricas e às novas sociabilidades (BRINGEL; DOMINGUES, 2018). As tensões macrossociais não pareciam solucionadas ao final do processo eleitoral que encontrou a Operação Lava Jato a pleno vapor com uma força-tarefa liderada pelo procurador Deltan Dallagnol.

O cenário institucional pós-eleitoral se mostrou o pior possível para a presidente. A continuidade das investigações pelo MP do Paraná, as decisões do juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, e a margem apertada nas urnas se somaram ao questionamento do resultado eleitoral por parte do candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB). Além disso, o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (RJ), foi eleito presidente da casa legislativa, derrotando Arlindo Chinaglia (PT-SP), candidato da presidente, e abrindo um processo de afastamento do PMDB em relação ao governo. A presidente anunciou como ministro da fazenda Joaquim Levy, economista do Banco Bradesco e colaborador da campanha do adversário pessedebista, e editou, há dois dias de sua segunda posse presidencial, medidas provisórias com regras mais rígidas de acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas. Essas duas últimas decisões desagradaram a base político-partidária e o eleitorado da petista que a viu dizer em campanha ser mais fácil uma vaca tossir¹⁴ do que ela mexer nos direitos trabalhistas.

As notícias da economia adensaram as dimensões negativas daquela conjuntura, conjugando aumento do desemprego, do preço dos combustíveis e da energia elétrica. O desemprego fechou 2015 em 9,6%¹⁵. Em novembro de 2014, logo após a reeleição, a Petrobras aumentou o preço de venda nas suas refinarias. Em janeiro de 2015, a tributação incidente sobre a gasolina e o diesel foi elevada pelo decreto presidencial

¹⁴ PACÍFICO, Fernando. Dilma diz que não mexe em 13º e horas extras 'nem que a vaca tussa'. **G1**, 17 set. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/eleicoes/2014/noticia/2014/09/dilma-diz-que-nao-mexe-em-13-e-horas-extras-nem-que-vaca-tussa.html> Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁵ DESEMPREGO dispara 38% em 2015 e é o pior em 11 anos, diz IBGE. **UOL**, 25 nov. 2016. Disponível em: economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-atingiu-28-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015-segundo-ibge.htm Acesso em: 12 jun. 2021.

8.395 e repassada ao consumidor. Em agosto do mesmo ano, a petroleira anunciou o aumento do preço do gás de cozinha em 15%. Em setembro de 2015, a Petrobrás novamente aumentou os preços da gasolina e do diesel, respectivamente, em 6% e 4%¹⁶. Em março de 2015, a energia elétrica já estava, em média, 22% mais cara no país¹⁷.

O ano de 2015 não se encerraria sem que Eduardo Cunha aceitasse, no dia 02 de dezembro, o pedido de impeachment da presidente, assinado pelos advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo. Cunha tentou negociar a não aceitação do pedido em troca de votos do PT no Conselho de Ética que o livrariam de uma investigação sobre desvio de verbas depositadas em contas na Suíça não declaradas ao fisco¹⁸. A negociação fracassou e o presidente da Câmara acolheu a justificativa de afastar a mandatária em razão da edição de decretos nos quais teriam ocorrido “pedaladas fiscais”, ou seja, empréstimos do executivo não autorizados pelo legislativo para mascarar o déficit fiscal, sendo, portanto, crime de responsabilidade. Esses empréstimos, segundo o pedido, se configurariam em atrasos no pagamento dos subsídios governamentais aos bancos públicos pela política de crédito. Entre os decretos, estava aquele que atendia ao Pronaf. O PT contestou a argumentação do impedimento e afirmou que os atrasos de pagamento eram rotina presidencial, tendo sido feitos por todos os antecessores da presidente e não sendo alvo de alertas por parte do Tribunal de Contas da União (TCU).

Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, nomeou para o MAPA a senadora Kátia Abreu, líder da bancada ruralista, deixando o MDA para o deputado federal petista Patrus Ananias, identificado com o agrorreformismo. Essas nomeações pareciam reacender a temperatura do debate agrário no governo petista, mas não houve tempo suficiente para tanto. Em abril de 2016, a presidenta assinou 21 decretos de desapropriação e quatro decretos de regularização de terras quilombolas em uma

¹⁶ CARVALHO, Adalcimar. Após reajuste, gasolina chega a custar quase R\$ 5 no interior do Acre. **G1**, 02 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/10/apos-reajuste-gasolina-chega-custar-quase-r-5-no-interior-do-acre.html> Acesso em 07 jul. 2021.

¹⁷ ABDALA, Vitor. Custo da energia elétrica aumenta 60% em 12 meses. **Agência Brasil**, 08 abr. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-04/custo-da-energia-eletrica-aumenta-60-em-12-meses> Acesso em 07 jul.2021.

¹⁸ BRAGON, Ranier; URIBE, Gustavo. PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma. 02 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml> Acesso em: 07 ago. 2021.

cerimônia bastante participada por movimentos sociais e sindicais do campo. As desapropriações e as demarcações de terras fizeram parte de uma agenda positiva do governo como forma de reafirmar a aliados fiéis os compromissos históricos numa conjuntura cada vez mais adversa. Esses gestos finais do governo Dilma não impediram a consolidação da residualidade como a qualidade hegemônica da política de reforma agrária dos governos nacionais petistas por que houve contínua redução de recursos para obtenção de terras e novos assentamentos rurais enquanto o programa de fortalecimento da agricultura familiar seguiu tendo maior atenção e investimento, mas sempre em desnível com os montantes destinados para a agricultura empresarial (CAMPOS, 2018). O balanço da política agrária dos governos Lula e Dilma constata que o PT “encontrou na política para a agricultura familiar uma espécie de ‘caminho do meio’ para não perder laços com as frentes de luta no campo e, ao mesmo tempo, não ferir os interesses dos empresários da agropecuária de exportação” (CAMPOS, 2021, p. 25).

O processo de impeachment ocorreu com forte disputa parlamentar entre governo e oposição, atos políticos favoráveis e contrários, intenso debate público e baixa popularidade da presidente¹⁹. A Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, quando se completavam 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, aprovou a abertura do processo de impeachment por 367 votos. Em 12 de maio de 2016, o Senado decide abrir o processo de impeachment e afasta provisoriamente a presidente, constituindo Michel Temer como presidente interino. Em agosto do mesmo ano, 60 senadores votam pelo impedimento após interrogar Dilma por mais de dez horas. Esses eventos foram percebidos por Wanderley Guilherme dos Santos (2017) como “golpe de mão” no qual o parlamento, e não o sufrágio eleitoral, decidiu quem governa. Corroborando com a formulação do eminente cientista político, este relatório se associa a quem entende que “os ritos jurídico-burocráticos do processo, ainda que possam formalmente ter sido cumpridos, não são suficientes para legitimá-lo” (FALCÃO; KRITSKI, 2021, p. 37). O impeachment de Dilma Rousseff, portanto, “recolocou o debate sobre a institucionalidade democrática e seu funcionamento” (LOPES; SILVA, 2018, p. 594). Isso porque, ignorando a regularidade das quedas presidenciais na

¹⁹ MATOSO, Filipe. Governo Dilma tem aprovação de 10% e desaprovação de 69%, diz Ibope. **G1**, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/10-aprovam-governo-dilma-e-69-desaprovam-diz-ibope.html> Acesso em: 08 ago. 2021.

história latinoamericana, as ciências sociais brasileiras enveredaram por reconhecer na estabilização da competição eleitoral e na sucessão dos antagonistas PT e PSDB as evidências de consolidação da democracia no Brasil. No entanto, diferentemente dos golpes militares, “a novidade dos golpes parlamentares consiste em que as condições necessárias ao sucesso da nova empreitada se dissolvem em sua execução” (SANTOS, 2017, p. 15). A queda de Dilma, portanto, abriu um período de incertezas e tensões maximizadas em toda a sociedade e nos agentes políticos. Essa mudança política conecta o Brasil às tendências globais de desdemocratização, percebidas no Brexit e nos processos eleitorais dos Estados Unidos, da Itália, da Hungria e das Filipinas nos últimos anos (GIORDANO, 2014; HAWLEY, 2017), tornando necessário entender suas consequências para a política agrária pós-governos petistas.

3. A política agrária dos governos Temer e Bolsonaro

Michel Temer extinguiu o MDA e mais oito ministérios em seu primeiro ato como presidente interino, compondo uma equipe com ex-aliados do PT e membros de partidos da oposição. Henrique Meirelles (PMDB), ex-presidente do Banco Central no governo Lula, Moreira Franco (PMDB), ex-governador do Rio de Janeiro e ex-ministro da Aviação Civil de Dilma Rousseff, o deputado federal Mendonça Filho (DEM)²⁰, o deputado federal Raul Jungmann, ex-ministro do desenvolvimento agrário no governo FHC, e o senador José Serra (PSDB) assumiram, respectivamente, os ministérios da fazenda, do programa de parcerias de investimentos, da educação, da defesa e das relações exteriores. O impeachment, portanto, conferiu aos derrotados a possibilidade de governar. Mais do que decidir *quem governa*, o impeachment também reorientou o *como governa*, ou seja, a agenda de ações e decisões governamentais. O marco dessa mudança de agenda governativa foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida como emenda do Teto de Gastos²¹, que estabeleceu um limite para despesas primárias (educação, saúde e assistência social) pelos próximos vinte anos, sem constranger a despesa financeira da União (pagamento de juros da dívida pública).

²⁰ Democratas (DEM) foi o nome adotado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) em 2007.

²¹ AMORIM, Felipe. PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos. **UOL**, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm> Acesso em: 10 jan. 2022.

As questões do reordenamento fundiário e da agricultura familiar ficaram em uma secretaria especial interna à Casa Civil. Essa secretaria especial foi entregue politicamente ao Solidariedade, partido que tem como base social a Força Sindical, frente que disputa a representação trabalhista com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada por Lula nos anos de 1980. Desde então, o tema fundiário passou por um direcionamento desdemocratizante pelo qual “sem uma significativa capacidade do Estado, demandas coletivas expressas pelos cidadãos não podem se traduzir em transformações da vida social” (TILLY, 2013, p. 73). Esse desmonte institucional resultou em diminuição ou extinção de programas, incentivo à privatização das terras e enfraquecimento das capacidades estatais ao longo do governo Temer.

O setor agroexportador foi atendido ainda na interinidade com a MP 733 de junho de 2016 que depois se tornou a Lei 13.340 em setembro do mesmo ano. A Lei autorizou produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União a liquidar seu saldo devedor com abatimentos entre 60% a 95%. E mais, as dívidas acima de um milhão de reais ganharam descontos de até 65%, tendo ajuizamentos e execuções fiscais suspensos. A redução do investimento estatal no campo veio na esteira, e no mesmo mês, do Teto de Gastos com edição da MP 759/16. Essa medida reorientou o mercado formal de terras pela facilitação da venda de terrenos já destinados a projetos de assentamento, desobrigando o governo federal de dinamizar economicamente as áreas reformadas (SAUER; LEITE, 2017). A MP foi apresentada pelo governo Temer como uma resposta à publicação de um acórdão do TCU que paralisou as ações de reforma e desenvolvimento agrário no país. Ao alegar prejuízos decorrentes de possíveis irregularidades no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o relator Augusto Sherman suspendeu, até o julgamento do mérito, a seleção de novos beneficiários, o assentamento de novos beneficiários já selecionados, os novos pagamentos de créditos da reforma agrária e o acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Pronera e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os novos instrumentos legais ampliaram uma tendência minoritária do governo Dilma, mas nele já existente, de favorecimento do mercado de terras e regularização de propriedades ilegais e reaperentaram o papel do judiciário na produção de impedimentos legais ao agrorreformismo. Segundo Sérgio Sauer (2017), a reforma do Código Florestal em 2012, no governo da petista, já indicava a possibilidade de legalizar terras obtidas ilegalmente por setores agroempresariais. Isso, contudo,

conviveu com o conjunto de políticas de fortalecimento da agricultura familiar dos governos Lula e Dilma. No governo Temer, no entanto, as políticas para a pequena e a média produção agrícola perderam recursos, junto com as demais políticas públicas em razão do Teto de Gastos e das prioridades alocativas da nova coalizão governista, alçada ao poder por meio de um questionável impeachment no qual a bancada ruralista apostou praticamente todas as suas fichas²². Michel Temer retribuiu o apoio dos empresários da agropecuária em decisões e gestos públicos, sendo ele o primeiro presidente brasileiro a participar de um almoço da ABAG que ocorreu exatamente dois meses após a queda de Dilma e no mesmo mês em que foi editada a MP 793. Essa MP tratava do Programa de Regularização Tributária Rural e permitia perdão e refinanciamento de dívidas previdenciárias do patronato agrícola com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), perdendo sua vigência por decurso de prazo e tendo seu conteúdo aproveitado pelos ruralistas na Lei nº 13.606/18, aprovada com apoio do governo.

O presidente Temer ampliou tendências privatistas na questão agrária brasileira pelo atendimento a solicitações da bancada ruralista que não tinham centralidade no governo Dilma. Isso ocorreu enquanto foi reduzido o escopo das políticas públicas que visavam atender às demandas apresentadas pelos movimentos sociais do campo. Os incentivos ao mercado de terras e a redução do caráter protetivo da legislação ambiental são as duas tendências que ganharam força no governo liderado pelo PMDB e composto pelos derrotados na eleição de 2018. Nesse sentido, a edição da Medida Provisória 758 de 2016 merece destaque porque ela substituiu a MP 756 do mesmo ano e manteve o teor original da proposta, ou seja, propôs a redução dos limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, localizada no estado do Pará. A Flona foi diminuída em mais de 500 mil hectares. Esta redução seria feita com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim com 542.309 hectares. A APA é uma unidade de conservação mais flexível na qual é permitido venda de terras, desmatamento em “corte-raso” e atividades econômicas como mineração e agropecuária. A medida, portanto, indicava a diminuição do controle fundiário e a liberação de áreas, anteriormente protegidas pela legislação ambiental, para o mercado de terras.

²² BANCADA ruralista oficializa apoio ao impeachment de Dilma. 16 mar. 2016. Revista Globo Rural. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/03/bancada-ruralista-oficializa-apoio-ao-impeachment-de-dilma.html> Acesso em: 10 jan. 2022.

As repercussões nacional e internacional da redução de uma unidade de conservação na Amazônia foram significativas e vieram no contexto da afirmação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do maior aumento no desmatamento da floresta tropical desde 2008²³. A Noruega anunciou a redução do apoio ao Fundo Amazônia, informação que tem enorme peso político em razão do país nórdico ser aquele que mais aporta recursos no fundo. Diante das críticas, Temer vetou integralmente a MP 758 e justificou o veto porque as modificações propostas alteravam substancialmente o regime de proteção das unidades de conservação, com comprometimento e fragilização da preservação ambiental em uma região sensível da Amazônia. No entanto, muitos pontos da MP foram convertidos na Lei nº 13.452, de 19 de junho de 2017, para contemplar a agenda do setor agroempresarial. A edição da MP 793, julho de 2017, e a derrubada dos vetos à Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018 são decisões emblemáticas e demonstrativas do fortalecimento da bancada Ruralista no Congresso Nacional e do fortalecimento da pauta agroempresarial no governo Temer.

3.1. Política agrária sob Temer: titulação, desinvestimento e desatenção presidencial

A política de reforma e desenvolvimento agrário durante o governo Temer focalizou a entrega individualizada de títulos aos assentados em vez do investimento nas áreas reformadas. Ainda em 2016, a burocracia do Incra começou a ser motivada a aumentar a titulação de assentados por meio do titulômetro, um ranking que fixava metas e premiava as superintendências regionais do órgão que mais emitissem títulos²⁴. O prêmio mensal da equipe que mais titulasse seriam oito notebooks, tendo ainda premiações de seis e quatro notebooks, respectivamente, para a segunda e a terceira equipe mais tituladoras. Para 2018, a proposta orçamentária deprimiu 83% dos valores para obtenção de imóveis rurais voltados à reforma agrária. O acesso à terra, como se pode perceber, praticamente desaparece da agenda estatal pós-governos petistas.

²³ MESSIAS, Jafília. Desmatamento na Floresta Amazônica cresceu 30% em 2016. **G1**, 11 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/01/desmatamento-na-floresta-amazonica-cresceu-30-em-2016.html> Acesso em: 04 jan. 2022.

²⁴ GUERRA, Renata; MAGALHÃES, Ana. Incra restringe recursos para assentamentos rurais. **Folha de São Paulo**, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924119-incra-restringe-recursos-para-assentamentos-rurais.shtml> Acesso em: 06 jan. 2022.

Os programas voltados para o desenvolvimento de assentamentos e a dinamização da agricultura familiar também viram seus recursos decaírem no governo daquele que havia sido vice de Dilma. O orçamento de 2017 reduziu em 64% a verba para políticas voltadas aos assentamentos e recuou em 86% os recursos para assistência técnica e extensão rural. Nesse sentido, é possível dizer que o conjunto das políticas públicas para o campo foi alvo de um profundo desinvestimento, revelador de que o tema da pequena e média produção não estava nas prioridades do novo governo.

A política agrária do governo Temer assegurou um aumento de 506% no número de títulos de posse concedidos em 2016. Segundo dados do Incra, entre 2015 e 2016, a emissão de títulos aumentou de 1.222 para 7.356 e a quantidade de famílias assentadas caiu de 26.335 para 1.686. Essa marca foi criticada por movimentos sociais do campo, entidades da sociedade civil e especialistas da questão agrária porque, na condição de assentado, o agricultor pode acessar o financiamento do Pronaf com juros baixos, mas, ao ser titulado, ele tem que buscar esse crédito por conta própria, em bancos privados com juros mais altos. A política de criação de novos projetos de assentamento que se tornou residual no governo Dilma quase desaparece com a saída do PT do poder.

O governo Temer acabou por privilegiar iniciativas de ampliação do mercado de terras, que costumam resultar em aumento da concentração fundiária, inclusive com a retomada da discussão sobre compra de fazendas por estrangeiros. Um projeto de lei apresentado em 2012 e que não avançou no Congresso Nacional voltou à pauta parlamentar em 2016 com expressivo apoio do governo que substituiu o PT. No entanto, o tema novamente não andou por causa das divergências internas entre os argumentos contrários do ministro da agricultura, o empresário agroexportador Blairo Maggi, e os discursos favoráveis do ministro da fazenda. A direção do Incra, por sua vez, emitiu a Instrução Normativa nº 88 em dezembro de 2017 que tratava de aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoa estrangeira, mas residente no Brasil, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira. O documento aponta para um afrouxamento de transações irregulares porque, de acordo com o Artigo 15 da Lei nº 5.709 de 1971, a aquisição de terras por estrangeiros em desacordo com a legislação é nula de pleno direito, cabendo ao Poder Judiciário declarar a nulidade do ato. Entretanto, as inovações jurídicas criadas pela referida instrução normativa impõem essa nulidade apenas para terceiro de boa-fé que já tiver preenchido as condições de usucapião do imóvel e para casos de aquisições

ou arrendamentos irregulares de imóveis rurais por pessoa estrangeira até dezembro de 2017, mediante requerimento que apresente plausibilidade e juridicidade do pleito. Essas alterações legais se somam ao desmonte institucional da política agrária na produção de custos de operação da burocracia pública. Segundo Leite, Castro e Sauer (2018), o orçamento da União de 2017, o primeiro elaborado pela equipe de Temer, demonstra um crescimento de 17,20% dos recursos públicos para despesas financeiras em comparação com o ano anterior, enquanto as despesas primárias sofreram uma redução de 14,2%. Os dados orçamentários sobre o Incra apresentam cortes e um redirecionamento interno dos recursos em favor de atividades que dão suporte à emissão de títulos e a realização de infraestrutura básica por meio convênios com prefeituras municipais, em detrimento de políticas diretamente voltadas aos assentamentos rurais.

O favorecimento ao mercado de terras se estendeu à política indigenista. A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi confiada a Antonio Costa, dentista e pastor da Igreja Batista do Guará em Luziânia, cidade goiana vizinha a Brasília, indicado ao cargo pelo Partido Social Cristão. Em abril de 2017, o presidente da Funai deu uma entrevista²⁵ dizendo que não se opunha ao trabalho de igrejas entre os povos indígenas e que essas populações deveriam se inserir no “sistema produtivo nacional”. Essa tendência, como veremos mais adiante, será ampliada no governo Bolsonaro.

A política agrária do governo Temer reuniu, em uma mesma conjuntura, a quase aniquilação dos recursos de aquisição de terras para reforma agrária, o desinvestimento nas políticas para agricultura familiar, o afrouxamento da legislação ambiental e a orientação evangélico-economicista da política indigenista. Isso tudo conviveu com o explícito avanço da agenda política agroempresarial e com o apoio parlamentar da Bancada Ruralista ao governo do PMDB. A concentração de terra encerrou mais um período praticamente intocada. Em 2017, o Censo Agropecuário do IBGE apontou um Índice de Gini de 0,867. Em 2006, o mesmo índice era 0,858. Em 1995, o Gini estava em 0,856. Em 1985, o referido índice ficou em 0,857. Nesse sentido, a concentração de terra resistiu ao período petista, mantendo-se onde estava antes dele, e encontrou melhor amparo no governo Temer. Com a eleição de Jair Bolsonaro, a questão agrária adquire novos contornos nesse processo de desdemocratização.

²⁵ ÍNDIOS não podem 'ficar parados no tempo', diz novo chefe da Funai. **Folha de São Paulo**. 06 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1873144-indios-nao-podem-ficar-parados-no-tempo-diz-novo-chefe-da-funai.shtml> Acesso em: 08 jan. 2022.

3.2. Bolsonaro chega ao poder

O capitão reformado Jair Bolsonaro venceu o pleito presidencial de 2018 no contexto de uma conjuntura crítica, ou seja, uma disputa eleitoral em que os competidores e as preferências do eleitorado não acompanharam a séria histórica. Desde 1994, a maior parte do eleitorado brasileiro se divide entre o PT e o PSDB seja no primeiro turno seja no segundo turno das eleições presidenciais (ALMEIDA, 2018; SINGER, 2018). Na primeira eleição nacional após a queda de Dilma, o PT encontrou enormes dificuldades de construção de sua candidatura, provocadas, principalmente, pela Operação Lava-Jato. O ex-presidente Lula estava condenado pelo juiz Sérgio Moro e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo sido preso em abril de 2018 após ter *habeas corpus* negado pelo Supremo Tribunal Federal. E mais, a candidatura do ex-presidente foi indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base na Lei da Ficha Limpa, um mês antes do primeiro turno por causa da condenação em órgão colegiado. O PT substituiu Lula por Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, como candidato a presidente e contou com a deputada estadual gaúcha Manuela D'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como vice. A campanha petista reuniu forças de esquerda e centro-esquerda e os apoios de movimentos sociais e sindicais urbanos e rurais, apresentando um programa voltado a revogar as medidas tomadas por Michel Temer, como o Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, e refazer políticas já experimentadas nos governos Lula e Dilma. A campanha do capitão reformado que, naquele momento, encontrou no Partido Social Liberal (PSL) seu abrigo, trouxe como vice o general da reserva Hamilton Mourão, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). PSL e PRTB haviam eleito, em 2014, um deputado de cada legenda.

A representatividade dos fardados de 2018 não vinha de seu tamanho partidário, mas do fato de se apresentarem como uma chapa antissistema, congregando uma insatisfação nacional difusa em diferentes setores sociais. Segundo Marcos Nobre, “Bolsonaro entende a si mesmo como líder de uma revolução conservadora” (2018, p. 25), representando e aprofundando tendências que se fortaleceram na sociedade brasileira na segunda década do século XXI. Ao observar a crise do governo Dilma, André Singer (2018) afirmou que aquela conjuntura viu o começo de uma coalizão social e política entre setores da classe média e do empresariado, com penetração trabalhista e popular, em favor de uma agenda neoliberal com destaque para a redução do Estado, o corte de gastos públicos e as reformas trabalhistas e previdenciárias. Essa

agenda, por vezes, se apresentou associada a uma “plataforma de costumes” com viés moralista e conservador em que estão sob contestação, por exemplo, a legalização do aborto, os direitos da população LGBT, o pensamento feminista, as medidas de combate ao racismo, a regulamentação do uso da maconha e a laicidade do Estado nacional. A queda presidencial foi a conjuntura de organização de um largo contingente de grupos de interesse, mobilizados num amálgama ultraliberal e conservador com destaque para o Movimento Brasil Livre (MBL), o VemPraRua, o EnDireita e o Revoltados Online (ROCHA, 2019). O impeachment de Dilma, apoiado pela maioria da população²⁶, o governo Temer e a eleição de Bolsonaro são partes de um processo pensado, neste relatório, como uma trajetória nacional de desdemocratização, mas contaram com apoio da opinião pública e do eleitorado em momentos decisivos.

A vitória de Jair Bolsonaro sobre Fernando Haddad com 55% dos votos significou uma mudança, do ponto de vista do eleitorado, em favor de um candidato abertamente crítico ao sistema político construído pela redemocratização e vinculado ao processo internacional de ascensão da extrema-direita. No Brasil, a frente política liderada por Bolsonaro reúne nostálgicos da Ditadura Militar, conservadores neopentecostais, conspiradores anticomunistas, monarquistas e membros de várias outras tendências encobertas por anos (CHAGAS, 2021). Segundo Leonardo Avritzer (2020), Bolsonaro foi o líder político que soube se apropriar do discurso da antipolítica para derreter partidos centristas e polarizar o eleitorado. Para Jairo Nicolau (2020), o Brasil dobrou à direita em 2018, principalmente, porque o eleitorado do PSDB aderiu em massa a Bolsonaro, deixando o candidato pessedebista Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, com 4,7% dos votos válidos no primeiro turno. Isso fica nítido quando se observa o mapa da eleição no qual os estados do Sul e do Centro-oeste se somam a São Paulo e aos demais estados do sudeste numa adesão majoritária ao capitão reformado, deixando a Haddad o Nordeste. A localização do voto em Bolsonaro indica que quanto maior a cidade, maior a probabilidade de votar em Bolsonaro (NICOLAU, 2018). O candidato do PSL também atraiu a maioria do voto dos homens e dos evangélicos em proporção inédita.

²⁶ 68% apoiam impeachment de Dilma, diz pesquisa Datafolha. **G1**, 19 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/68-apoiam-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa-datafolha.html> Acesso em 22 jan. 2022.

A análise das propostas de políticas públicas do capitão reformado revela que, a despeito da imagem de candidato da mudança, ele significava a continuidade do programa neoliberal que voltou a liderar a agenda nacional desde o fim dos governos petistas (PINHO, 2021). Durante a campanha, Bolsonaro nomeou como seu principal interlocutor sobre economia e futuro ministro da fazenda o banqueiro Paulo Guedes, economista ortodoxo com formação na Universidade de Chicago que integrou a equipe do ditador chileno Augusto Pinochet. Paulo Guedes em entrevistas e debates públicos defendeu manter o Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista e realizar a Reforma da Previdência junto com o mais amplo programa de privatizações da história do Brasil, que incluiria a Eletrobrás e a Petrobrás. No plano agrário, Bolsonaro afirmou que não admitiria ocupações de terras, defendeu o uso de armas para defesa de propriedades rurais e fez discursos ridicularizantes sobre quilombolas que o levaram a ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República²⁷ ao STF por crime de racismo.

O governo Bolsonaro se constituiu com dois “superministros”, como foram chamados Paulo Guedes, que assumiu o Ministério da Fazenda, rebatizado para Ministério da Economia depois de incorporar as pastas do planejamento, da indústria e do comércio exterior, e Sérgio Moro, que deixou a 13ª Vara Federal de Curitiba para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para o MAPA, o presidente Bolsonaro nomeou a agrônoma e deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), acolhendo uma indicação consensual da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Ainda como deputada e integrante da equipe de transição, Tereza Cristina anunciou a criação da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Seaf) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) que, internamente ao MAPA, incorporariam, respectivamente, a política de reforma agrária e os programas governamentais para a agricultura familiar e os assentamentos rurais. A futura ministra também anunciou que o Incra sairia da Casa Civil e passaria a constar na estrutura do Ministério da Agricultura. Ao subordinar em absoluto o agrorreformismo à política de agroexportação, a futura ministra constituiu um dos sentidos principais da política agrária do governo Bolsonaro. A Seaf foi confiada a Luiz Antonio Nabhan Garcia, um

²⁷ CASADO, Letícia. Dodge denuncia Jair Bolsonaro ao Supremo sob acusação de racismo. **Folha de São Paulo**, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/dodge-denuncia-jair-bolsonaro-ao-supremo-por-racismo.shtml> Acesso em: 20 jun. 2021.

proprietário de fazendas em São Paulo e Mato Grosso do Sul com formação técnica em agropecuária e zootecnia, que se tornou conhecido por conflitar com os sem-terra no Pontal do Paranapanema, região do oeste paulista, nos anos de 1990. Além disso, Nabhan Garcia refundou e presidiu a União Democrática Ruralista (UDR) até pouco antes de entrar no governo Bolsonaro. A UDR surgiu no contexto da redemocratização para barrar, por meios legais e ilegais, o avanço do agrorreformismo no país, ficando enfraquecida em razão de processos judiciais, do fortalecimento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do surgimento da ABAG em 1993. CNA e ABAG buscaram se diferenciar dos métodos da UDR e defender um processo de modernização da agropecuária.

O coordenador da equipe de transição e futuro ministro-chefe da Casa Civil, deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), anunciou que a Funai passaria ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, bem como as competências para demarcação de terras indígenas iriam para o MAPA. No entanto, a comissão que analisou a medida provisória da reforma administrativa no Congresso Nacional acolheu o parecer do relator, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), e determinou que tudo continuasse na pasta da Justiça. Mesmo assim, o presidente editou nova medida provisória sobre a transferência de competências que foi derrubada pelo STF em razão²⁸ de ter o mesmo teor de medida recusada pelo parlamento no mesmo 2019.

3.3. O governo Bolsonaro no campo

As tendências de política agrária do governo Temer foram continuadas e aprofundadas pelo governo Bolsonaro com novas configurações desdemocratizantes que irmanaram a política agrária, indigenista, ambiental e alimentar num processo combinado de desmonte das capacidades estatais e produção de desigualdade. Nisso tudo, o secretário especial de assuntos fundiários teve enorme relevância. Nabhan Garcia assumiu destaque por dispor de acesso direto ao presidente da República em razão de ter sido um dos coordenadores de sua campanha eleitoral. Essa proximidade levou o pecuarista a obter vitórias políticas em conflitos internos do MAPA nos quais se

²⁸ SCHREIBER, Mariana. STF mantém demarcação de terras indígenas no Ministério da Justiça, ao menos neste ano. **BBC News**, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49187664> Acesso em 14 set. 2021.

opôs aos militares. O pecuarista da Seaf aconselhou o presidente Bolsonaro a demitir o general do Exército João Carlos Jesus Corrêa da presidência do Incra, passando por cima do nome preferido pela ministra da agricultura²⁹. O militar se opor à titulação por autodeclaração. O general Jesus Corrêa também desagradou o governo quando, em maio de 2019, bloqueou os bens depositados e abriu um procedimento para investigar irregularidades na desapropriação de dezessete fazendas da família do procurador lavajatista Deltan Dallagnol em Nova Bandeirantes, município de Mato Grosso³⁰. Esses imóveis ficam na região de floresta da Amazônia Legal e pertencem a quatorze parentes do procurador, entre eles, Agenor Dallagnol, pai do lavajatista. A família do procurador recebeu R\$ 36,9 milhões em dezembro de 2016 pela desapropriação de pelo menos 37 mil hectares no município mato-grossense. O economista Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho substituiu o general na presidência do Incra. Geraldo Melo é filho de um ex-governador do Rio Grande do Norte, possui fazendas em Minas Gerais e na Bahia e integra a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, tendo estado anteriormente como assessor especial do gabinete do ministro-chefe da Casa Civil.

Os fardados de 64, a despeito dos embates internos ao MAPA, são a referência de acerto em política agrária nos discursos do secretário da Seaf. Nabhan Garcia defendeu a regularização fundiária por autodeclaração, a revisão da reforma agrária feita nos últimos 30 anos e a retomada do projeto de colonização e expansão da agropecuária na Amazônia. E ainda disse que, para o governo Bolsonaro, o MST é uma organização criminosa e a regulamentação do uso de armas para defesa das propriedades rurais era necessária, dando forma à retórica governista contra a demanda por terra. Não por acaso, a política de obtenção de terras e formação de novos projetos de assentamento teve sua redução aprofundada no governo Jair Bolsonaro, algo que significou sua quase extinção. No dia 03 de janeiro de 2019, circulou internamente ao Incra e às suas superintendências regionais um memorando que determinava a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras, 250 processos em andamento foram

²⁹ A disputa sobre terras na Amazônia que derrubou o chefe do Incra. **Poder360**, 19 out. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/a-disputa-sobre-terras-na-amazonia-que-derrubou-o-chefe-do-incra-dw/> Acesso em: 10 ago. 2021.

³⁰ Família de Deltan é acusada de fraude milionária com terras. **Monitor Mercantil**, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/familia-de-deltan-e-acusada-de-fraude-milionaria-com-terras/> Acesso em: 12 ago. 2021

suspensos³¹. A interrupção seria temporária, mas não foi estabelecida sua duração. Em março de 2019, as superintendências regionais do Instituto receberam determinação para a “expressa suspensão” das vistorias nos imóveis rurais. As vistorias possibilitam a desapropriação de glebas e, conseqüentemente, a criação de novos assentamentos.

O orçamento para aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária entre 2018 e 2019 foi reduzido em 50%, saindo de R\$ 83,7 milhões para R\$ 42 milhões³². Em comparação com 2015, último ano completo do governo petista, quando o valor destinado era de R\$ 800 milhões, houve redução de 95%. A quantidade de famílias assentadas também sofreu redução. Em maio deste 2022, a revista *Isto É*³³ registra terem sido assentadas 9 mil famílias em projetos para áreas reformadas durante o governo Bolsonaro, algo ainda menor que as 12 mil assentadas por Temer. Essa perda de recursos foi combinada às reconfigurações da burocracia do Incra. Nabhan Garcia, logo no início de sua gestão, afirmou que constituiria um grupo de trabalho para avaliar a redução de 30% do pessoal do Instituto, em linha com as perspectivas de redução da máquina pública defendida pelo governo. E mais, a verba discricionária usada para os programas do Incra caiu de R\$ 1,9 bilhão em 2011 para R\$ 500 milhões em 2020.

O PAA e o Pronaf tiveram destinos diferentes no governo Bolsonaro. Segundo Perin et al (2021), o PAA experimentou uma contínua redução de seus recursos. O maior aporte do governo federal ao programa ocorreu em 2012, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Em 2018, o PAA contou com cerca R\$ 300 milhões. Os esforços institucionais de redesenho em sua forma de gestão, visando diminuir a burocracia, facilitar o acesso, impedir desvios e aumentar a segurança sanitária da produção, foram suplantados pela redução dos recursos. O Pronaf, contudo, teve melhor sorte. No Plano Safra 2021/2022, o presidente Bolsonaro anunciou R\$ 39,3 bilhões para os agricultores familiares, 19% a mais do que no ano anterior. Entretanto, a renda bruta dos pequenos

³¹ CAMARGOS, Daniel; JUNQUEIRA, Diego. Governo Bolsonaro suspende reforma agrária por tempo indeterminado. **Repórter Brasil**, 08 jan. 2019. Disponível em: reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-suspende-reforma-agraria Acesso em: 20 jul. 2021.

³² CAMARGOS, Daniel; MAGALHÃES, Ana. Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país. **Repórter Brasil**, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/> Acesso em: 22 jul. 2021.

³³ RÖLKE, Gabriela. O governo Bolsonaro acaba com a reforma agrária e abala as entidades de sustentação do movimento. **Isto É**, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-fim-da-reforma-agraria/> Acesso em: 23 jan. 2022.

produtores para o enquadramento no Pronaf subiu para R\$ 500 mil, 20,5% a mais do que no ano anterior³⁴. Isso implica em maior competição pelos recursos entre pequenos produtores e aqueles que, anteriormente, estariam classificados como médios produtores. E mais, a taxa de custeio para os pequenos produtores subiu de 4% para 4,5%, a dos médios de 5% para 5,5% e a dos grandes de 6% para 7,5%. Houve, portanto, um encarecimento geral do crédito agrícola, sendo maior para os grandes produtores, e um aumento da competição pelo crédito subsidiado entre os pequenos produtores. Para a safra 2022/2023, foram anunciados R\$ 50 bi. Nesse contexto,

A paralisação dos processos de reforma agrária foi motivo de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) no Supremo Tribunal Federal, assinada pelas organizações de trabalhadores rurais e partidos de oposição em 2020 que buscavam obrigar o governo a retomar as desapropriações e os projetos de assentamento. No ano seguinte, o ministro Marco Aurélio Mello rejeitou a ação por argumentar que não cabia ao Judiciário implementar política pública. Os autores apresentaram um recurso que ainda não foi julgado. A aposentadoria de Marco Aurélio Mello em 2021 fez o recurso passar para as mãos do ministro André Mendonça, pastor presbiteriano e ex-ministro da justiça de Bolsonaro (que assumiu o cargo depois da barulhenta demissão de Moro por Bolsonaro). Mendonça foi indicado pelo presidente³⁵ ao Supremo como forma de agradar o eleitorado e os líderes evangélicos.

O secretário da Seaf também aconselhou o presidente Bolsonaro a demitir o general da reserva Franklimberg de Freitas da presidência da Funai³⁶. Isso se torna ainda mais relevante por ter ocorrido depois da demissão de um militar do Incra e pelo fato do governo Bolsonaro ser aquele que mais conta com fardados em cargos de confiança

³⁴ ZAFALON, Mauro. Recursos do Plano Safra serão de R\$ 251 bilhões, com aumento de 6,3%. **Folha de São Paulo**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/vaivem/2021/06/recursos-do-plano-safra-serao-de-r-251-bilhoes-com-aumento-de-63.shtml> Acesso em: 24 jan. 2022.

³⁵ CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. **G1**, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml> Acesso em: 25 jan. 2022.

³⁶ QUADROS, Vasconcelo. Quem é Nabhan Garcia, o todo-poderoso secretário fundiário de Bolsonaro. **Exame**, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-nabhan-garcia-o-todo-poderoso-secretario-fundiario-de-bolsonaro/> Acesso em: 10 ago. 2021.

desde a redemocratização³⁷. De ascendência indígena, o general Freitas se despediu após menos de sete meses à frente da política indigenista e, em seu discurso final, afirmou ser o presidente mal assessorado por Nabhan Garcia que “saliva ódio” quando fala de indígenas³⁸. Para a Funai, foi nomeado Mateus Augusto Xavier, delegado da Polícia Federal (PF), cujo histórico traz o registro de investigações em duas apurações internas da PF e o afastamento de uma operação em terra indígena. Ele também foi rejeitado numa primeira avaliação psicológica para o cargo de delegado, e foi aprovado em segunda avaliação.

O novo presidente da Funai se juntou ao secretário da Seaf e ao chefe da Procuradoria Federal Especializada da Advocacia-Geral da União, Álvaro Simeão, para construir a Instrução Normativa 09 (IN 09). Esse documento alterou o entendimento sobre a proteção de territórios indígenas cujos processos de demarcação não foram finalizados ou ainda esperam homologação. Antes de Mateus Xavier assumir a presidência da Funai, uma equipe técnica já havia avaliado e rejeitado um pedido de atualização da normativa a partir do que está na Constituição, ou seja, se existe um imóvel privado sobreposto a uma terra indígena, prevalecem os direitos indígenas. O apagamento de terras não homologadas no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) era pauta prioritária de Nabhan Garcia, no sentido de enfraquecer a proteção estatal a esses territórios e possibilitar seu aproveitamento econômico (legal e ilegal) no mercado de terras, sendo esse o estopim para a troca da presidência da Funai.

A política indigenista sofreu também as interferências da ministra da mulher, família e direitos humanos Damares Alves, uma pastora que foi assessora do senador capixaba e líder da bancada evangélica Magno Malta e que articulou a relação da campanha de Bolsonaro com igrejas de diferentes denominações no país. A ministra é fundadora da Atini, organização investigada pelo Ministério Público Federal por tráfico de crianças³⁹, e traz em sua biografia a controversa adoção⁴⁰ de uma indígena.

³⁷ PRESENÇA de militares em cargo civil aumentou 193%, diz Ipea. 01 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5012065-presenca-de-militares-em-cargo-civil-aumentou-193-diz-ipea.html> Acesso em: 14 ago. 2021

³⁸ SHALDERS, André. Falhou no psicotécnico, investigou desafeto e atacou procurador: a trajetória do novo presidente da Funai. **BBC News**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49107737> Acesso em: 14 ago. 2021.

³⁹ DANTAS, Dimitrius. ONG fundada por Damares Alves é alvo de duas investigações do MPF sobre tratamento dado a indígenas. **O Globo**, 07 dez. 2018. Disponível em:

A ministra Damares Alves liderou a inserção de missionárias cristãs⁴¹ da Jocum, sigla para a organização Jovens com uma Missão, em uma ação de contato com o povo recém-contatado suruwahá, do Amazonas, promovida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Curiosamente, ambas as missionárias haviam sido retiradas da aldeia pela Jocum há 14 anos. Desde então, uma delas se tornou missionária evangélica e a outra se engajou em campanhas promovidas pela organização. A própria entidade missionária Jocum, de origem estadunidense, já foi expulsa do território suruwahá em função de atividades proselitistas e discriminatórias, identificadas pelo Ministério Público Federal. A ministra também criticou publicamente a ação de organizações não governamentais estrangeiras na Amazônia e disse que a ação dos missionários cristãos era benéfica para as etnias. Damares Alves também conseguiu emplacar Ricardo Lopes Dias, missionário evangélico, como coordenador da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai, aprofundando a interferência do proselitismo religioso na política indigenista.

A política agrária no governo Bolsonaro, como se pode perceber, paralisa o residual programa de reforma agrária herdado dos governos do PT e de Michel Temer, aprofunda o favorecimento ao mercado de terras, desfinancia os programas de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais e adiciona um avanço predatório em terras e povos indígenas. Isso se soma à desregulamentação da fiscalização ambiental cuja maior expressão está nos embates com o Instituto nacional de Pesquisas Espaciais⁴² e nos recordes seguidos de desmatamento no país⁴³. Esse desmonte de capacidades estatais teve impactos diversos e para além do mundo rural, sendo o aumento da inflação de alimentos um dos mais sensíveis. Esse aumento é

<https://oglobo.globo.com/brasil/ong-fundada-por-damares-alves-alvo-de-duas-investigacoes-do-mpf-sobre-tratamento-dado-indigenas-23288381> Acesso em: 15 ago. 2021.

⁴⁰ PORTINARI, Natália; SASSINE, Vinícius. A história de Lulu Kamayurá, a índia criada como filha pela ministra Damares Alves. **O Globo**, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-historia-de-lulu-kamayura-india-criada-como-filha-pela-ministra-damares-alves> Acesso em: 14 ago. 2021.

⁴¹ FELLET, João. Governo inclui ONG missionária próxima a Damares em viagem até indígenas recém-contatados na Amazônia. **BBC News**, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51422570> Acesso em: 17 ago. 2021.

⁴² GÓES, Bruno. Diretor do Inpe será exonerado após questionamento de dados sobre desmatamento. **O Globo**, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-questionamento-de-dados-sobre-desmatamento-23849988> Acesso em: 23 mai. 2022.

⁴³ SOBRINHO, Wanderley Preite. **Uol**, 20 mai. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/20/> Acesso em: 22 mai. 2022.

multifatorial, mas conta com o peso significativo dos problemas de oferta ao mercado interno. Em 2019, o governo anunciou a venda de 27 das 92 Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As compras públicas de alimentos operadas pela Conab têm como finalidade fazer doações para populações ameaçadas pela fome e formar estoques públicos estratégicos tanto para garantir o abastecimento de pequenos agricultores quanto para regular os preços do mercado de alimentos básicos. A Conab argumentou que a medida privatizante era necessária e economizaria R\$ 11,5 milhões ao ano, estimando arrecadar mais R\$ 44 milhões com a venda dos imóveis. No entanto, essa medida representa uma continuidade com práticas adotadas por Blairo Maggi, megaexportador de soja e ministro da agricultura do governo Temer. Maggi também é empresário do ramo de armazenamento privado de grãos e favoreceu este mercado, quando esteve no governo, por meio de uma reestruturação da Conab que foi continuada pela ministra Tereza Cristina.

O desmonte dessas capacidades estatais, somado às consequências em produção alimentícia oriundas da pandemia de covid-19 iniciada em 2020, favoreceu uma inflação de alimentos crescente que, no quarto ano do governo Bolsonaro, fez a cesta básica valer menos que o salário mínimo da economia⁴⁴. A inflação de alimentos se somou ao desemprego severo no meio rural (COSTA; VIEIRA FILHO, 2020), que acompanhou o crescimento do desemprego no país, e ao aumento dos percentuais de pobreza, miséria e fome⁴⁵.

Considerações finais

Este relatório buscou analisar a relação entre desdemocratização e política agrária no Brasil contemporâneo, voltando suas lentes às políticas públicas para o campo nos governos Temer e Bolsonaro. Para tanto, foi necessário apresentar a leitura tillyana de democracia e o caráter conflitivo da questão agrária no Brasil e em outras

⁴⁴ LAMUCCI, Sergio; GOMBATA, Marsílea. Salário mínimo é insuficiente para comprar cesta básica. **Valor**, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/13/salrio-mnimo-insuficiente-para-comprar-cesta-bsica.ghtml> Acesso em: 15 jun. 2022.

⁴⁵ ANDRADE, Henrique; RESENDE, Isabelle. Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo. **CNN Brasil**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas> Acesso em 14 jun 2022.

sociedades como forma de desmontar percepções voluntaristas sobre quaisquer soluções para o problema da terra. Em seguida, o texto mergulhou no agrorreformismo durante os governos nacionais petistas e repôs conclusões sobre a dimensão residual da desconcentração fundiária e a dimensão incremental e particular das políticas para agricultura familiar no período. Isso tudo permitiu que a análise dos governos Temer e Bolsonaro demonstrasse um profundo e continuado processo de desmonte de capacidades estatais construídas a curto, médio e longo prazo nas políticas públicas para o campo com impactos para além dele. Essas externalidades negativas se apresentam num cenário de expectativas deprimidas que combina desemprego rural, encarecimento dos alimentos e aumento significativo dos níveis de miséria, pobreza e fome como consequências sociais e econômicas de um caso de desdemocratização.

Referências

ACSERALD, Vitor. **A economia política do agronegócio no Brasil: o legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, Irllys. Ação direta e simbologia das 'jornadas de junho': notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, v. 4, p. 145-164, 2014.

BOSCHI, Renato Raul. Capacidades Estatais, Empresários e Desenvolvimento no Brasil: uma reflexão sobre a agenda pós-neoliberal. **Revista do Serviço Público** (Brasília), vol. especial, p. 71-92, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42-53, 2013.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. **Brasil – cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos**. Madri: Catarata/UCM, 2018.

CAMPOS, Marcos Paulo. **Os sentidos da reforma agrária no lulismo**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

CAMPOS, Marcos Paulo. Conciliação, disputa e residualidade: A reforma agrária no Brasil durante os governos do PT. **Historia Agraria**, v. 84, p. 239-268, 2021.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARTER, Miguel. The landless rural workers movement and democracy in Brazil. **Latin American Research Review**, Volume 45, Special Issue, p. 186-217, 2010.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CHAGAS, Viktor. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 34, p. 169-196, 2021.

COSTA, Edward Martins; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desemprego Severo no Meio Rural Brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2020.

DAGNINO, Evelina. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DAHL, Robert. **Poliarchy: participation and opposition**. New Haven: University of Yale Editions, 1971.

DELGADO, Guilherme. Especialização Primária como Limite ao Desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FALCÃO, L.; KRITSKI, R. Por que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe de estado: um debate conceitual. In: SUAREZ, M.; PATO, C.(org). **O Brasil no contexto político contemporâneo: desafios e perspectivas**. Niterói (RJ): Eduff, p. 37-58 2021.

FERRERAS, Norbert. Bandoleiros, Cangaceiros e Matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. **História**, v. 22, n.2, p. 211-226, 2003.

FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-206.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIORDANO, Verónica. Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? **Nueva Sociedad**, n.º 254, p.46- 56, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONDIM, Linda. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis**, v. 44, p. 119-144, 2016.

GUEDES, Sebastião. Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia**, v. 32, n. 1 (ano 30), p. 7-36, jan./ jun. 2006.

HAWLEY, George. **Making sense of the alt-right**. New York: Columbia University Press, 2017.

HOBBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados/> Acesso em: 14 dez. 2022.

IGLESIAS, Esteban. Los movimientos sociales bajo el gobierno de Lula Da Silva: entre la construcción del proyecto político y la institucionalización del diálogo político. **Revista SAAP**. Vol. 5, nº 1, mai, p. 131-156. 2011

IPEA. **II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal> Acesso em: 28 abr. 2021.

- KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (org). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.
- LAMOUNIER, Bolivar; FIGUEIREDO, Rubens. **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Autores Associados, 2002.
- LEITE, Acácio Z.; CASTRO, Luis F. P.; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista Okara: geografia em debate**. Vol. 12, nº 2, p. 247-274, 2018.
- LYNCH, Christian. **Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)**. São Paulo, Alameda, 2014.
- LOPES, Monalisa; SILVA, Emanuel. O Brasil que surge do impeachment: perspectivas analíticas nas ciências sociais. In: FRANCO, R.; GONZÁLEZ, P.; BEZERRA, T. (org). **Investigar para transformar**. Campina Grande: Realize Editora, p. 583-596, 2018.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- NEGRÃO, Lísias. Repensando o messianismo e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, nº 133, p. 119-129, 2001.
- NOBRE, Marcos. A revolta conservadora. **Piauí**, nº 147, p. 24 - 27, 2018.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 - 2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 287-328.

PAHNKE, Anthony. From hostile skepticism to strategic utilization: how the Brazilian landless movement learned from repression to use legislation. **Social Movement Studies**, Vol. 17, nº 2, 2018, p. 175–188.

PENNA, Camila. **Conexões e controvérsias no Incra de Marabá**: o Estado como um ator heterogêneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

PINHO, Carlos. Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020). **Sociedade e Estado**. v. 36, p. 195-216, 2021.

POWER, Timothy. Continuity in a changing Brazil: The transition from Lula to Dilma. In: CASTRO, Fábio de; KOONINGS, Kees; WIESEBRON, Marianne. **Brazil Under the Workers' Party**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 10-35.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. Cambridge: NY, Cambridge University Press, 1985.

QUESTÃO Agrária: agricultura, meio ambiente, população, assalariados rurais, nordeste, Amazônia, violência e extração mineral. Programa Brasil Urgente Lula Presidente, 1989.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e Protagonismo Popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João (Orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, p. 285-313, 2006.

SAUER, Sérgio e LEITE, Acácio Z. **Medida Provisória 759**: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. Retratos de assentamentos. Vol. 20, p. 14-40, 2017.

SAUER, Sérgio. Rural Brazil during the Lula Administrations: agreements with agribusiness and disputes in agrarian policies. **Latin American Perspectives**, vol. 46, p. 103-121, First Published, 2017.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SILVA, José Gomes da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPRUYT, Hendrik. **The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VEIGA, José Eli da. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VIDA Digna no Campo. Desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar. Coligação Lula Presidente, 2002.

Anexos

JUSTIFICATIVA

As publicações são assinadas como Marcos Paulo Campos. Devo justificar que essa é a assinatura que uso em publicações, apesar de meu nome completo ser Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello. Isso está indicado na sessão “Nome em citações bibliográficas” do meu Currículo Lattes.

Conciliação, disputa e residualidade: A reforma agrária no Brasil durante os governos do PT

MARCOS PAULO CAMPOS

PALAVRAS-CHAVE: reforma agrária, Brasil, PT, movimentos sociais rurais.

CLASSIFICAÇÃO JEL: N16, Q34, Q28, H41.

***E**ste artigo trata da política de reforma agrária dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff e analisa como os mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) foram marcados pelo caráter residual da desconcentração de terras. O trabalho busca recompor sistematicamente os sentidos e as práticas do conflito político entre governos petistas e movimentos sociais do campo com informações obtidas na análise do conteúdo de documentos partidários, eleitorais e governamentais, no acompanhamento sistemático de periódicos nacionais, na análise descritiva de dados quantitativos sobre ocupações de terras, disponibilizados pelo DATALUTA/UNESP e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e na inserção etnográfica em eventos de protesto. Esses dados permitem perceber que a perspectiva conciliatória com a qual o PT ganhou as eleições de 2002 não se sustentou no exercício governativo devido a disputas intensas em torno da política agrorreformista que não evitaram o caráter residual da ação governamental no campo assumiu após a reeleição de Lula da Silva em 2006.*

Conciliation, contentious and residuality: Land reform in Brazil under the Workers' Party

KEYWORDS: land reform, Brazil, PT, agrarian movements.

JEL CODES: N16, Q34, Q28, H41.

This paper analyzes the land reform policy of Lula da Silva and Dilma Rousseff governments and how the presidential mandates of Workers' Party (PT) constituted a residual land reform in Brazil. The paper aims to systematically compose the meanings and practices of the political conflict between PT's governments and agrarian movements with sessions that replace data obtained from analysis of electoral and governmental documents, from systematically accompanying national journals, from descriptive analysis of quantitative data on land occupations, available by DATALUTA/UNESP and the Pastoral Land Commission (CPT), and from field observations in protest events. These data make it possible to realize that the conciliatory perspective wherewith the PT won the 2002 elections was not based on the government exercise during which contentious arose about agrarian reformism without, however, relieving it of the residual character it assumed after the re-election of Lula da Silva.

Recepção: 2019-11-20 • Revisão: 2020-07-03 • Aceitação: 2020-11-24

Marcos Paulo Campos [orcid.org/0000-0002-1189-085X] é professor de Sociologia na Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a disputa política em torno da reforma agrária no Brasil durante os governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) e busca compreender como se constituiu um reordenamento fundiário caracterizado pela baixa desconcentração de terras durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Nesse sentido, a análise aqui exposta busca recompor sistematicamente os sentidos do conflito político estruturante da reduzida distribuição de lotes agrários que marcou os governos nacionais petistas. A baixa desconcentração fundiária promovida pelos governos petistas é nomeada de agrorreformismo residual, sendo também compreendida como a configuração final de um processo precedido de intensas disputas dentro e fora das instituições políticas brasileiras. Essas disputas foram capazes de fragilizar tanto a elaboração programático-eleitoral inicial como a aliança partidária liderada pelo PT e forjada na perspectiva da conciliação de classes sociais.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), Miguel Carter (2010), Timothy Power (2014), Esteban Iglesias (2011), André Singer (2012), Bernardo Mançano Fernandes (2013), José de Souza Martins (2011, 2016) e Anthony Pahnke (2018) compõem uma literatura crítica a respeito dos governos nacionais petistas em geral e de sua política de reforma agrária em particular. André Singer e Timothy Power preferem definir os governos nacionais petistas como recuos em relação ao programa histórico do PT, mas ainda assim os consideram como experiências progressistas na história brasileira recente. No plano da questão agrária, Ariovaldo Oliveira, José de Souza Martins e Bernardo Mançano Fernandes convergem na afirmação de que não houve desconcentração fundiária em larga escala durante os governos do PT no Brasil. Ariovaldo Oliveira sustenta que a obrigação constitucional de executar a política pública de reordenamento fundiário foi deixada de lado desde o primeiro mandato presidencial petista. O autor também critica o governo por não apresentar explicações públicas para o não cumprimento de metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003). Além disso, Ariovaldo Oliveira afirma que a ascensão de burocratas corruptos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão executor da política agrária federal, assegurou a criação de instrumentos legais para regularizar a apropriação privada de terras públicas pelos grandes fazendeiros, sobretudo, na região amazônica. José de Souza Martins reconhece tanto a tendência latifundista, de longa data, no meio rural brasileiro, como o rebaixamento, conjuntural, do potencial conflitivo das organizações de luta no campo frente aos presidentes petistas. O sociólogo entende a possível calmaria dos conflitos por terra como a resultante de um manejo político, pois «o PT no poder empenhou-se ativa e detalhadamente numa política de conciliação dos contrários, amansando e enquadrando os belicosos, como fez com o MST [Movimento Sem Terra] (cuja agres-

ividade decaiu no período)» (Martins, 2011: 10). Nesses termos, o sentido conciliatório da intervenção estatal no campo durante os governos nacionais petistas adquire maior relevo explicativo, bem como o efeito da política social do período que, para Martins, se tornou uma forma de inclusão dos empobrecidos num modelo institucional de conformismo político e apaziguamento de conflitos.

Bernardo Mançano Fernandes distancia-se das análises já apresentadas por reconhecer os governos nacionais do Partido dos Trabalhadores como a conjuntura política de um reordenamento parcial da concentração fundiária. O geógrafo entende os governos do presidente Lula da Silva como mandatos de enfrentamento tímido ao tema da desconcentração de terras. Os instrumentos de desapropriação, portanto, não tiveram centralidade na política de reforma agrária dos mandatos petistas. Isso fez com que o acesso à terra não implicasse em desconcentração fundiária no referido período. Bernardo Fernandes dirige sua crítica ao alcance da política agrária dos governos do PT cuja incapacidade de alterar a subordinação do agricultor familiar à agricultura empresarial ocorreu mesmo com a execução de importantes programas voltados à pequena e à média produção agrícola, nomeada de agricultura familiar. Dentre esses programas, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, Bernardo Fernandes considera que, ao invés de aquietadas, as organizações de luta no campo foram as responsáveis pelo reordenamento agrário, mesmo que limitado, ocorrido nos governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Miguel Carter, Esteban Iglesias e Anthony Pahnke problematizam os governos nacionais do PT a partir das ações dos movimentos sociais e concluem que as intensas articulações entre Estado e sociedade civil organizada estão na base das políticas públicas democratizantes do período. Contudo, se houve democratização, isso não significa que os projetos de ampla transformação social, gestados pelos movimentos sociais brasileiros, tenham sido a única agenda dos governos nacionais petistas. Miguel Carter e Esteban Iglesias alertam para a institucionalização do diálogo político que pode frear as demandas dos movimentos sociais e impedir o avanço de suas reivindicações. Anthony Pahnke aponta que a estreita proximidade entre o MST e o governo do PT significa que o Movimento rompeu com a hostilidade inicial que experimentava na relação com as instituições governamentais e passou a utilizar estrategicamente de sua proximidade com o Estado em favor da ampliação de políticas públicas para os pobres do campo.

Como se pode perceber, a literatura especializada problematiza três temas ao tratar da reforma agrária nos governos nacionais petistas, sendo esses: o sentido do agrorrefor-

mesmo governamental, as formas de ação dos movimentos sociais rurais nesse contexto e, por fim, os resultados em desconcentração fundiária e desenvolvimento no campo. Essas polêmicas dão corpo às três sessões seguintes deste artigo que recuperam dados obtidos a partir de variados métodos de pesquisa. Para acessar o sentido da política agrária dos governos do PT, as informações foram buscadas na análise do conteúdo de documentos partidários, eleitorais e governamentais e no acompanhamento sistemático de revistas e jornais de circulação nacional com destaque para o jornal *Folha de São Paulo*. O entendimento sobre a ação dos movimentos sociais no campo privilegia a análise descritiva de dados quantitativos sobre ocupações de terras, disponibilizados pelo DATA-LUTA/UNESP e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seu relatório anual «Conflitos no Campo Brasil», mas também se utilizou da inserção etnográfica em eventos de protesto e de fontes secundárias. A análise sobre a desconcentração fundiária e o desenvolvimento agrário durante os governos nacionais petistas valeu-se dos métodos precedentes em cotejo com o posicionamento de analistas de conjuntura e da questão agrária.

2. A REFORMA AGRÁRIA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, com a vitória de Lula da Silva em sua quarta disputa presidencial, é um fenômeno com muitos significados. Para André Singer, «2002 pode ser o marco inicial de fase prolongada no Brasil, como aconteceu nos E.U.A. com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt. Em 1932, nos E.U.A., assim como em 2002 no Brasil, numa típica eleição de alternância, forma-se nova maioria» (Singer, 2012: 14). Isso porque, tendo-se constituído no contexto da redemocratização com a articulação entre movimentos sociais, novo sindicalismo, setores progressistas da Igreja Católica e de outras denominações cristãs, militantes de esquerda, profissionais liberais e intelectuais, o PT encarnava amplas expectativas em torno de um projeto político modernizador e igualitário para o país (Secco, 2011). Mais do que isso, Eli Diniz assegura que a vitória petista participa de «um contexto favorável à retomada do debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento na América Latina em geral e no Brasil em particular» (Diniz, 2011: 493).

As expectativas em torno da vitória petista concorreram para certa percepção política e intelectual de que mudanças significativas entrariam na agenda governativa, dentre elas, a reforma agrária. Contudo, a proposta de política para o meio rural apresentada pelo PT em sua quarta campanha presidencial diferiu bastante das apresentadas em outras eleições. Em 1989, por exemplo, na primeira eleição presidencial direta depois da Ditadura Militar, a campanha do Partido dos Trabalhadores apresentou um programa de governo comprometido com amplas mudanças na sociedade brasileira. As políticas públicas para o campo estavam em uma sessão particular do referido documento eleitoral, compondo

um caderno específico com o subtítulo «Questão Agrária». Nessa sessão, a questão fundiária é reconhecida como parte do conflito social distributivo em seus nexos com a democracia e o desenvolvimento. O documento assume a perspectiva clássica da reforma agrária como medida estrutural de incentivo ao desenvolvimento capitalista capaz de incluir no contrato social moderno as populações que não residem nas cidades nem trabalham na indústria ou nos serviços. Nesse sentido, convém repor que a intervenção deliberada do Estado nas bases do setor agropecuário da economia em busca de modificar a estrutura de propriedade agrária de uma região ou de um país na direção de uma distribuição mais equânime da terra e da renda agrícola é o entendimento mais consensual para o termo *reforma agrária* (Veiga, 1991). Isto é, no contexto da modernidade, a reforma agrária é uma medida fundamental aos processos de desenvolvimento tipicamente capitalistas (Martins, 1994). E mais, José Eli da Veiga (1994) aponta que se espera da reforma agrária um efeito produtivo na oferta de alimentos e um efeito distributivo na renda com o barateamento da oferta de alimentos. Para o autor,

«com base nos efeitos econômicos das reformas agrárias realizadas no século XX, o que se podia esperar desse tipo de programa era exatamente esses dois tipos de impacto: o produtivo e o distributivo. O aumento da produção agrícola tinha sido uma característica constante das reformas realizadas. Até a boliviana, de 1953, sempre usada pelos anti-reformistas como exemplo de desastre econômico teve, na realidade, resultado positivo na expansão da oferta, conforme indicam as avaliações feitas, no final dos anos 70, pelo Banco Mundial» (Veiga, 1994: 69).

Além do duplo efeito apontado na citação acima, José de Souza Martins (2000) acrescenta que, embora nem sempre agrade aos capitalistas de seu tempo, a reforma agrária favorece o desenvolvimento do capitalismo de tipo industrial e moderno por dirigir às fábricas o investimento que ficaria imobilizado em terras. Não por acaso, a desconcentração fundiária, em distintos contornos, teve lugar na história de, praticamente, todos os países centrais do capitalismo (Hobsbawn, 1983). No caso brasileiro, o histórico de industrialização dirigida pelos grandes proprietários de terra particulariza o processo de desenvolvimento –por não contar com a disputa entre o segmento agrário e o segmento fabril da burguesia que ocorreu em outras nacionalidades, por exemplo, os E.U.A.– e constitui forte entrave à realização de um programa de reforma agrária com amplo alcance porque o agrorreformismo não integra os interesses de nenhuma fração da burguesia nacional. Ao contrário, o recrudescimento da grande propriedade, por mecanismos legais e ilegais, tem sido parte da estratégia de reprodução da elite econômica brasileira.

As formulações do programa de governo petista, em 1989, não necessariamente encontraram ressonância nas propostas apresentadas pelo partido na década seguinte. Os

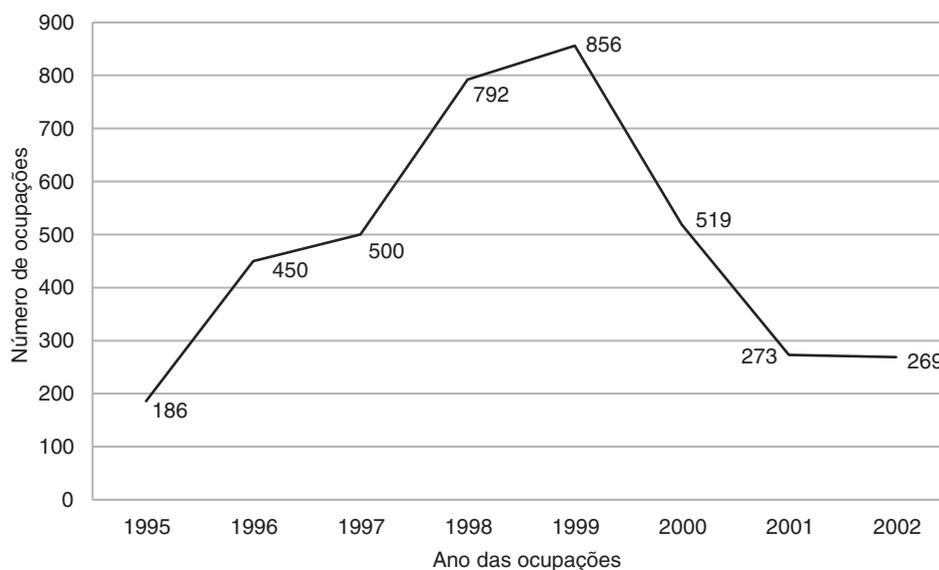
anos da década de 1990 assistiram ao enfraquecimento da percepção sobre a reforma agrária como medida estrutural ao desenvolvimento e à democratização do país nos programas eleitorais petistas. Apesar disso, o tema agrorreformista seguiu compondo o núcleo das propostas da segunda candidatura presidencial de Lula da Silva. A eleição de 1994, que terminou com a vitória de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), teve a reforma agrária apresentada pelo PT como saída para duas questões articuladas: a extrema pobreza e a demanda por alimentos das massas urbanas. A candidatura petista seguiu reconhecendo como problemática a permanência da concentração fundiária, mas a redistribuição de terras apareceu muito mais vinculada a seus efeitos sociais e econômicos, no plano da garantia de trabalho e de moradia para os pobres do campo e da ampliação da oferta de alimentos às cidades, do que como medida de democratização da propriedade e do acesso à terra capaz de enfraquecer o poder econômico e social dos grandes fazendeiros.

Os termos de enunciação do compromisso político do PT com a reforma agrária na eleição de 1998, finalizada com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por sua vez, reproduzem e consolidam um deslocamento de sentido nos programas de governo do partido em que o reordenamento fundiário deixa de ser uma política pública para a revisão radical do direito de propriedade e mudança na estrutura de poder da sociedade brasileira, passando a ser apresentado como um programa social de enfrentamento à fome, garantia de moradia e geração de trabalho para os empobrecidos do campo. Isso significa a manutenção da orientação política em favor da redistribuição de terras, assumida pelo Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, com a admissão da continuidade das grandes propriedades que sejam produtivas, pois a reforma agrária, desde a eleição anterior, não mais aparece como uma política de confronto com a concentração fundiária independente de sua produtividade. Ao final dos anos 1990, portanto, o reordenamento fundiário sofre uma profunda reconfiguração nos programas de governo petistas. A despeito disso, houve crescente demanda por terra expressa em ocupações de fazendas improdutivas, como demonstra o Gráfico 1.

O aumento da demanda por terra ocorreu, segundo Guilherme Delgado (2010), concomitantemente à reorganização da chamada *economia do agronegócio* e isso ajuda a entender o denso conflito entre o capital e o trabalho no campo brasileiro durante a campanha eleitoral de 2002 na qual o programa de governo petista apresentou a proposta de conciliação entre reforma agrária e agricultura empresarial. Nesta altura, é importante dizer que o termo *agronegócio* é a nomeação empírica da parceria estratégica entre a concentração fundiária e a política de desenvolvimento no Brasil (Delgado, 2010). Essa parceria foi fortemente retomada na crise cambial brasileira de 1999, cenário de desmonte da paridade real/dólar e de reconstrução do marco de estruturação de uma nova estra-

tégia de acumulação de capital no setor agrícola. Ao final dos anos 1990, assim como em outros momentos da história do país, o setor agrícola foi chamado a «gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit de conta corrente» (Delgado, 2013: 63). O referido déficit ocorreu pela saída de recursos ocorrida com a desvalorização do real em relação ao dólar, conjugada ao fato de que a economia nacional importa produtos de alto valor agregado.

GRÁFICO 1
Ocupações de Terra no Governo FHC (1995-2002)



Fonte: DATALUTA.

As mudanças analisadas por Guilherme Delgado tiveram fortes implicações para a defesa política de um programa de reforma agrária, pois a grande propriedade mecanizada, com tecnologia intensiva de produção e voltada ao mercado externo, refez sua importância para as contas públicas e para o conjunto da economia nacional. Para Vitor Acselrad, após longo período de preocupações nacionais com a indústria de transformação, a agropecuária empresarial «recuperou sua posição estratégica no que se refere às exportações e ao equilíbrio das contas externas, sendo ainda responsável por parcela do recente êxito no combate à inflação» (Acselrad, 2012: 4). Essa renovada importância da grande propriedade agroexportadora deve ser considerada para pensar o contexto de apresentação do programa de governo da quarta candidatura presidencial petista. Se, desde 1989, as campanhas lideradas pelo PT afirmavam tanto a possibilidade de enfrentar o latifúndio em favor da industrialização, quanto o desaquecimento econômico da produção agrícola,

em 2002, a candidatura petista ao governo federal teria que, necessariamente, enfrentar o papel da agropecuária de exportação como o setor mais dinâmico da economia nacional. E mais, isso teria que ser feito considerando o histórico compromisso do PT com a reforma agrária e o apoio político e eleitoral dos movimentos sociais e sindicais do campo ao partido, renovado nos três pleitos presidenciais anteriores. Não por acaso, o programa de governo da quarta candidatura presidencial petista adquiriu um sentido oposto às elaborações programáticas dos anos 1990 e passou a reconhecer o vigor econômico e social da produção agropecuária nacional. Se, em 1998, o caderno de propostas para a agricultura, produzido no contexto de forte unidade da esquerda brasileira, afirmou o enfraquecimento do setor primário do país, em 2002, a política agrária da candidatura presidencial do PT, exercitando um profundo deslocamento de sentido, admitiu o reposicionamento nacional do agronegócio. Essas redefinições programáticas ocorreram em consonância com outras mudanças da candidatura petista. A aliança partidária foi redefinida de forma substantiva, acolhendo setores do grande capital. O senador pelo Partido Liberal (PL) e empresário mineiro do ramo têxtil, José Alencar, foi escolhido para a vaga de vice-presidente na chapa liderada por Lula da Silva. A composição, portanto, expressava uma aliança entre empresários e trabalhadores, defendida pelo candidato do PT na campanha eleitoral. Tudo isso se somou ao apoio crescente e explícito de diversos setores do empresariado, inclusive, o setor agroexportador.

A redefinição de alianças e a incorporação de uma visão positiva sobre o papel da agropecuária de exportação na economia nacional impactaram a formulação sobre a política fundiária da candidatura petista em 2002. O documento com as propostas de política agrária da aliança encabeçado pelo PT, intitulado «Vida Digna no Campo», trazia os seguintes termos:

«A agricultura é um dos pilares fundamentais do nosso programa de governo, pois este setor é essencial para garantir a segurança alimentar de nosso povo, para a geração de empregos e de renda, para reduzir nossa dependência externa. Os dados falam por si mesmos, pois hoje a economia rural produz 100 milhões de toneladas de grãos, apesar da total insuficiência de incentivos; absorve para o trabalho 24% da população ocupada do país e gerou um superávit comercial de US\$ 43,6 bilhões, entre 1999 e 2001. [...] As políticas para agricultura familiar devem se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial. A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis. A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso território; preserva tradições culturais do nosso país; mantém as pessoas em sua terra natal; pode contribuir na defesa de nosso meio-ambiente» (Coligação Lula Presidente, 2002: 3).

A citação não deixa dúvidas sobre a incorporação do setor empresarial da agricultura como parte das atenções e da estratégia de desenvolvimento do futuro governo Lula da Silva. Longe de ser um setor inimigo ou combatido, o agronegócio passou a ser um setor chamado a uma estratégia de desenvolvimento que não parece poder prescindir de seus resultados em comércio exterior. Não é difícil compreender o deslocamento de sentido em favor de garantir a dinamização da agricultura empresarial para atendimento ao mercado externo, reiterando sua importância para obter o superávit primário com o qual o presidenciável do PT havia-se comprometido em carta pública e, ao mesmo tempo, assegurando o fortalecimento da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno e o combate à fome. Nesse sentido, o programa agrário reitera as intenções do documento público «Carta ao Povo Brasileiro», lançado pelo candidato petista em junho daquele ano eleitoral, no qual a superação do criticado fracasso econômico e social do governo FHC (1995-2002), entre outras estratégias, deveria buscar «valorizar o agronegócio e a agricultura familiar» (Silva, 2002: 3). O documento não reconhece ambiguidade em propor esse fortalecimento simultâneo e a reforma agrária é apontada como um meio para assegurar «a paz no campo».

A carta e o programa agrário de 2002 afirmam o reordenamento fundiário como uma política social, reiterando o sentido atribuído à redistribuição de terras desde a eleição anterior. Os documentos não apresentam a reforma agrária em oposição, mas sim em conciliação com a lógica da grande propriedade, reafirmando-a como uma política capaz de ser manejada no contexto de uma estratégia de desenvolvimento em que tanto o setor empresarial da agricultura como a pequena e a média produção tenham atenção e incentivo estatal. A reforma agrária como desconcentração fundiária em confronto com as grandes propriedades, preconizada por movimentos sociais e sindicais do campo e defendida outrora pelo PT, está fora de cogitação no programa de governo da quarta candidatura presidencial petista. A política de distribuição de terras e formação de assentamentos, contudo, seguiu como compromisso da candidatura de Lula da Silva em 2002, ladeada ao fortalecimento da agricultura de base familiar.

Em que pesem suas muitas distinções, as propostas para o meio rural do programa petista do início do século XXI mantêm relações com o sentido recorrente e hegemônico atribuído ao tema do reordenamento agrário nos programas de governo das candidaturas presidenciais petistas desde 1989. A dimensão econômica, por exemplo, preside a definição programática das políticas públicas para o meio rural, denegando assim as dimensões políticas da economia agrícola brasileira. No entanto, apesar de ter como objetivo precípua o desenvolvimento econômico, a desconcentração de terras tem seu potencial de confronto com as grandes propriedades bastante reduzido, sendo posta lado a lado com as políticas de fomento à agricultura de exportação. A reforma agrária proposta

pela quarta candidatura nacional petista em 2002 tem seu sentido reconfigurado a partir do possível governo de conciliação de classes para a realização lenta de reformas distributivistas sem confronto direto com o capital (Singer, 2012).

É importante ressaltar a admissão programática de que os desacertos da gestão do PSDB atingiram desigualmente os setores sociais no campo, prejudicando muito mais os trabalhadores rurais do que os grandes produtores. Ainda que a candidatura fale sobre o agronegócio não ter recebido bom tratamento da gestão pessedebista, mesmo não sendo bem isso que Guilherme Delgado (2010) demonstra, o programa agrário do PT em 2002 reconhece que a pequena e a média produção sofreram mais ainda com a desatenção estatal. Apesar da formulação conciliadora, a vitória de Lula da Silva elevou as atenções no campo da política agrorreformista governamental devido ao histórico de relacionamento entre o presidente, seu partido e os movimentos sociais do campo. A sessão a seguir trata das tensões, inflexões e impasses entre a demanda social por reforma agrária e o governo Lula da Silva.

3. O AGROREFORMISMO EM DISPUTA NO GOVERNO LULA DA SILVA

Os debates sobre a composição ministerial capaz de executar o pacto político de conciliação de classes que constituiu a quarta candidatura presidencial de Lula da Silva assumiram o centro do debate público nacional logo após o pleito, sendo a escolha dos titulares para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) marcada por tensões. O presidente eleito ainda não havia sido empossado quando Marilena Chauí, intelectual petista, e parlamentares do PT apresentaram publicamente críticas a alguns nomes cotados para compor o primeiro escalão do governo federal. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, a possível indicação de Roberto Rodrigues para o MAPA era contestada pelos petistas porque o futuro ministro defendia os interesses de grandes produtores rurais (Painel, 2002). Diante das críticas, Antonio Palocci, que coordenou o programa de governo de 2002 e logo foi anunciado como ministro da fazenda, argumentava a necessidade de compor a nova gestão com nomes bem relacionados aos setores produtivos. Nesse sentido, acabou sendo confirmada a indicação de Roberto Rodrigues para o MAPA. Esse engenheiro agrônomo formado pela Universidade de São Paulo (USP), com 60 anos à época, professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e empresário da agricultura, afastou-se da presidência da Associação Brasileira do Agronegócio para assumir o cargo. O MDA, por sua vez, foi confiado a um petista, descrito pela revista *Vêja* com o seguinte perfil:

«Ex-líder do sindicato dos petroleiros, ex-deputado federal pelo PT e vice-governador do Rio Grande do Sul na gestão de Olívio Dutra, Rossetto, 42 anos, tem experiência política, credencial número 1 para ocupar um cargo explosivo como esse. Sua nomeação, no entanto, mexeu com os nervos dos produtores rurais. Motivo: para muitos fazendeiros, ficou a impressão de que Rossetto fala e age como se defendesse interesses dos sem-terra» (Secco, 2003: 9).

A citação acima e os dados do parágrafo anterior apontam que a habilidade para negociações e a vinculação orgânica com as organizações de representação política seja dos grandes produtores seja dos trabalhadores rurais foram critérios fundamentais nas indicações dos titulares para os dois principais ministérios da pauta agrária. E mais, as nomeações provocaram uma reação política semelhante e entrecruzada por parte das forças sociais envoltas nessa disputa política. Os agroexportadores viram com bons olhos a presença de um líder empresarial da grande agricultura na direção do ministério cujos programas atendem às demandas da agropecuária de exportação e criticaram a nomeação de Miguel Rossetto, aliado dos setores adversários à grande agricultura, para o MDA. Essa nomeação, por sua vez, foi bem recebida pelas frentes de luta no campo enquanto a confirmação de Roberto Rodrigues para o MAPA provocou as críticas já citadas.

Como se pode perceber, as primeiras nomeações do governo petista foram recebidas com «decepção e esperança num mesmo movimento» (Singer, 2012: 9). Isso, no entanto, não se restringiu às primeiras decisões. Na verdade, o ir-e-vir permanente de conflitos e acordos entre o governo Lula da Silva e os agentes sociais do agronegócio e da reforma agrária, tendo os referidos ministérios como polos institucionais dessa disputa política, marcou o primeiro mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores. A arbitragem dessa disputa no interior do governo é considerada por Luiz Werneck Vianna (2007) como a tradução em prática política da composição pluriclassista própria à experiência governativa nacional petista, qualificada pelo analista como uma espécie de «Estado de compromisso» no qual os antagonismos e os conflitos sociais passam a ser orquestrados de dentro do ambiente político-institucional.

Retomando a entrevista do ministro do MDA à revista *Vêja* (2003), é possível compreender o conjunto das respostas de Miguel Rossetto como certo «programa prático» para o MDA com as seguintes direções:

- a) Preferência por um discurso público de não criminalização das formas de luta dos movimentos sociais rurais com reconhecimento da ocupação de terras improdutivas como mecanismo legítimo para a apresentação da demanda social por reforma agrária.

- b) Enfraquecimento dos instrumentos jurídicos e administrativos de contenção das ocupações de terras.
- c) Composição da burocracia estatal de confiança (Incra e MDA) por meio da nomeação de membros dos movimentos sociais e sindicais do campo.
- d) Realização da reforma agrária com baixo custo para o orçamento da União a partir do arcabouço legal já existente.
- e) Execução de políticas públicas para dinamizar economicamente as áreas reformadas com investimentos em infraestrutura e produtividade, visando integrar à economia nacional as pequenas e médias propriedades agrícolas.

A execução do programa prático delineado por Miguel Rossetto teve que lidar com o agravamento das tensões no campo, ocorrido ainda no primeiro ano da gestão petista, com evidente aumento da letalidade nos conflitos por terra. Segundo a CPT, em 2003, houve 71 assassinatos de líderes da luta pela terra, tendo sido 43 no ano anterior. Esse aumento de 64% das mortes nos conflitos agrários provocou intensos debates entre os membros do governo nos quais fortes divergências foram explicitadas. Um exemplo disso são as declarações a respeito dos confrontos entre o MST e os seguranças armados das propriedades rurais. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ao ser interpelado se a forma adequada para a defesa das grandes propriedades seria a contratação de milícias armadas, respondeu: «Qual é a outra maneira que você acha?» (Silveira, 2003: A4). Miguel Rossetto, preferindo um discurso de não criminalização dos movimentos sociais rurais, declarou que as milícias eram intoleráveis e que o governo iria eliminar qualquer tipo de ação nesse sentido. O então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também reiterou que a posição do governo era não aceitar nenhuma ação fora da legalidade. Posteriormente, Roberto Rodrigues procurou a imprensa para esclarecer que sua primeira declaração sobre o assunto foi um «escorregão» e que todos os integrantes do governo defendiam os limites legais.

Na perspectiva de redefinir os instrumentos jurídicos de cerceamento das ocupações de terra, em junho de 2003, o procurador-geral do Incra, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, fixou o padrão de interpretação da Medida Provisória (MP) 2.183/2001, publicada no governo FHC (com validade de 120 dias até ser ratificada pelo Congresso Nacional) e conhecida como MP Anti-invasão. A interpretação do procurador enfraqueceu a aplicabilidade da referida medida provisória, apontando a possibilidade de vistoriar terras invadidas nos seguintes casos: quando a invasão ocorresse em parte pequena da propriedade sem impedimento à avaliação do cumprimento da função social do imóvel;

quando a propriedade fosse constituída por diversas matrículas, pois cada uma seria analisada separadamente; quando o proprietário concordasse com a vistoria das áreas invadidas; nos casos em que a invasão ocorresse depois da vistoria; nas terras invadidas há mais de cinco anos e nas terras adquiridas pelo governo em operação comercial convencional. Essa interpretação foi questionada pelas elites agrárias e seus representantes no parlamento, inclusive entidades de produtores rurais entraram na justiça contra o presidente Lula da Silva e seus ministros por considerar a nova interpretação como uma agressão ao direito de propriedade.

Três semanas depois de uma reunião com o MST, ocorrida no início do mês de julho de 2003, quando ficou acordado a elaboração de um novo plano nacional de reforma agrária, já que o primeiro e único datava do governo Sarney (1985-1990), o presidente Lula da Silva recebeu lideranças empresariais do setor agropecuário, exceto da União Democrática Ruralista (UDR) que exigiu um encontro particular e não o teve. Nessa ocasião, o presidente afirmou: «o governo não fará nada fora da legalidade e não permitirá ilegalidade nem de um lado nem do outro porque o governo tem que exigir um processo de legalidade e de ordem jurídica» (Dualibi, 2003: A7). Essa fala corrobora os argumentos do ministro Miguel Rossetto e confirma o direcionamento da gestão petista em fazer a reforma agrária por meio da legislação já disponível, compreendendo o arcabouço legal das desapropriações com indenização aos fazendeiros como a referência para praticar o atendimento simultâneo tanto às agendas dos líderes da agricultura empresarial como às demandas das organizações de luta pela reforma agrária.

A discussão sobre as questões jurídicas que perpassam o processo de reordenamento agrário permeia constantemente a conjuntura política analisada. A bancada federal do PT, por exemplo, no contexto inicial do governo Lula da Silva, chegou a divulgar uma nota em que manifestava total solidariedade ao MST e apontava setores do judiciário em estreitas relações com o mais atrasado meio rural como responsáveis pelo agravamento das tensões no campo. A nota referia-se aos juizes que deram ordem de prisão a líderes sem-terra e ao próprio Supremo Tribunal Federal que anulou a primeira desapropriação de grande fazenda do governo Lula da Silva, feita no Rio Grande do Sul. Esse debate sobre as interferências do poder judiciário na questão agrária, entretanto, não superou a discussão pública sobre o tempo de realização da desconcentração fundiária que continuou sendo o ponto de maior tensão entre o governo e os líderes de movimentos rurais.

Em meados de 2003, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, afirmou haver recursos disponíveis para o assentamento de 10.000 famílias naquele ano. Entretanto, o governo havia se comprometido, na reunião com os sem-terra, a assentar 60.000 novas famílias. Segundo Dulci, o número apenas poderia aumentar se o estoque de ter-

ras públicas crescesse. Para isso, o ministro Miguel Rossetto apresentou ao presidente Lula da Silva a possibilidade de declarar como terras de interesse da reforma agrária as glebas de propriedade de empresas públicas e das empresas de economia mista sob controle da União como Petrobrás e Banco do Brasil. No fim do primeiro ano do governo petista, ao apresentar o balanço das ações do MDA, Miguel Rossetto afirmou estar satisfeito com os resultados. Segundo ele, foram assentadas mais de 34.000 famílias, os programas estavam melhor definidos para o ano seguinte e havia maior capacidade institucional para induzir a criação de dois milhões de empregos no campo. O ministro atribuiu às restrições orçamentárias e fiscais o não cumprimento do acordo de assentar 60.000 famílias.

O não cumprimento do acordo com o MST e a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária ocorreram num contexto de elevada tensão com os movimentos sociais do campo. Desde o início do mandato petista, as forças sociais organizadas e diretamente relacionadas ao mundo agrário estiveram em estado, tácito ou explícito, de tensão política. Não somente a nomeação dos titulares do MDA e do MAPA, mas também as indicações para as superintendências do Incra nas unidades da federação foram perpassadas por questionamentos e até ocupações de sedes do Instituto como forma de assegurar que as nomeações fossem previamente discutidas com os movimentos sociais rurais. No entanto, o que acabou por surpreender as organizações de luta no campo foi, ainda no segundo semestre do primeiro ano de gestão petista, a mudança na presidência do Incra pela qual Marcelo Resende, indicado com aval de movimentos e sindicatos rurais, foi substituído por Rolf Hackbart, assessor da liderança do PT no Senado Federal e mais próximo da burocracia partidária e do ministro do desenvolvimento agrário.

Marcelo Resende, ao sair do Incra, divulgou uma carta em que afirmava não ter sido previamente informado de sua demissão. Ele disse não ter assumido o Instituto por veiledade pessoal ou como forma de fazer carreira política e que possuía fé inabalável tanto no compromisso do presidente Lula da Silva com as populações necessitadas do meio rural como na luta dos movimentos sociais rurais. O ministro Miguel Rossetto, por sua vez, reconheceu ao jornal *Folha de São Paulo* não haver nada de desabonador em relação ao trabalho de Marcelo Resende. No entanto, o chefe da pasta do desenvolvimento agrário admitiu que, com a troca de comando no Incra, buscava mais convergência entre a equipe responsável pela política pública para o campo no governo petista. Rolf Hackbart, ao ser empossado, afirmou que «a reforma agrária é parte do plano de desenvolvimento econômico e social deste país. Não é uma mera política social» (*Folha de São Paulo*, 03/09/03). Essa afirmação o aproxima da aceção defendida pelo ministro em sua entrevista à revista *Vêja*, mas também pode ser uma evidência do conflito de perspectivas entre Rossetto e Resende com relação aos sentidos do reordenamento fundiário no qual o ministro situava-se no polo econômico-produtivo enquanto o ex-presidente do Insti-

tuto estaria no polo de uma revisão ampla do direito à terra. Um mês após sua nomeação para o Incra, Hackbart admitiu que o governo havia assentado 12.830 mil famílias e que mais de 28.000 estavam na fila sem previsão de quando receberiam terra.

O cenário de compromissos frustrados pelo governo petista acabou sendo acompanhado pelas ocupações de grandes fazendas que se tornaram o repertório de ação (Tilly, 1978) mais praticado pelas organizações de luta no campo durante o primeiro ano do mandato do presidente Lula da Silva. Os dados da CPT apontam que cerca de 43% das ocupações do ano de 2003 ocorreram somente nos meses de maio, junho e julho. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Manuel dos Santos, em meados do primeiro ano do governo petista, chegou a afirmar: «não dá mais para a gente segurar os trabalhadores com um *vamos aguardar*» (Suwvan, 2003: A7). Nessa declaração, o dirigente da principal entidade do sindicalismo rural do país reafirmou o tempo de realização da reforma agrária como a questão central das tensões entre as organizações de trabalhadores do campo e o governo Lula da Silva. Esse tema dominou a marcha organizada pelo MST em novembro de 2003 entre as cidades de Goiânia e Brasília para pressionar o governo federal a lançar, ainda naquele ano, o novo plano de reforma agrária. Além de cerca de dois mil sem-terra, participaram também as demais entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, CONTAG e CPT. José Genoíno, então presidente nacional do PT, participou do início da marcha e afirmou o compromisso do partido em apoiar a luta do Movimento. A bancada petista na Câmara dos Deputados reuniu-se com os manifestantes na chegada da marcha em Brasília. Na capital federal, as entidades promoveram, com apoio do MDA, a Conferência da Terra para discutir propostas do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em novembro de 2003, a versão final do II PNRA apontou as seguintes metas a serem cumpridas até 2007: assentamento de 400.000 famílias, regularização fundiária de 500.000 famílias, atendimento de 150.000 famílias com o Crédito Fundiário, recuperação da capacidade produtiva e da viabilidade econômica dos atuais assentamentos, criação de 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado, implementação do cadastramento georreferenciado do território nacional para regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais, reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas, reassentamento dos ocupantes não índios de comunidades indígenas, promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, garantia da assistência técnica, extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização para as áreas reformadas e universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social em todas as áreas reformadas. A vigência do II PNRA assegurou maior destinação de recursos para obtenção de terras, como se pode ver abaixo (cotação \$1 = R\$ 2,90 em set./03 e R\$ 1,73 em set./10).

TABELA 1
Despesas com obtenção de terras (R\$), 2003-2010

Ano do exercício	Recursos autorizados	Recursos executados	Percentual de execução
2003	483.489.997	331.497.466	68,56%
2004	1.140.254.200	903.816.412	79,26%
2005	1.486.841.520	1.344.037.479	90,40%
2006	1.450.364.151	1.308.394.925	90,21%
2007	1.501.868.252	1.353.081.812	90,09%
2008	1.471.399.738	695.260.297	47,25%
2009	1.021.550.261	753.099.569	73,72%
2010	1.042.000.000	503.671.956	48,34%

Fonte: SIAFI/STN.

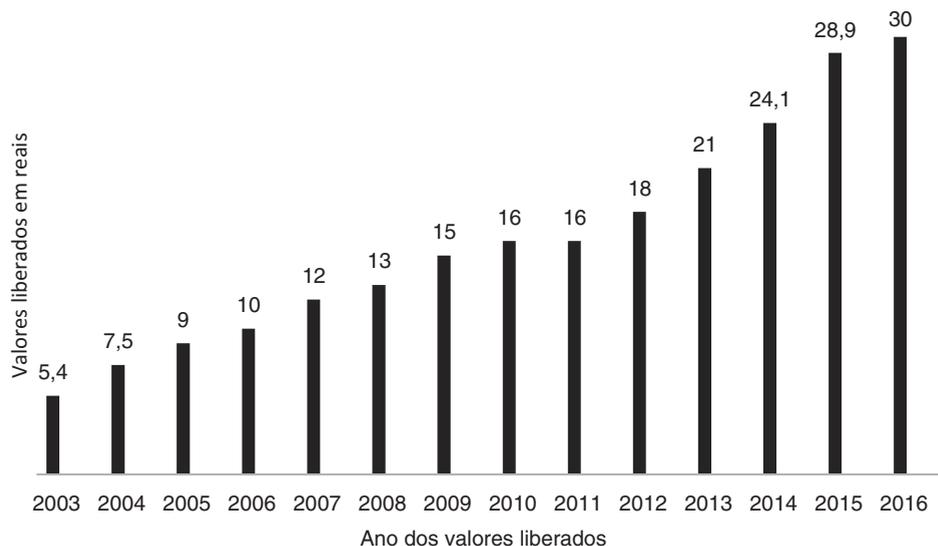
A meta de assentamentos apresentada inicialmente estava em um milhão de famílias, mas a versão final do Plano assumiu um compromisso mais modesto. A despeito disso, como se pode ver, o plano agrorreformista elevou o orçamento para compra e desapropriação de terras à casa do bilhão. E mais, além da elevação geral dos recursos, houve maior efetividade de sua aplicação. O máximo dessa efetividade está na execução em 90,4% dos recursos liberados para a obtenção de terras em 2005, constituindo esse e o ano seguinte como recordes em efetivo uso dos recursos liberados mesmo que o maior valor aplicado encontra-se em 2007. Isso ocorreu num contexto em que a promoção de grandes mobilizações nacionais começou a tomar mais espaço na agenda dos movimentos sociais rurais.

O terceiro ano do governo petista, segundo Miguel Carter (2010), assistiu à maior marcha à capital federal já realizada pelo MST até então, reunindo 12.000 pessoas. Apesar das mobilizações sociais, do maior valor aplicado em aquisição de terras situar-se no ano seguinte à reeleição de Lula da Silva e dos dois anos finais do primeiro mandato petista serem aqueles que registram os maiores percentuais de execução orçamentária, a maior quantidade de famílias assentadas (127.506 em 2005 e 136.358 em 2006, segundo o Incra) e o maior número de áreas incorporadas ao programa de reforma agrária (mais de 31 milhões de hectares entre 2003 e 2006 de acordo com o Incra), ao longo do segundo mandato petista a tendência favorável ao agrorreformismo inverteu-se. Em seu lugar, uma trajetória descendente dos recursos liberados e executados para a política pública de desapropriação e compra de terras foi estabelecida. É possível dizer, portanto, que a agenda para a agricultura de base familiar constituiu-se como o centro do discurso e das políticas públicas de desenvolvimento agrário dos governos Lula da Silva, e também dos governos Dilma Rousseff, seguindo trajetória contrária à política de reordenamento fundiário. O gráfico 2 condensa as informações sobre os recursos destinados ao Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, desde 1996, é a política pública federal responsável por financiar o manejo produtivo da pequena e média produção agrícola nacional (cotação \$1 = R\$ 3,25 em set./16).

GRÁFICO 2

Recursos Federais Liberados no Pronaf entre 2003-2016 (em bilhões de reais)



Fonte: MDA.

Se, para a aquisição de terras, os recursos tiveram elevação inicial seguida de queda constante, para o financiamento da pequena e da média produção, o aumento dos valores experimentou constância como demonstra o gráfico. Isso foi acompanhado da recomposição do quadro de funcionários do Incra com a realização de concursos que quase dobraram a quantidade de servidores da autarquia (Penna, 2015). No entanto, as iniciativas de melhoramento das capacidades estatais (Boschi, 2007) para a execução da política agrária não se deram sem conflitos. O fortalecimento das carreiras internas e das condições de ação institucional do Incra foram objeto de disputas nos governos petistas, inclusive, com a ocorrência de greves de servidores durante e em favor da obtenção de resultados positivos para a recomposição da massa laboral e do orçamento do Instituto. A redução dos recursos para obtenção de terras e a ampliação dos valores destinados à agricultura familiar, quando pensadas em conjunto, permitem qualificar a política dos governos nacionais petistas para o meio rural como um agrorreformismo residual, ou seja, uma prática política de intervenção estatal no campo pouco comprometida com a desconcentração fundiária e com foco na permanência e não no acesso à terra.

É importante ressaltar o alerta que fazem Sérgio Sauer e George Mészáros (2016) a respeito da ampliação de outras políticas públicas para o campo que atenderam, principalmente, quem já estava na terra e não quem queria nela entrar. Nesse sentido, além do Pronaf, cabe destacar o Pronera, o PNAE e o PAA. Esse último foi criado pelo governo Lula da Silva para garantir mercado à pequena produção e colaborar com as iniciativas de segurança alimentar e combate à pobreza, tendo investimento crescente ao longo dos governos nacionais petistas como se pode ver abaixo.

TABELA 2
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2003-2012

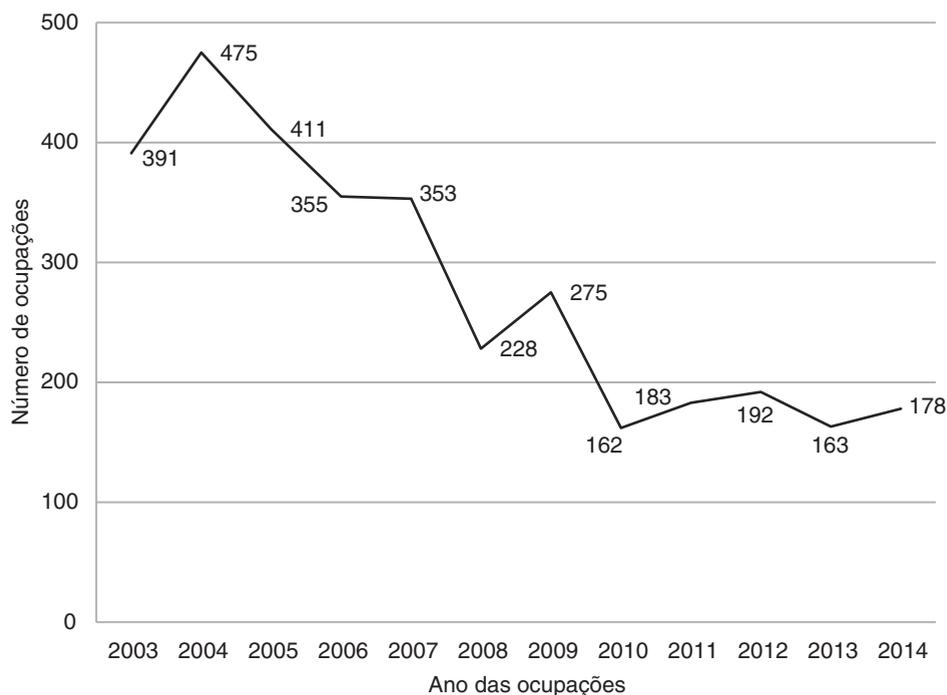
Ano	Recursos aplicados (R\$ milhões)	Agricultores familiares participantes	Pessoas atendidas	Alimentos adquiridos (t)
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	188,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	333,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	680,75	155.166	18.875.174	462.429
2011	667,33	160.011	20.976.657	517.923
2012	839,21	185.979	22.518.088	529.034

Fonte: MDS/SAGI/PAA-Data.

A tabela demonstra que o programa responsável por articular a pequena produção (oriunda de comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados, assentados da reforma agrária e agricultores familiares) e dirigi-la às populações em situação de insegurança alimentar e aos equipamentos públicos de alimentação e assistência social recebeu contínuo aporte de recursos sem decréscimos significativos no mesmo período em que a obtenção de terras descia aos menores patamares desde a redemocratização. O PNAE nasceu nos anos de 1950 e foi oficializado nos anos de 1980. No entanto, a partir de 2003, o programa passou a comprar mais intensamente os produtos da agricultura familiar, ampliando as expectativas e a comercialização dos pequenos produtores. Em 2009, uma mudança na lei do PNAE, impulsionada pelo governo petista, estabeleceu que 30% das compras governamentais para merenda escolar deveriam contemplar a agricultura familiar. O Pronera, por sua vez, tendo nascido em 1998 com seis cursos de escolarização para os assentamentos rurais, chegou a abrir 65 cursos em 2005. Como bem demonstra o relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária, realizada pela parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o MDA

e apresentada em 2015, os anos anteriores ao governo Lula da Silva trazem uma média de 22 novos cursos do programa por ano. Entre 2003 e 2010, a média do Pronera fica por volta de trinta novos cursos e com maior diversificação, deixando de ofertar apenas alfabetização e letramento e chegando a abertura de cursos de nível superior como graduações e especializações.

GRÁFICO 3
Ocupações de Terra nos Governos Nacionais Petistas (2003-2014)



Fonte: CPT.

O influxo de recursos para a compra de terras com fins de reforma agrária não foi observado com parcimônia pelas organizações de luta no campo, apesar do aumento nos valores destinados para outras políticas agrárias. Os enfrentamentos ocorridos, principalmente, no contexto do primeiro mandato do presidente Lula da Silva fizeram com que a expectativa conciliatória das eleições de 2002 desse lugar a disputas intensas em torno dos sentidos do agrorreformismo nos governos do PT como se pode ver no Gráfico 3.

As tensões do primeiro mandato presidencial petista, portanto, não parecem confirmar, imediatamente, «a calmaria dos outrora belicosos» de que fala José de Souza Martins (2011). O gráfico apresenta bem a escalada de ocupações de terra no período, dei-

xando nítido o avanço das tensões no campo durante o primeiro mandato petista. De acordo com a série histórica feita pela CPT desde 1985, o ano de 2004 registra o segundo maior número anual de ocupações de terra, perdendo apenas para o ano de 1999 quando houve mais de 850 ocupações. A despeito da comprovada agitação inicial, é inconteste que a intensidade das ações dos movimentos sociais ocorreu no contexto da execução do II PNRA e que a forma mais conflitiva de seu repertório de ação refluíu após o encerramento da vigência do Plano.

O que explica o evidente recuo das ocupações de terras ao longo dos governos petistas? Estariam certos aqueles que afirmam a desmobilização do MST e das demais frentes de luta no campo durante os governos do PT? Antes de responder a essas perguntas, é importante avaliar se seria adequado atribuir aos programas federais de transferência de renda, como fazem Ariovaldo Umbelino Oliveira e José de Souza Martins, uma forte razão para a redução das ocupações de terra. Para Ricardo Ceneviva e Ramon Araújo (2017), há analistas que valorizam demasiadamente o efeito dos programas federais para explicar a redução de ocupações. Com a utilização de metodologias e informações estatísticas, obtidas nas bases de dados da CPT e do Ministério do Desenvolvimento Social, os autores apontam que, para ter impacto relevante e desmobilizador nas ocupações de terra, o volume de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família (PBF) deveria ser maior. Segundo Ceneviva e Araújo, o efeito da principal variável explicativa, o PBF, sobre a variável dependente, o número total de ocupações de terra, não é tão relevante. Ou seja, «para se esperar a redução de somente uma ocupação seria necessário haver um aumento de R\$ 483,00 nos gastos [anuais] *per capita* do PBF, o que equivale ao acréscimo de R\$ 40,25 mensais para cada habitante» (Ceneviva & Araújo, 2017: 15). Evitando a resposta utilitarista para o questionamento sobre as mudanças no repertório de ação dos movimentos sociais rurais na conjuntura em foco, é possível considerar dois elementos combinados que resultam na redução das ocupações de terra, sendo eles: a preferência dos movimentos por mobilizações nacionais de protesto menos conflitivas com concentração na capital federal e a atenção governamental à parte das demandas das organizações de luta no campo, sobretudo, à agenda da agricultura familiar.

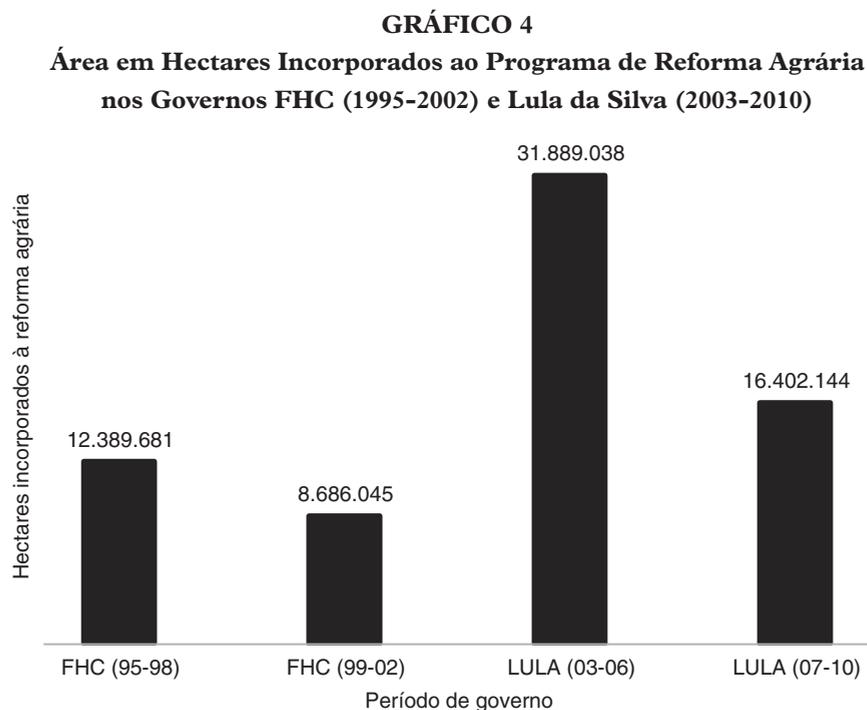
Sobre as formas de protesto, convém repor os argumentos de Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) a respeito da experimentação criativa de modelos de comunicação e negociação entre movimentos sociais e agentes estatais durante o governo Lula da Silva. A negociação com entes governamentais já era uma forma de ação comumente acionada pelos sem-terra e por assalariados rurais para o processamento das demandas dos trabalhadores do campo após a realização de ocupações e greves, como demonstram os trabalhos de Camila Penna (2015) e Lygia Sigaud (2005). Após a eleição do presidente Lula da Silva, a negociação assumiu uma centralidade não

registrada anteriormente no repertório de ação dos movimentos sociais e sindicais rurais, sendo mobilizada constante e preferencialmente. Nessa conjuntura, movimentos sociais com reconhecida preferência por ações no limiar da lei, como o MST, acabaram por preferir mobilizar-se em conjunto com outras frentes de organização dos trabalhadores rurais em protestos nacionais na capital federal como forma de ampliar seu capital político nos diálogos com o poder público e na tentativa de influenciar diretamente as decisões da política agrária governamental. Dessa forma, as organizações de luta no campo dão razão a Luiz Werneck Vianna quando afirma que, diante da reunião de segmentos antagônicos que marcou a composição dos governos nacionais do PT, as forças em disputa pela orientação política desses governos agiram entendendo que «a melhor forma de vencer –ou não perder tudo– está em sua capacidade de arregimentar forças na sociedade civil» (Vianna, 2007: 53). A recorrência à negociação com o governo federal concomitante às demais práticas de contestação, portanto, marcou uma mudança nos repertórios de ação dos movimentos sociais e sindicais do campo durante os governos nacionais petistas.

4. O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E A CONSOLIDAÇÃO DO AGROREFORMISMO RESIDUAL

Eleita para dar continuidade ao governo petista, a presidenta Dilma Rousseff seguiu a tendência residual que o agrorreformismo assumiu desde o fim do II PNRA em 2007. A sucessora de Lula da Silva manteve tanto as limitações à política de redistribuição de terras como a ampliação dos recursos para a pequena e a média produção agrícola e para a produção agropecuária voltada à exportação. Se, nos programas de governo de 2002 e 2006, o PT propôs a agricultura familiar como programa social e medida de geração de trabalho no campo, em 2010, o programa de governo da ex-ministra da Casa Civil apresentou a política agrícola fortemente relacionada à política industrial numa vinculação que lembra as concepções clássicas da questão agrária e os programas agrários petistas antes de 2002. Apesar dessa elaboração programática, o documento eleitoral evitou o tema do agrorreformismo como forma de transferência do dinamismo econômico para a indústria e preferiu indicar a intervenção governamental no campo nos moldes praticados pelo governo Lula da Silva. A eleição da presidenta, portanto, consolidou o agrorreformismo residual como prática de política agrária nos governos nacionais petistas. No último ano do governo Lula da Silva, R\$ 1,42 bi foram liberados para operações de compra e desapropriação, sendo executados quase 48,3% desse valor. Em 2011, Dilma Rousseff reduziu o recurso liberado para pouco mais de 994 milhões de reais, executando 33,2% desse valor. No ano seguinte, o valor liberado decresceu 27%, ficando em pouco mais de R\$ 717 milhões. Essa tendência decrescente de recursos impactou a política de assentamentos

rurais, reduzindo a ampliação de áreas destinadas às famílias de trabalhadores demandantes de terra como mostra o gráfico 4.



Fonte: Incra.

No cenário adverso apontado acima, os movimentos sociais e sindicais do campo organizaram o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Esse evento foi realizado de 20 a 22 de agosto de 2012 por ampla rede de parcerias entre o MST, a CONTAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar FETRAF-Brasil (hoje chamada de CONTRAF-Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), dentre outras organizações, e significou a maior reunião de frentes da luta social no campo desde o 1º Congresso Camponês do Brasil que ocorreu em 1961. Uma das atividades mais importantes do Encontro Unitário foi uma marcha na capital federal com destino à Praça dos Três Poderes para pressionar o governo Dilma Rousseff em favor da reforma agrária, reivindicação número um do documento final do evento. Acompanhar a marcha permitiu ver a diversidade de populações do mundo rural (agricultores, quilombolas, pescadores, assentados e acampados) em uma ação coletiva de contestação que expressava fortemente a mudança no repertório de ação dos movimentos sociais e sindicais do campo durante os governos nacionais petistas quando foram reduzidas

as ocupações de terras e ampliados os protestos de caráter nacional com coordenação colegiada. Ao chegar diante do Palácio do Planalto, onde despachava a chefe do executivo, a marcha abriu a faixa, abaixo fotografada, com a frase «Dilma, cadê a reforma agrária?» no intuito de tê-la lida pela presidenta.

FOTO 1

Marcha Final do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, Brasília, 22 de agosto de 2012



Fonte: arquivo pessoal.

Apesar das pressões e da reunião com ministros palacianos que ocorreu durante a marcha, o governo Dilma Rousseff não alterou muito os rumos de sua política agrária. Nos anos do governo Lula da Silva, apesar de ter recebido mais recursos e estruturação, a agricultura familiar nunca atingiu nem 15% do crédito rural do país. No mandato da sucessora petista, além dos empresários da agricultura terem ficado com mais de 85% do crédito rural do período, por dois anos consecutivos, 2012 e 2013, o agronegócio registrou uma aplicação superior aos valores inicialmente liberados para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) que reúne o financiamento da agricultura empresarial no país. Em 2012, conforme o MAPA, foram liberados R\$115,3 bilhões para o PAP, mas o montante efetivamente aplicado teve 7,4 bilhões de reais acima do valor inicial. Isso também ocorreu com o Pronaf, mas os valores e a diferença entre montante liberado e montante aplicado foram bem menores conforme a Tabela 3 a seguir.

Ao ser reeleita, a presidenta Dilma Rousseff chegou a nomear para o Ministério da Agricultura a senadora Kátia Abreu, líder da bancada ruralista e profundamente identi-

ficada com a crítica aos movimentos sociais rurais e com as pautas de avanço do domínio agroempresarial sobre os territórios indígenas e quilombolas. O MDA foi confiado ao deputado federal Patrus Ananias (PT), bem relacionado às organizações da luta agrorreformista. Essas nomeações pareciam reacender a temperatura do debate agrário dentro do governo petista, mas não houve tempo suficiente para tanto já que o quarto mandato nacional consecutivo do PT foi interrompido por um processo de *impeachment* em 2016 ainda hoje alvo de questionamentos sobre sua legitimidade. No mês de abril do seu último ano de mandato, a presidenta assinou, em cerimônia bastante participada por movimentos sociais e sindicais do campo, 21 decretos de desapropriação para reforma agrária. E mais, Dilma Rousseff assinou quatro decretos de regularização de terras quilombolas. Essas ações faziam parte de uma agenda positiva do governo como forma de reafirmar a aliados fiéis os compromissos históricos numa conjuntura cada vez mais adversa.

TABELA 3
Comparação dos recursos aplicados para crédito rural
no Pronaf e no PAP (2003-2012)

Ano	Recursos aplicados no Pronaf (R\$ bi)	Recursos aplicados no PAP (R\$ bi)	Total aplicado em crédito rural (PAP+Pronaf)	Percentual do Pronaf em relação ao total aplicado	Percentual do PAP em relação ao total aplicado
2003	3,5	35,2	38,7	9,00%	91,00%
2004	4,6	41,9	46,5	10,00%	90,00%
2005	6,4	42,6	49,0	13,00%	87,00%
2006	7,1	46,0	53,1	13,00%	87,00%
2007	8,1	65,9	74,0	11,00%	89,00%
2008	10,4	64,9	75,3	14,00%	86,00%
2009	12,6	86,8	99,4	12,00%	88,00%
2010	13,3	94,5	107,8	12,00%	88,00%
2011	15,3	93,5	108,8	14,06%	85,94%
2012	18,6	122,7	141,3	13,16%	86,84%

Fonte: MDA e MAPA

A despeito dos gestos finais de seu mandato, inegavelmente, a presidenta Dilma Rousseff consolidou a residualidade como a qualidade hegemônica da política de reforma agrária dos governos nacionais petistas. Houve, portanto, contínua redução de recursos para obtenção de terras e constituição de novos assentamentos rurais enquanto o programa de fortalecimento da agricultura familiar seguiu tendo maior atenção e investimento, mas sempre em desnível com os montantes destinados para a agricultura empresarial. A experiência governativa do PT encontrou na política para a agricultura familiar uma espê-

cie de «caminho do meio» para não perder laços com as frentes de luta no campo e, ao mesmo tempo, não ferir os interesses dos empresários da agropecuária de exportação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconhecer o caráter residual da política de reforma agrária dos governos nacionais petistas, este artigo buscou percebê-lo como o resultado de um conflito político em torno da definição dos rumos do agrorreformismo nos mandatos presidenciais liderados por Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nesse sentido, o campo de forças sociais e mediação em que se colocavam mobilizações a favor ou contra a reforma agrária nessa conjuntura foi observado, sobretudo, naquilo que correspondiam às posições dos agentes do governo e dos movimentos sociais e sindicais do campo. Isso permitiu perceber que a elaboração programática com a qual o PT venceu as eleições de 2002 apontava para a conciliação entre as políticas para o agronegócio e para reforma agrária como forma de intervenção governamental no conflito agrário do país, mesmo que as expectativas, baseadas no histórico petista, indicassem um agrorreformismo forte.

Após a eleição, a proposição conciliatória petista viu crescer as disputas em torno do agrorreformismo tanto nas instituições políticas como no meio rural, sendo essa elevada temperatura o contexto de construção e aprovação do segundo plano nacional para o reordenamento fundiário. No entanto, a execução parcial do plano e sua não continuidade, somadas à ampliação de recursos para a agricultura familiar, constituiu um modelo de política pública para o campo que pode ser traduzido como agrorreformismo residual pelo qual se fortalecem programas governamentais para quem já está na terra e se atende reduzidamente a demanda de acesso à terra e constituição de novos assentamentos rurais. Não seria difícil entender que boa parte da dificuldade governamental em aumentar a quantidade de terras disponíveis aos trabalhadores rurais ocorreu em virtude da opção por priorizar a compra governamental de glebas para transformá-las em assentamentos rurais (Lerrer & Carter, 2017). Isso evitou confrontos maiores com os grandes fazendeiros, conforme a lógica apaziguadora de conflitos dos governos nacionais petistas (Singer, 2012), num momento em que o Brasil aprofundou sua presença nas cadeias globais da soja, da carne, do milho e do frango e, conseqüentemente, viu o preço de suas terras agricultáveis subirem. Como demonstram Georges Flexor e Sérgio Pereira Leite (2017), entre os anos de 2010 e 2015, dependendo da região do país, o preço das terras subiu de 130% a 220%. O custo orçamentário da opção governamental implicou, portanto, em baixo alcance de sua política de distribuição de terras mesmo quando houve alto volume de recursos nela empregados.

No plano dos movimentos sociais do campo, a conjuntura em foco assistiu à mudança de seu repertório de ação em que as ações diretas de questionamento à concentração fundiária, ou seja, as ocupações de terra, decresceram em favor de mobilizações nacionais na capital federal, como marchas e atos unificados, pelos quais se buscou influenciar a política agrária governamental a atender às demandas dos trabalhadores rurais sem obter, contudo, a reivindicada desconcentração fundiária no Brasil. Outro elemento que colabora para o entendimento dessa redução das ocupações é a própria morosidade do programa federal de distribuição de terras que, por sua lentidão, não produz o efeito conhecido como espiral de ocupações (Loera, 2006) pelo qual a participação em ocupações de terra aumenta à medida que a resposta governamental é célere. A queda na quantidade de novos assentamentos a partir de 2006 acabou por desanimar a mobilização de demandantes por terra em ocupações. Essa dificuldade é admitida pelas organizações de luta no campo e compõe as razões para a mudança nas formas de ação dos movimentos sociais rurais no período. Isso tudo ocorreu num cenário em que houve afastamento político entre os governantes petistas e as organizações de luta no campo, como afirma Ribeiro Neto (2018), apesar do aumento de investimentos estatais em políticas públicas para a agricultura familiar. Esses investimentos devem ser bastante considerados no entendimento da não ruptura entre os governos do PT e os movimentos sociais rurais porque significaram a realização parcial da agenda de reivindicações das organizações dos trabalhadores do campo que seguiram na base de apoio ao governo Dilma até o *impeachment* de 2016 e marcharam junto aos petistas para a oposição aos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Conciliação, disputa e residualidade são os três momentos mais significativos das políticas públicas para o campo durante os governos nacionais do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Essa constatação permite concluir que a reforma agrária residual e o fomento à agricultura familiar dos governos nacionais petistas, embora tenham resultados significativos em redução da pobreza e da extrema pobreza rural, não foram capazes de desmontar os níveis de subalternidade da pequena e média produção agrícola em relação ao poderoso setor agroexportador (Fernandes, 2013). O tema da desconcentração fundiária foi adiado e, considerando os sucessores Michel Temer e Jair Bolsonaro, mais do que nunca está fora da agenda governamental brasileira. Não se sabe até quando.

AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui meus mais sinceros agradecimentos aos revisores de *Historia Agraria* pela leitura atenta e primorosas sugestões recebidas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R., SERAFIM, L. & TATAGIBA, L. (2014). Changing Repertoires of State-Society Interaction Under Lula. In F. DE CASTRO, K. KOONINGS & M. WIESEBRON (Orgs.), *Brazil Under the Workers' Party* (pp. 36-61). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- ACSELRAD, V. (2012). *A economia política do agronegócio no Brasil: O legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BOSCHI, R. R. (2007). Capacidades estatais, empresários e desenvolvimento no Brasil: Uma reflexão sobre a agenda pós-neoliberal. *Revista do Serviço Público*, (58), 71-92.
- CARTER, M. (2010). The Landless Rural Workers Movement and Democracy in Brazil. *Latin American Research Review*, 45 (4), 186-217.
- CENEVIVA, R. & ARAÚJO, R. T. (2017). Recrutamento para ações de alto custo/risco e programas de transferência condicionada de renda: O caso de conflitos por terra no Brasil. In *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, (pp. 1-30). Vol. 1. <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs>
- COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (2002). *Vida Digna no Campo: Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente*. São Paulo: Coligação Lula Presidente.
- DELGADO, G. C. (2010). Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, 1 (2), 111-125.
- DELGADO, G. C. (2013). Reestruturação da economia do agronegócio: Anos 2000. In J. P. STÉDILE, *A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000* (pp. 57-88). São Paulo: Expressão Popular.
- DINIZ, E. (2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000-2010). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 54 (4), 493-532.
- DUALIBI, J. (2003). Sarney cobra ação de Lula contra «fora-da-lei». *Folha de São Paulo*, 29 de julho.
- FERNANDES, B. M. (2013). A reforma agrária que o governo Lula Fez e a que pode ser feita. In E. SADER (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (pp. 191-206). São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil.
- FLEXOR, G. & LEITE, S. P. (2017). Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, 39 (2), 393-420.
- HOBBSAWM, E. J. (1983). *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- IGLESIAS, E. (2011). Los movimientos sociales bajo el gobierno de Lula Da Silva: Entre la construcción del proyecto político y la institucionalización del diálogo político. *Revista SAAP*, 5 (1), 131-156.

- LERRER, D. F. & CARTER, M. (2017). «Consenso de commodities»: Semeando o conservadorismo e des-democratizando o Brasil? In *Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 23-27 de outubro.
- LOERA, N. R. (2006). *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo/Campinas: Polis/Ceres-Unicamp.
- MARTINS, J. DE S. (1994). *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, J. DE S. (2000). *Reforma agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, J. DE S. (2011). *A política do Brasil: Lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto.
- MARTINS, J. DE S. (2016). *Do PT das Lutas Sociais ao PT do Poder*. São Paulo: Contexto.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2003). II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.
- OLIVEIRA, A. U. (2010). A questão agrária no Brasil: Não reforma e contra reforma agrária no governo Lula. In J. P. DE A. MAGALHÃES *et al.*, *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010* (pp. 287-328). Rio de Janeiro: Garamond.
- PAHNKE, A. (2018). From Hostile Skepticism to Strategic Utilization: How the Brazilian Landless Movement Learned from Repression to Use Legislation. *Social Movement Studies*, 17 (2), 175-188.
- PAINEL (2002). *Folha de São Paulo*, 24 de dezembro. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2412200201.htm>
- PENNA, C. (2015). *Conexões e controvérsias no Incra de Marabá: O Estado como um ator heterogêneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- POWER, T. J. (2014). Continuity in a Changing Brazil: The Transition from Lula to Dilma. In F. DE CASTRO, K. KOONINGS & M. WIESEBRON (Eds.), *Brazil Under the Workers' Party* (pp. 10-35). London: Palgrave Macmillan.
- RIBEIRO NETO, C. P. (2018). *Formação Política do Agronegócio*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- SAUER, S. & MÉSZÁROS, G. (2016). The Political Economy of Land Struggle in Brazil under Workers?: Party Governments. *Journal of Agrarian Change*, 17 (2), 397-413.
- SECCO, A. (2003). Entrevista: Miguel Rossetto. *Vêja*, pp. 9-13, 26 de março.
- SECCO, L. (2011). *História do PT, 1978-2010*. Cotia: Ateliê.
- SIGAUD, L. (2005). As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 17 (1), 255-280.
- SILVA, L. I. L. DA (2002). Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 22 de junho. <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>
- SILVEIRA, W. (2003). Uso de arma contra MST divide ministros de Lula. *Folha de São Paulo*, 5 de julho.

- SINGER, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SUWWAN, L. (2003). Nova onda de invasões preocupa, diz Lula. *Folha de São Paulo*, 24 de junho.
- TILLY, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.
- VEIGA, J. E. DA (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC.
- VEIGA, J. E. DA (1994). Fundamentos do agrorreformismo. In J. P. STÉDILE (Org.), *A questão agrária hoje* (pp. 68-93). 2ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VIANNA, L. W. (2007). O Estado novo do PT. *Política Democrática: Revista de política e cultura*, V (18), 45-53.

O LUGAR DO ECLETISMO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA PESQUISA CONTEMPORÂNEA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

The place of eclecticism in contemporary research on social movements

Marcos Paulo Campos¹

Resumo

Este artigo problematiza o ecletismo teórico-metodológico nos estudos sobre movimentos sociais, considerando que estamos em um momento de revigorado interesse nas ações coletivas de contestação. O fio condutor da exposição são as qualidades internas aos movimentos sociais que se afinam com a articulação de métodos e técnicas de pesquisa, constituindo o ecletismo como postura legítima, e pouco refletida, de sua investigação. O levantamento bibliográfico constitui com centralidade a metodologia do trabalho e permite concluir que o ecletismo teórico-metodológico da produção contemporânea se assenta na postura epistêmica que atinge o conjunto das ciências sociais, no caráter complexo dos próprios movimentos sociais e nas inovações metodológicas já presentes em obras de referência do campo de estudos sobre as formas de contestação social. O artigo reafirma que a reunião de diferentes métodos lógicos e técnicos é uma via fecunda de construção de conhecimento sobre movimentos sociais.

Palavras-chave: Metodologia; Movimentos sociais e ecletismo.

Abstract

This paper discusses the theoretical and methodological eclecticism in research on social movements, considering that we are at a time of renewed interest in collective protest. The argument is that the internal qualities of social movements are allies to the articulation of research methods and theories, constituting eclecticism as a legitimate and unreflected posture in their investigation. The bibliographical survey is centrally the methodology of this paper and allows us to conclude that the eclecticism of contemporary production is based on the epistemic stance that affects the set of social sciences, on the complex character of social movements themselves and on the methodological innovations already present in reference works field of studies on forms of social contestation. The article reaffirms that bringing together different logical and technical methods is a fruitful way of building knowledge about social movements.

Keywords: Methodology, Social movements and eclecticism.

I. Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais contemporâneos evidenciam a articulação de diferentes métodos de pesquisa. Isso ocorre porque a abordagem eclética dos fenômenos coletivos se consolidou nas ciências

¹ Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor e diretor do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br.

sociais e são essas que mobilizam seu arcabouço analítico para o estudo da contestação política. Esse ecletismo teórico-metodológico, que se apresenta tanto ao leitor recente de artigos científicos como aos integrantes mais experientes da agenda de pesquisa sobre movimentos sociais, possui duas fontes de legitimação. A primeira fonte se encontra nos estudos referenciais sobre contestações políticas que praticavam implicitamente a articulação de métodos e técnicas de investigação social. A segunda fonte se localiza na sociologia de Pierre Bourdieu que legitima o uso conjugado de diferentes referenciais analíticos e de múltiplas formas de construção de dados em sociologia. A constituição de um lugar privilegiado para a articulação de métodos e teorias na pesquisa sobre ações coletivas de contestação deve ser pensada entendendo que, apesar do momento contemporâneo ser de renovação do interesse intelectual em movimentos sociais, a reflexão metodológica sobre os procedimentos de investigação desses mesmos movimentos é, por vezes, deixada de lado. Este artigo busca, a partir do diálogo com a bibliografia especializada, construir um percurso de problematização do ecletismo teórico-metodológico na pesquisa sobre movimentos sociais e refletir sobre sua validade contemporânea.

O texto que sucede esta introdução está dividido em três sessões. A primeira sessão traz balizas teóricas e uma breve exposição das razões e das evidências da renovação do interesse em movimentos sociais nas ciências sociais brasileiras. A sessão seguinte aborda os estudos referenciais sobre ações de contestação para analisar seu ecletismo implícito. A terceira sessão, que antecede as considerações finais, apresenta estudos contemporâneos que explicitam o vigor da articulação de diferentes técnicas, métodos e teorizações na agenda de pesquisa contemporânea sobre movimentos sociais.

2. Movimentos sociais e ecletismo teórico-metodológico: aportes teóricos e contextuais

Os movimentos sociais, segundo Maria da Glória Gohn, podem ser definidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas

demandas” (2004, p. 13). A análise dessas formas de organização demandaria, e até justificaria, a multiplicidade de abordagens e técnicas de investigação científica. O ecletismo teórico evidente na pesquisa sociológica contemporânea, no entanto, também encontra ancoradouro numa espécie de consenso intelectual das ciências sociais sobre o caráter complexo dos fenômenos implicados de sentido que são tomados como seus objetos de estudo (BARREIRA, 2017).

A complexidade dos objetos de estudo sociológico, mais ou menos, torna inescapável a diversidade das formas de acesso a dados e informações, no itinerário de uma pesquisa sociológica, seja sobre movimentos sociais ou outros tipos de ação individual ou coletiva (ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, importa destacar o papel da sociologia de Pierre Bourdieu na conformação da legitimidade intelectual para o ecletismo metodológico. A obra bourdieusiana, em boa medida, constitui o maior suporte epistemológico do ecletismo teórico-metodológico contemporâneo. O sociólogo, que só se voltou à questão dos movimentos sociais ao final de sua vida, defende que a reflexividade, elevada à condição de método e colocada em ação pelo olhar sociológico, seria capaz de reduzir os efeitos da estrutura de posições sociais presentes na relação que se estabelece entre o pesquisador e quem ele interroga (BOURDIEU, 2004). Isso implica compreender a investigação sociológica, ou nas demais ciências humanas, como uma relação social, distinta de outras porque tem por fim apenas o conhecimento, pela qual se produzem efeitos nos resultados obtidos. A reflexividade seria, para Bourdieu, a possibilidade de trazer à consciência do pesquisador os efeitos dessa relação social e poder interpretá-los de forma lógica e sistemática, evitando os vieses de pesquisa que reduzem ou eliminam sua cientificidade.

Considerando que Pierre Bourdieu pretendia não deixar inconsciente nenhum dos passos de uma investigação com explícita pretensão heurística, cabe perguntar: por que a reflexão sobre os efeitos da relação entre pesquisador e pesquisado seria melhor efetivada pela reunião de variados métodos de pesquisa? Porque o ecletismo teórico-metodológico é a admissão prática do caráter multidimensional da vida social, irreduzível a qualquer tradição científica que se apegue exclusivamente às distribuições

estatísticas, ou à análise de discursos, ou à observação participante ou à entrevista livre (BOURDIEU, 2004). Esse apego, questionado pelo autor, se daria porque cada método assegurava, ao tempo dessa crítica, uma vinculação com certa corrente de pressupostos válidos no campo científico cujo reconhecimento no referido campo, e até fora dele, tendia a crescer quanto mais fosse mantida a pretenciosa vinculação exclusiva, por exemplo, entre os interacionistas e a etnografia ou entre os etnometodólogos e a análise de conversação. O apogeu da exclusividade metodológica se deu na pesquisa estadunidense do imediato pós-guerra, sendo bem representada, segundo Bourdieu, por Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld, que influenciavam mundialmente a ciência social mesmo com o custo de reduzir o entendimento sobre a vida em sociedade pelo uso isolado de cada um dos métodos disponíveis. Em oposição e surgida na Europa do pós-guerra, a perspectiva epistemológica subjacente ao ecletismo metodológico busca “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados são praticamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2004, p. 26) para ampliar a capacidade explicativa da sociologia. Essa postura epistêmica em favor do ecletismo teórico se revela nas obras de Pierre Bourdieu que expõem um compromisso metodológico com a comunicação entre técnicas e métodos de pesquisa. Nisso se destaca a articulação entre a dimensão lógico-analítica, ou seja, as teorias explicativas já construídas pela sociologia e disciplinas afins, e a dimensão técnico-metodológica, ou seja, as formas práticas de acesso e coleta de informações disponíveis aos pesquisadores como a entrevista, a estatística descritiva e o grupo focal.

Afrânio Mendes Catani (2007) afirma que a postura epistemológica de Pierre Bourdieu foi criticada por ser uma espécie de “liquidificação sociológica”, mas que semelhante operação lógica foi exercitada por Florestan Fernandes, no livro “Fundamentos empíricos da explicação sociológica” de 1959, e percebida por Gabriel Cohn como um ecletismo bem temperado porque “não simplesmente relativizador nem atomizador dos procedimentos analíticos” (COHN, 1987, p. 50). Na obra bourdieusiana, o

uso combinado de análise estatística clássica, entrevistas em profundidade e observações etnográficas, com vistas a entender as lógicas sociais de produção do gosto cultural, pode ser observado na amplamente reconhecida obra “A Distinção”, que teve sua primeira publicação em 1979. A articulação da análise de correspondências com a análise de discursos pode ser encontrada no artigo “O campo econômico”, publicado originalmente em francês no ano de 1997, quando Bourdieu visa compreender a relação entre economia doméstica e economia de mercado, expressa na propaganda das empresas de produção de casas pré-fabricadas.

Pierre Bourdieu mobilizou sua destacada posição no campo acadêmico francês para a legitimação e a mundialização do ecletismo teórico-metodológico, em sociologia e em áreas afins. Essa expansão do ecletismo é demonstrada, por exemplo, nos trabalhos de Sánchez Gamboa (2003), Gilberto Oliveira (2015) e Jane Prates (2018) que tratam da não exclusividade metodológica na pesquisa sobre educação, defesa nacional e serviço social, respectivamente. Diante da exposição da postura epistemológica de Pierre Bourdieu e sua ampla influência, é possível reconhecer que as atuais abordagens ecléticas nos estudos sobre movimentos sociais não são necessariamente uma novidade. Irllys Barreira, em obra publicada no ano de 1992, já afirmava que os métodos lógicos devem evitar posturas exclusivistas. Ann Mische (2008), por exemplo, mesclou orientações estruturalistas de Simmel com a perspectiva teórica de pensadores pragmáticos e fenomenológicos, como Mead, Schutz e Dewey, para compreender redes de jovens ativistas compostas de múltiplas afiliações em diferentes tipos de movimentos e organizações. Paul Almeida (2020), mais recentemente, aponta que os métodos técnicos podem ser trabalhados em conjunto conforme a demanda do objeto de estudos.

O ecletismo teórico-metodológico se reafirma em contextos de renovação do interesse das ciências sociais pelas ações coletivas de contestação e, no caso brasileiro, a relação entre conjuntura política e produção acadêmica é reveladora de um compromisso intelectual com a democratização, que impulsiona as agendas de pesquisa sobre movimentos sociais. Isso pode ser percebido na década redemocratizante de 1980 e na

conjuntura dos levantes sociais de 2013 no Brasil. Os anos de 1980, segundo Irllys Barreira (2011), testemunharam a existência de ampla convergência teórica e política entre intelectuais, políticos progressistas e lideranças dos próprios movimentos a respeito do papel absolutamente transformador desses agentes na sociedade brasileira, inspirando um aumento substancial da produção científica sobre ações coletivas de contestação no contexto da redemocratização brasileira. Mais recentemente, Paula Alegria, Lucas Bulgarelli e Rosana Pinheiro-Machado (2020), ao analisar a produção antropológica sobre movimentos sociais brasileiros entre os anos de 2008 e 2018, afirmam a existência de mais de uma centena de teses e dissertações, sendo boa parte desses trabalhos impulsionados pelos levantes sociais de 2013, evento revigorador da agenda movimentalista no país. Os dez anos mais recentes da produção acadêmica em antropologia dos movimentos sociais apontam para o surgimento de pesquisadores que, por vezes, são etnógrafos e nativos, sendo também ativistas. Nesse sentido, suas etnografias são também uma experiência de afetação na qual eles próprios são sujeitos e observadores das transformações brasileiras. As temáticas do estranhamento e da familiaridade, tão caras a Gilberto Velho (1994), se reapresentam enquanto fica nítido o impacto da entrada dos sujeitos sociais das periferias urbanas e rurais no ambiente de produção do conhecimento, impulsionada por políticas públicas de ação afirmativa (HOLANDA, 2018).

A produção antropológica contemporânea sobre movimentos sociais, como se pode perceber, repõe o compromisso democratizante dos estudos sobre movimentos sociais que também se apresentou na lavra de investigações sociológicas ocorridas no contexto da redemocratização do Brasil. Ao que parece, o engajamento em favor do caráter substantivo da democracia segue como marca distintiva da agenda de estudos sobre a contestação social no país. Essa agenda se renovou quando esteve diante da convocação de protestos para a contestação do aumento das tarifas de ônibus e metrô nas duas maiores cidades brasileiras no ano de 2013. Os aumentos foram as ocorrências iniciadoras de uma mobilização social que acabou por refazer o ambiente sociopolítico brasileiro dos últimos anos e por

renovar o interesse intelectual sobre ações coletivas de contestação (BRINGEL, 2013; GONDIM, 2016). Os estudos sobre movimentos sociais, no entanto, carecem de uma reflexão mais detida sobre a incorporação do ecletismo metodológico herdado de seus iniciadores. Como, neste artigo, a principal tarefa é enfrentar essa carência, a próxima sessão discutirá o caráter implícito da articulação de teorias e técnicas de pesquisa nos estudos de referência sobre contestação política.

3. Metodologia de pesquisa e movimentos sociais: referências em questão

O ecletismo como postura teórico-epistemológica resulta da apropriação dos estudos referenciais sobre os agentes não institucionais do campo político. Não por acaso, esta seção revisitará os estudos de Edward Thompson, Alain Touraine e Eder Sader que constituem referências constantemente mencionadas e amplamente reconhecidas por quem estuda contemporaneamente as ações coletivas de contestação, buscando nelas observar sua contribuição metodológica. É importante ressaltar que a vastidão dos estudos sociológicos sobre movimentos sociais impede qualquer pretensão de revisar em termos absolutos a literatura especializada para analisar as diferentes utilizações de aportes teóricos e técnicas de pesquisa.

O trabalho mais conhecido de Edward Palmer Thompson se chama “A formação da classe operária inglesa”, publicado originalmente em 1963, e se volta a entender como os trabalhadores fabris da Inglaterra constituíram sua agência e consciência de classe. A obra mergulha em um processo de longa duração, no qual a ação coletiva de contestação operária se apresenta desde o século XVIII. Edward Thompson, membro da geração mais relevante da historiografia marxista inglesa, recusa-se a reconhecer o surgimento da classe trabalhadora nos conflitos promovidos pelos sindicatos dos operários fabris do entorno de Londres em meados do século XIX, como preferiam muitos intelectuais de sua mesma corrente teórica. Estes encontravam naquele sindicalismo inglês a evidência empírica mais afeita à descrição teórica do embate entre capital e trabalho nas sociedades industrializadas.

Edward P. Thompson formulou uma interessante crítica ao marxismo estruturalista (THOMPSON, 1978), que assumiria sua forma mais acabada

na obra de Louis Althusser que se chama “Ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado” e foi publicada pelo filósofo francês em 1970. Nessa obra, Althusser apontava determinantes estruturais, do ponto de vista econômico (objetivo) e ideológico (subjetivo), como organizadores da vida social e política. Para o filósofo francês, a ação rotineira, doméstica ou não imediatamente politizada, opõe-se ao surgimento da consciência de classe no operariado, impedindo a mobilização política. Em oposição a essa formulação, Thompson (1987) percebeu, no cotidiano dos trabalhadores ingleses, a gestação processual de percepções críticas da realidade, posteriormente reunidas em uma contestação política de tipo sindical, sem as quais a consciência da exploração econômica não teria sido possível.

Os intérpretes do pensamento de Karl Marx afirmavam a exclusividade da determinação econômica na ação política das classes sociais. Por sua vez, Edward P. Thompson (1987) valorizou o agir humano e o discurso não racionalizado e não formatado politicamente, diferentemente do que se obtém em uma entrevista formal e estruturada, para entender a construção de uma percepção da realidade cada vez mais contestadora das precárias condições de vida, que inspirou ações movimentalistas de conflito político. Para Thompson, a consciência de classe surge no agir dos trabalhadores, não estando disponível previamente à ação. Do ponto de vista do material de análise e das técnicas de pesquisa, o estudioso inglês analisou as poesias populares, as leituras de maior circulação entre os trabalhadores pobres e ainda seus gostos culturais, que incluíam cantores de baladas e cartuns a serem lidos em bares. Nesses ambientes, o autor percebeu que se elaborou uma autoconsciência coletiva e radical em artesãos, herdada pelos trabalhadores da indústria num relacionamento intergeracional. O estudioso inglês, para além da renovação teórico-metodológica já apontada, privilegiou a conversa informal na construção de suas hipóteses analíticas. Isso reitera ainda mais a recusa à leitura teórica exclusivista e a articulação de técnicas de pesquisa marcantes da obra e do pensamento de Thompson. Estes tiveram ampla e inegável influência nos estudos sobre história do trabalho e sobre os movimentos sociais e sindicais

de trabalhadores no Brasil (FORTES, 2016; FRENCH, 2002), antes mesmo do ecletismo metodológico se firmar como postura intelectual legítima.

O método da intervenção sociológica é a segunda referência metodológica a ser revisitada. Elaborado por Alain Touraine (1973) no ambiente intelectual da sociologia francesa dos movimentos sociais, a intervenção sociológica, para ser melhor compreendida, demanda considerar as divisões internas da própria obra do autor na qual se constituem três momentos distintos (SCHERER-WARREN; GADEA, 2005). Alain Touraine, em seu momento inicial e ainda em corte marxista, volta-se para compreender a formação de uma consciência operária nos trabalhadores do setor carvoeiro chileno e do setor metalúrgico brasileiro. No segundo momento, o sociólogo elege os movimentos sociais franceses, principalmente os identificados com as mobilizações de maio de 1968, e as lutas antiditatoriais na América Latina para realizar um trânsito teórico em direção à compreensão das ações coletivas para além do conflito de classe. O estofo da pesquisa e reflexão teórico-metodológica credenciam Touraine a um terceiro momento de sua produção intelectual, no qual ele debate com a filosofia e a psicanálise em busca de uma compreensão não liberal da noção de sujeito. Isso significa não o confundir ou reduzi-lo à acepção de indivíduo, admitindo a primazia de sujeitos coletivos na produção da sociedade.

A destacada experiência metodológica que cabe avaliar aqui está na primeira e na segunda fases do trabalho intelectual de Alain Touraine. A tentativa de combinar engajamento político-intelectual e inovação em pesquisa constitui a intervenção sociológica; que consiste, precisamente, em reunir os membros mais destacados de movimentos sociais para um trabalho em grupo; que seria, também, uma forma de ampliação da consciência deles sobre sua ação contestatória. Isso se daria por meio de uma reflexão sobre a própria mobilização política, mas realizada fora de uma situação de protesto. Ou seja, o sociólogo interviria no cotidiano dos integrantes de movimentos e os colocaria em uma circunstância diferenciada, que seria supostamente capaz de oferecer informações não captáveis em eventos de mobilização, bem como teria também a faculdade de

estimular, nos próprios integrantes, uma maior consciência do conflito político em que atuavam.

Jacques Hamel (1998), ao observar o trabalho de Touraine, considera que o autor acabou por escolher líderes para os grupos de trabalho sem considerar a arbitrariedade própria dessa escolha. Os líderes encarnariam mais densamente os sentidos da mobilização coletiva ou teriam um discurso mais organizado e compreensível aos ouvidos teoricamente trabalhados dos pesquisadores? Em certa medida, a intervenção sociológica foi capaz de perceber divisões internas aos movimentos, mas refletiu pouco sobre como elas constituem hierarquias internas e diferentes formas de apreensão do real que se distribuem entre os participantes de ações coletivas de contestação. E mais, a proposta de intervenção sociológica ficou presa ao que se pode chamar de discurso militante (HAMEL, 1998). No entanto, a despeito dos limites da dimensão técnica da metodologia de Touraine, foi importante apresentar aos estudiosos da ação coletiva uma forma de acessar as percepções dos sujeitos para além da entrevista semi-estruturada, do questionário, da enquete operária e de *surveys*, utilizados na pesquisa do autor para a obra “La conscience ouvrière”, de 1966. Outra consequência importante foi assumir que o engajamento pode se articular com a produção de conhecimento sistemático sobre os movimentos sociais, afastando suposições de neutralidade.

O acúmulo teórico que sobreviveu aos equívocos da técnica de pesquisa de Alain Touraine está no livro “A sociedade pós-industrial”, publicado originalmente em 1973, como um ponto de inflexão no qual o entendimento dos conflitos sociais deixou de lado sua vinculação exclusiva com a luta de classes. Isso permitiu ao sociólogo reconhecer as formas de organização de variados sujeitos coletivos como estudantes, mulheres e ecologistas, que são irreduzíveis à condição de operários. Touraine, portanto, percebeu a orientação cultural, ou seja, marcada por valores e por certa proeminência da dimensão simbólica na ação política de segmentos das sociedades democráticas. É possível dizer, de certa forma, que o intelectual francês antecipou o fenômeno social incluído posteriormente por Axel

Honneth (2009) no conceito de luta por reconhecimento, mas aprofundar isso foge aos objetivos deste texto.

O livro “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)” de Eder Sader (1988), publicado no mesmo ano de falecimento do autor, é a última grande referência a ser observada nesta seção. Essa obra foi capaz de imortalizar a presença de Sader no campo intelectual brasileiro. O livro apresenta os resultados da pesquisa doutoral do autor, realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), onde ele trabalhava como professor desde o retorno dos exílios impostos, inicialmente, pela ditadura brasileira e, posteriormente, pela ditadura chilena. Eder Sader dialoga, por um lado, diretamente com a perspectiva de Alain Touraine, ao explicitar a incorporação de formulações do francês contidas no livro “Le retour de l’acteur”, publicado em 1984, em favor de valorizar a ação na análise dos movimentos sociais. Por outro lado, o sociólogo brasileiro parece ter tido mais sucesso, do ponto de vista do manejo metodológico, na empreitada de aproveitar o engajamento político para a construção de um percurso analítico. Sader teve enorme participação nas organizações de esquerda, com presença no movimento estudantil secundarista e universitário, desde antes do Golpe de 1964, e acumulou uma destacada militância na luta contra a Ditadura Militar (1964-85), pela qual foi forçado a se exilar. O retorno ao Brasil, em 1979, devolveu ao autor a possibilidade de retornar à carreira docente na USP, circular entre movimentos sociais e sindicais e participar ativamente da fundação e da direção do Partido dos Trabalhadores, constituindo sua problemática de pesquisa nesse contexto de intensa atividade política.

A possibilidade de relacionar os processos sociais concretos a características estruturais, para Sader, não necessariamente amplia a compreensão do fenômeno social, podendo apenas promover uma segurança teórica aparente por situar um caso particular num esquema de análise conhecido. Nesse sentido, o autor critica a relação encontrada em um artigo de Maria Hermínia Almeida (1975). Essa autora afirma que, quando pensada a ação sindical no ABC paulista em relação direta com a estrutura industrial

da região, se podia identificar o surgimento de um “sindicalismo de negócios” no Brasil, muito próximo ao experimentado na indústria automobilística dos Estados Unidos. Esse teria caráter combativo, apolítico e fincado na mobilização interna às fábricas. De acordo com Sader, a propositura analítica de Maria Hermínia, baseada em uma exclusividade teórico-metodológica, induziu-a a afirmar que uma mesma estrutura produtiva produziria uma única forma de ação sindical. O autor, então, analisa criticamente o trabalho da cientista política, questionando como se explicariam as diferentes frentes sindicais existentes em um mesmo ramo industrial. Isso porque os levantamentos de Eder Sader revelavam enorme diversidade de correntes de orientação política em disputa pelo sindicalismo da região mais industrializada do país, mesmo quando se tratava de um setor particular e tecnologicamente mais avançado naquele contexto. Ele, então, recorre à antropologia de Marcel Mauss para sustentar que, diante de uma mesma solicitação, as comunidades humanas podem apresentar uma gama de respostas.

É importante dizer que Sader não interpretava os fenômenos que estudou a partir de uma leitura voluntarista da ação política. O autor os reconhecia como novos porque eram irreduzíveis às formas de ação política que os precederam ou mesmo às suas contemporâneas. Para Sader, o voluntarismo de certas análises era uma inconsequência de liberais ou socialdemocratas. A recusa de Eder Sader ao estruturalismo marxista, que não significava aversão às contribuições seminais da crítica da economia política, e a busca por recursos teóricos variados demonstram que o autor se voltava cada vez mais à reflexão sobre a democracia como ambiente de construção da consciência de classe, pensando assim “fora dos cânones instrumentalistas da esquerda tradicional” (GARCIA, 1988, p. 319). Para evitar a exclusividade metodológica na compreensão dos movimentos sociais, Eder Sader toma como referências interpretativas de seu estudo os já citados Touraine e Mauss, somando ainda Karl Marx (1974), seu inspirador inicial, Edward Thompson (1987), Max Weber (1944), Antonio Gramsci (1968), Cornelius Castoriadis (1985) e Hannah Arendt (1981). A recorrência a esses

autores, no entanto, se faz pela apresentação precisa do que será aproveitado e do que será refutado em suas contribuições. Nos estudos de Marx sobre Luís Bonaparte, por exemplo, o sociólogo uspiano encontra as perspectivas mais interessantes sobre a relação entre as condições de classe objetivas e os cortes, as reconfigurações e os cruzamentos de seu aparecimento político, o qual depende de uma construção subjetiva, não estabelecida previamente. A retomada de Gramsci no trabalho de Sader segue promovendo o diálogo com o marxismo através da discussão sobre os diferentes mecanismos de hegemonia que, segundo o italiano, operam a produção do consentimento entre os trabalhadores em favor da classe dominante. Essa multiplicidade de mecanismos dificultaria a iniciativa do analista que esteja “pretendendo explicar movimentos sociais por determinações estruturais” (SADER, 1988, p. 41). E mais, o sociólogo brasileiro diz que a literatura sobre sindicalismo e movimentos sociais urbanos estava constatando ambiguidades nos processos de organização e representação dos trabalhadores e isso inclinaria as investigações para o plano da atribuição de significado e dos sentidos constituintes da vida social, tal como Weber enuncia.

Eder Sader busca desvendar o caráter processual da construção de significações e sua relação com a formação de organizações de luta, por parte dos trabalhadores da Grande São Paulo, à luz dos trabalhos de Edward Thompson; porque este elucidada, a partir do caso inglês, a relação entre as condições de existência dos operários e as características do movimento sindical que eles constituíram. A recorrência a Castoriadis se dá na busca de inserir a incerteza e a criatividade no fazer histórico, ou seja, como parte da relação entre a estrutura de produção e a ação política dos trabalhadores. Dessa forma, Sader pretendia evitar qualquer perspectiva de exagerado racionalismo que viesse a enquadrar os movimentos sociais e sindicais na busca de vantagens ou finalidades claramente definidas em termos estritamente econômicos. A presença de Hannah Arendt, no trabalho de Eder Sader, e o diálogo do autor com a psicanálise se dão na perspectiva de valorizar a análise do discurso dos diferentes agentes de mobilização política da transição à democracia no Brasil. O sociólogo uspiano buscou, na

filósofa judia, os aportes que estabelecem o discurso como elemento constituinte dos sujeitos. No entanto, o autor pondera a contribuição de Arendt com o saber psicanalítico, quando este alerta que o discurso não revela o sujeito de forma transparente. Isso impõe uma imersão interpretativa nas matrizes discursivas dos sujeitos.

O ecletismo teórico-metodológico na obra de Eder Sader ocorre, como se pode perceber, diante da necessidade de construção e interpretação complexas do seu objeto de pesquisa, precisamente, os novos sujeitos coletivos da transição democrática brasileira. Para além do Novo Sindicalismo, o autor se voltou também às Comunidades Eclesiais de Base, aos Clubes de Mães e às Comissões de Saúde da periferia leste de São Paulo. Pierre Bourdieu e Eder Sader se aproximam, quando a complexidade dos agentes e a articulação de autores situados em distintas e até opostas tradições teóricas são mobilizadas, para construir uma problemática de investigação sociológica. Bourdieu considerava a construção do objeto como “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Para o francês, nada seria mais enganoso que percorrer o conjunto da investigação sem reescrever e redimensionar, a partir dos achados da pesquisa, o objeto inicialmente delimitado. E mais, a eclética utilização das teorias era justamente o recurso possível para atender ao caráter multifacetado dos temas enfrentados, ao longo de um trabalho de investigação, com pretensão heurística. Eder Sader, por sua vez, admite que a dificuldade em construir o objeto se apresentou desde o início de sua pesquisa. Como ele mesmo diz,

o modo como procurei entender o significado do que acontecia, através dos movimentos sociais em São Paulo, exigiu um longo percurso intelectual, que percorri sem saber, no início, exatamente do que se tratava. Fui levado por minhas interrogações, que, no início, nem tinham seus contornos bem definidos, mal podendo configurar um "objeto de pesquisa" tal como apareceu no meio da jornada. Até que, quase simultaneamente, se desenharam com mais clareza o objeto, a questão e os caminhos da pesquisa (SADER, 1988, p. 18).

Eder Sader indica, na citação acima, que o ecletismo teórico em seu trabalho se apresentou, por um lado, como solução para os impasses insolúveis que encontrava na tentativa de construir seu objeto de pesquisa com base em inspirações analíticas que, supostamente, explicavam os movimentos sociais pela vinculação exclusiva com a estrutura econômica ou de classe dela decorrente. Por outro lado, Sader, ao expor as diferentes técnicas de pesquisa utilizadas, aproxima-se novamente de Bourdieu, quem afirma ser o ecletismo metodológico uma decorrência da articulação de distintas teorias. O estudioso brasileiro admitiu a reunião de uma multiplicidade de técnicas para a pesquisa sobre os novos sujeitos políticos da transição à democracia, elencando as seguintes: depoimentos pessoais, dados estatísticos, reportagens jornalísticas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, relatórios de grupos de pesquisa e arquivos documentais do sindicalismo e das pastorais sociais católicas. Por tudo isso, se pode afirmar a forte continuidade entre estudos de referência e estudos contemporâneos sobre movimentos sociais quando se trata de ecletismo teórico-metodológico, como se pode ver na sessão seguinte.

4. O ecletismo em ação na pesquisa sobre movimentos sociais contemporâneos

Os trabalhos de Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) e Renata Motta (2018) são importantes exemplos do caráter fecundo da não exclusividade teórico-metodológica, em nossos dias, e serão aqui analisados como ilustração dessa postura, cada vez mais, utilizada para compreensão da ação coletiva. Esses estudos se voltam para os processos que constituem o cotidiano da experiência democrática, no contexto da globalização pós-Guerra Fria e no período pós-redemocratizações brasileira e argentina, bem como demonstram que os trabalhos que mobilizam o ecletismo teórico-metodológico na pesquisa movimentalista contemporânea não se reduzem ao levante social de junho de 2013 no Brasil. E mais, essas pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina se fazem, em certa medida, com maior nível de estabilidade institucional e maior interrelação entre o local, o regional e o global, combinando diferentes abordagens lógicas e métodos técnicos.

Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba assinam um artigo que adentra às relações entre o governo Lula da Silva e os movimentos sociais, compreendendo essa conjuntura como a de maior presença de líderes sindicais em postos do alto escalão governamental desde a redemocratização. As autoras são responsáveis pelo artigo mais citado no *Web of Science*, entre os publicados pelo periódico Dados - Revista de Ciências Sociais. O ponto de partida das pesquisadoras é a evidência de que quase 45% dos ministros, dos dois primeiros mandatos petistas (2003-2010), tinham passado pelo sindicalismo ou por organizações movimentalistas. Segundo as autoras, no contexto de forte aproximação constituído pela chegada do PT ao poder, “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras” (2014, p. 326). E, para melhor compreender essas formas inovadoras, Abers, Serafim e Tatagiba lançam mão de estudos exploratórios sobre a presença de ativistas nos ministérios que tratam das políticas agrorreformista e urbana e na Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizados no ano de 2010. A esses estudos, somam-se a análise de literatura secundária e entrevistas em profundidade com membros do alto escalão do governo petista oriundos de movimentos sociais e sindicais.

O artigo, publicado na revista Dados, acaba por abrir novas perspectivas na medida em que busca entender a relação entre governo e sociedade do ponto de vista de quem está ocupando cargos de confiança na burocracia estatal, embora tenha passado e vínculos com setores movimentalistas. A combinação das técnicas de pesquisa se mostra fecunda não só para a obtenção das informações como também para uma revisão de conceitos encontrados na produção de Charles Tilly e dos demais membros do projeto de pesquisa *Contentious Politics*. O texto, portanto, é inovador no contexto de uma agenda de pesquisa que, por vezes, pensa a relação Estado-sociedade civil exclusivamente do ponto de vista dos ativistas e do confronto entre esses e as instituições políticas. Nas palavras das autoras, “adaptamos o conceito de repertório [de ação], originalmente concebido para o estudo dos

movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade” (2014, p. 327). A análise das autoras indica três repertórios de interação entre governo Lula e movimentos sociais.

O primeiro repertório teria proeminência de práticas negociadoras e estaria no campo da agenda de política urbana na qual “os movimentos sociais se adaptavam ao novo contexto, procurando combinar rotinas de interação baseadas na participação institucional em conselhos e conferências com um estilo mais personalizado de negociação” (2014, p. 347). O segundo repertório, por sua vez, estaria na política agrorreformista em que funcionários do Estado e ativistas dos movimentos rurais articulavam mobilizações para a criação de uma rotina de negociações, marcada por demonstrações públicas de força e pela capacidade dos agentes não governamentais estabelecerem a pauta de negociação. O terceiro repertório estaria na política de segurança pública, na qual as autoras identificam a participação social como uma demanda muito mais liderada pelos ocupantes de cargos de confiança do que por mobilizações da sociedade civil. Ao mapear esses três repertórios, as autoras concluem pela ausência de uma política geral de participação no governo Lula, que acabou permitindo o surgimento de diferentes formas de relação entre o governo e a sociedade civil. Essas formas variavam de acordo com a região ministerial e entendê-las requer “examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 348). As autoras reconhecem que, se sua pesquisa tivesse sido guiada por um olhar exclusivo sobre a ação institucional ou movimentalista, a apresentação dessa contribuição relacional e inovadora à literatura sociológica não seria possível.

A pesquisa doutoral de Renata Motta foi publicada em 2018 pela Editora Fiocruz com o seguinte título: “Entre Controvérsia e Hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil”. A obra é marcada pela abordagem das ciências sociais para os temas agricultura, alimentação e movimentos sociais, com forte destaque para o exercício analítico próprio da política

comparada. Para lidar com os casos de transgenia no Brasil e na Argentina, considerando que ambos são os maiores produtores mundiais de cultivos transgênicos, a obra recorre a um desenho de pesquisa apropriado a “sistemas mais similares com resultados diferentes” (MOTTA, 2018, p. 45). Essa opção metodológica permite construir uma análise centrada nos casos e não nas variáveis, valorizando analiticamente as semelhanças e as diferenças entre os dois países e promovendo a identificação das instâncias relevantes na explicação das diferentes trajetórias. A autora admite que se inspira em comparações qualitativas macroanalíticas, citando Adam Pzeworski e Henry Teune (1970) e Theda Skocpol (1976), como inspirações para sua pesquisa, voltada a enfatizar os conflitos sociais que estão na base do estabelecimento pioneiro de uma bio-hegemonia favorável aos transgênicos na Argentina e da controvérsia política em relação à transgenia no Brasil. Essa escolha metodológica se relaciona com a orientação teórica da investigação em que se articulam tanto a análise centrada no ator como os planos macro e mesossociológicos. Isso tudo, segundo Renata Motta, se entrelaça na apreensão da qualidade eminentemente política dos debates públicos sobre cultivos transgênicos, nos quais os movimentos sociais participam e disputam os significados coletivos.

Renata Motta recusa a relação exclusiva entre o individualismo metodológico e as pesquisas de opinião pública, propondo pensar os casos argentino e brasileiro a partir de correntes teóricas cujas imbricações, entre democracia e esfera pública, embasam fecundas agendas e perspectivas analíticas sobre o espaço e o debate público. O trabalho de Motta articula, também, o ecletismo teórico-metodológico da pesquisa movimentalista com o caráter caleidoscópico das pesquisas em ciências humanas e sociais sobre transgênicos. A bio-hegemonia na Argentina se deu sem impedimentos iniciais, recebendo resistência social somente em período posterior. Essa não resistência, segundo a autora, se deveu ao momento neoliberal dos anos 1990 e à associação entre os cultivos transgênicos, a alta produtividade e a modernização econômica do país. Nesse contexto, a ausência de movimento camponês organizado nacionalmente colaborou com a transgenia,

considerando que o Movimento Nacional Campesino Indígena só viria a se organizar em 2005. Para Renata Motta, em parceria com o Estado nacional, impulsos globais promoveram uma verdadeira revolução biotecnológica na Argentina, que lhe custou a pecuária em troca dos altos índices de produção na agricultura e da expansão da área plantada. O Estado argentino já contava com um órgão para regular a biotecnologia em 1991, tendo perfil técnico-científico e sem participação da sociedade civil. Isso assegurou pouca controvérsia pública em torno do uso comercial de sementes de soja transgênica da empresa Monsanto, em 1996, porque não havia na comunidade científica argentina resistência forte à biotecnologia.

A formação de uma resistência social aos transgênicos, liderada muito mais pelo movimento camponês do que pelos agricultores familiares, se estabeleceu no início dos anos 2000 na Argentina (MOTTA, 2018). Esse é também o tempo da crise econômica, da emergência alimentar e da convulsão política no país. Para entender as diferenças de posicionamento, nos movimentos sociais rurais argentinos, é preciso considerar que o movimento camponês reúne famílias rurais com larga permanência em determinado território cuja produção se dirige ao consumo doméstico e local. Os agricultores familiares são trabalhadores rurais mais integrados às cadeias de produção e aos grandes mercados agrícolas. Nesse sentido, a construção da identidade dos camponeses e dos povos indígenas foi fundamental para a reivindicação de uma maneira diferente de se relacionar com a terra e a natureza. Isso se apresentou nas ações de resistência com caráter disruptivo, acionadas pelo movimento indígena para impedir despejos forçados. Ao mesmo tempo, repertórios de ação mais institucionais (negociação, parceria e pactos) foram acionados para a obtenção de uma lei de sementes contrária a Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Quando a fumigação de agrotóxicos se tornou mais intensa, os pobres rurais constituíram protestos que ampliaram a conflitualidade em torno dos cultivos transgênicos argentinos. O controle de pragas por fumigação se realiza, nas mais diferentes culturas agrícolas, pelo espalhamento de compostos químicos ou formulações pesticidas voláteis no estado de vapor

ou gás. A biotecnologia, por sua vez, alia pesticidas, sementes e fertilizantes em um mesmo pacote produtivo e o estabelece como padrão global.

O aumento dos casos de câncer nas regiões fumigadas é analisado por Renata Motta para uma leitura da relação entre a questão agrária e a questão da saúde. A construção de um mapa epidemiológico pelos movimentos sociais, com base nos bairros atingidos pela fumigação nos pampas, assume destacada importância no trabalho da autora porque significa a produção contra-hegemônica de conhecimento e uma das dimensões mais criativas das forças sociais contrárias à imbricação entre economia e ciência, tão bem representada pelo modelo biotecnológico. Para Motta, essa ação, promovida pelo movimento Mães de Ituzaingó, aproveitou a convivência nos bairros como base para a construção dos saberes com os quais se fez a luta política anti-OGM. A mobilização das mães agregou à luta social contra os transgênicos a questão do cotidiano e a questão de gênero, bem como o forte simbolismo das mulheres na política argentina. Os laços comunitários permitiram às mulheres o acesso às situações calamitosas enfrentadas pelos adoecidos da fumigação, constituindo um discurso sobre as consequências da bio-hegemonia para a saúde humana com base em evidências sensíveis. Isso se somou à emergência de posições críticas aos transgênicos no campo científico argentino. Qualquer teoria presa à exigência de reduzir ao indivíduo uma ação complexa, que só se realiza no coletivo, não captaria a zona de criatividade dos movimentos sociais da Argentina frente aos cultivos transgênicos na última virada de século.

A resistência à bio-hegemonia e a controvérsia em torno dos transgênicos por parte dos movimentos sociais, da Argentina e do Brasil, é interpretada com as referências das teorias do confronto político, articuladas ao arcabouço da sociologia rural em diferentes escalas. Esse ecletismo teórico se soma aos aportes da sociologia dos movimentos sociais latinoamericanos e aos estudos sobre o ativismo transnacional, em uma articulação crítica que permite à autora balizar, adequadamente, os seguintes fenômenos: o impulso global do neoliberalismo à biotecnologia, a regulação e os tratados dos organismos multilaterais, o ativismo

transnacional anti-OGM e a mobilização em escala nacional e local dos movimentos sociais. Ao estabelecer dois capítulos para cada caso e adentrar ao plano nacional, a autora repõe o papel do Estado com forte relevância na constituição das trajetórias diferenciadas; que levando-a a um diálogo com as discussões sobre neoliberalismo na América Latina e com o debate sobre o lulismo (SINGER, 2012) e o kirchnerismo².

O Brasil é pensado em chaves analíticas diferentes da Argentina na obra de Renata Motta. Isso porque, no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma ação judicial do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apoiada pelo Ministério Público Federal, contra a soja transgênica, culminou em uma liminar que se configurou como uma moratória legal. Isso atrasou a entrada da biotecnologia nos cultivos do país. A resposta do poder judiciário colaborou para a ampliação da percepção pública do tema dos transgênicos a partir do princípio da precaução, porque a ação judicial teve significativa cobertura midiática, ampliando o alcance do discurso da coalizão contrária à transgenia. A moratória estabelecida pela liminar só teve fim em 2005 quando foi aprovada a Lei de Biossegurança por iniciativa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado com a eleição de Lula da Silva em 2002. A chegada do PT ao poder gerou altas expectativas nos movimentos sociais rurais em torno da reforma agrária e do fortalecimento de políticas para a agroecologia. Segundo Motta (2018), os agentes da mobilização no campo esperavam que o governo petista os atendesse em detrimento das propostas do agronegócio, cada vez mais afeito à transgenia e à produção em larga escala de grãos para o mercado internacional. Essa expectativa não era infundada. O apoio da bancada petista no Congresso Nacional à controvérsia contra os OGM ao longo dos anos 90, e a perspectiva de tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos; trazida ao debate público no contexto da eleição do petista Olívio Dutra, ao governo gaúcho em 1998, fizeram a experiência do governo nacional petista ser percebida como uma aliada pela mobilização contrária aos transgênicos. E mais, no processo eleitoral, a campanha 'Por um Brasil

² Movimento político-eleitoral argentino de centro-esquerda cuja maior referência é Néstor Kirchner, que presidiu o país de 2003 a 2007 e faleceu em 2010, e sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, presidente da Argentina de 2007 a 2015.

livre de transgênicos”, uma aliança entre movimentos rurais, ONGs ambientalistas e consumidores organizados, conseguiu inserir no programa de governo do candidato petista a perspectiva de assegurar a moratória aos OGM até que estudos conclusivos fossem realizados. A autora, no entanto, identifica as decisões do governo Lula como elementos bastante significativos para o avanço da transgenia, no Brasil, na década seguinte ao estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina. Isso se relaciona com a renovação do pacto de economia política em favor do agronegócio que, desde 1999, vem recebendo forte investimento federal para viabilizar sua produção para o mercado externo, onde encontrou compradores de grande porte como a China.

O novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2010) estava em pleno vigor quando o governo Lula da Silva estabeleceu sua agenda nacional com reformas distributivistas sem confronto com o capital (SINGER, 2012), sendo essa agenda um caminho de baixa conflitualidade com o poder econômico. Segundo Renata Motta (2018), durante os governos do PT predominaram decisões favoráveis à transgenia no Brasil. Isso se deveu à necessidade de acomodação institucional para aprovação da agenda prioritária do governo no Congresso Nacional. Essa agenda incluía o combate à fome e à pobreza e a valorização internacional dos preços dos grãos vendidos pelo país, o que significava maior arrecadação e consequente solução para o problema do déficit das contas públicas. A liberação do milho transgênico em 2008 é outra evidência da admissão dos pleitos dos representantes da biotecnologia pelo governo petista, definindo, assim, um resultado aproximado ao argentino, a despeito da controvérsia ter se apresentado desde o início e ter sido capaz de retardar a inserção dos OGM nos cultivos brasileiros.

A pesquisadora Renata Motta esclarece ter utilizado “bases de dados oficiais, fontes documentais, literatura secundária e dados primários coletados em entrevistas, em artigos de jornais e na internet” (2018, p. 18). Isso lhe permitiu reafirmar a ruptura com o nacionalismo metodológico, e reunir informações sobre as múltiplas dimensões de dois processos

conflitivos que, embora tenham o mesmo resultado, conjugam temporalidades e distintos modos dos movimentos sociais constituírem reivindicações. A sociologia dos movimentos sociais e a pesquisa em política comparada constituem, como se pode ver, o percurso e as conclusões da autora que se fizeram com a reunião de diferentes técnicas e materiais de pesquisa em franca mobilização do ecletismo teórico-metodológico.

À guisa de conclusão

As pesquisas sobre movimentos sociais, conforme a demonstração das sessões anteriores, guardam implícita ou explicitamente uma relação quase inevitável com o ecletismo teórico-metodológico, reafirmando o papel desses agentes coletivos como formadores de uma realidade multidimensional, na qual são sintetizadas e recriadas as relações de poder cujo entendimento recusa uma episteme exclusivista. As ciências sociais mais parecem demonstrar que certos objetos de pesquisa guardam afinidades eletivas com determinadas abordagens metodológicas e contextos políticos. Exemplos disso seriam os estudos de comunidades rurais e a observação participante (HEREDIA, 1979; SIGAUD, 2005), em contexto autoritário, ou os estudos comparativos sobre democracia e a estatística descritiva (PZREWORSKI et al., 2000), em período democrático. É necessário ressaltar que, apesar do ecletismo hegemônico, ainda se encontram análises com o uso mais detido de uma teoria ou uma técnica de pesquisa. Isso nem sempre traz resultados ruins como bem demonstram Ricardo Ceneviva e Ramon Araújo (2017), que utilizaram exclusivamente metodologia quantitativa para desmontar a arbitraria relação entre o “Programa Bolsa Família” e a redução das ocupações de terra.

A agenda de trabalho intelectual em torno das ações coletivas de contestação se manteve relevante na pesquisa sociológica brasileira por estar, também, consubstanciada a temas centrais do debate metodológico. A sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu constitui a base epistemológica legitimadora do ecletismo metodológico que se tornou prática cotidiana na pesquisa social, precisando ser repensado para que a rotinização não prejudique o investimento analítico. O ecletismo, seja tácito como nos

estudos de referência ou explícito como na produção contemporânea, aponta que a reunião de diferentes métodos lógicos ou técnicos se mostra capaz de abrir vias fecundas de investigação. A imersão em Thompson, Touraine e Sader percebeu olhares interpretativos atentos à formação das mobilizações para além dos eventos de protestos, demandando, portanto, a combinação entre a observação participante dos atos reivindicatórios e as entrevistas semi-estruturadas com organizadores e participantes, a serem feitas fora do evento em si.

Os estudos referenciais foram incorporados nas pesquisas contemporâneas em sínteses crítico-inovadoras no plano da relação entre abordagens teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa, constituindo, a partir do segundo quartel do século XX, o ecletismo em ação nos planos teórico e técnico. Este artigo também identificou, nos textos de Renata Motta e Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba, a recusa ao nacionalismo metodológico e a articulação fecunda entre as teorias dos movimentos sociais e os desenhos de pesquisa nascidos no campo da política comparada. O lugar privilegiado do ecletismo teórico-metodológico na pesquisa sobre movimentos sociais constitui, portanto, uma postura epistêmica que demonstra permanente capacidade de renovação teórica e de promoção de interpretações desdobráveis sobre a complexidade interna e relacional das ações coletivas de contestação.

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos Sociais Contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em Antropologia nos últimos dez anos (2008-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ALMEIDA, Maria Hermínia. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debates e Crítica**, São Paulo, nº 6, p. 49-74, 1975.

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales:** la estructura de la acción colectiva. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARREIRA, Irllys. **O reverso das vitrines:** conflitos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, Irllys. Social movements, culture and politics in the work of Brazilian sociologists. **Latin American Perspectives**, v. 20, p. 23-42, 2011.

BARREIRA, Irllys. **O labor criativo na pesquisa:** experiências de ensino e investigação em ciências sociais. Fortaleza: Imprensa Universitária FC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, nº 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42-53, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATANI, Afrânio Mendes. Um convite aos clássicos: o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu. **Educação & Linguagem**, Ano 10, Nº 16, p. 72-85, jul-dez, 2007.

CENEVIVA, Ricardo; ARAÚJO, Ramon Torres. Recrutamento para ações de alto custo/risco e programas de transferência condicionada de renda: o caso de conflitos por terra no Brasil. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS**, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, v. 1. p. 1-30, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. Ângela (org.). **O saber militante (ensaios sobre Florestan Fernandes).** Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra-UNESP, 1987. p. 48-53.

DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set-dez. 2016.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **História-Unisinos**, v. 6, p. 11-28, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. Posfácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONDIM, Linda. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis** (Santiago. en Línea), v. 44, p. 119-44, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAMEL, Jacques. The positions of Pierre Bourdieu and Alain Touraine respecting qualitative methods. **British Journal of Sociology**, Londres, n. 49, mar. 1998.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Virgínia. A expressão regional das universidades públicas nas cidades médias de Sobral-CE e Parnaíba-PI. **Sociedade e Território**, v. 30, p. 94-112, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, vol. XXXV).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1966.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

McADAM, Doug. 'Initiator' and 'spin-off' movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUGOTT, Mark. **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 217-240.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: communication and contention across Brazilian Youth activist network**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

MOTTA, Renata. **Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018.

OLIVEIRA, Gilberto. Rompendo o paradigma estratégico-realista: por uma perspectiva epistemológica eclética dos estudos de defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, p. 173-195, 2015.

PRATES, Jane. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 240 - 246, ago./dez. 2018.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.

PZREWORSKI, Adam *et al.* **Democracy and development**. Political institutions and well-being in the world, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, p. 358-373, 2020. Resenha da obra de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismo e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n.3, p. 393-407, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; GADEA, Carlos. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 39-45, nov. 2005.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKOCPOL, Theda. France, Russia, China: a structural analysis of social revolutions. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 18, nº 2, p. 175-210, 1976.

THOMPSON, Edward P. **The poverty of theory and other essays**. London: Merlin Press, 1978.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Cambridge: Cambridge Press, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard, 1984.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Cidade do México: FCE, 1944.

Agricultura, biotecnologia e movimentos sociais

Agriculture, biotechnology and social movements

MOTTA, Renata. *Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018. 260 pp.

Marcos Paulo Campos ⁽¹⁾

 <https://orcid.org/0000-0002-1189-085X>

⁽¹⁾ Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE, Brasil. E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br.

DOI 10.1590/3510417/20

Recebido Setembro 30, 2019
Aprovado Dezembro 20, 2019

A abordagem das ciências sociais para os temas agricultura, alimentação e movimentos sociais constitui a análise de Renata Motta sobre os transgênicos no Brasil e na Argentina. A obra *Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil*, publicada pela Editora Fiocruz em 2018, é resultado da pesquisa de doutoramento da autora na Freie Universität Berlin (Alemanha), mas não carrega consigo uma linguagem exclusiva a acadêmicos. Ao contrário, o texto tem fluência agradável sem perder a densidade própria à análise sociológica dos conflitos sociais que estão na base do estabelecimento pioneiro de uma bio-hegemonia favorável aos transgênicos na Argentina e da controvérsia política em relação à transgenia no Brasil.

Para lidar com dois casos tão significativos, considerando que a Argentina e o Brasil são os maiores produtores mundiais de cultivos transgênicos, Motta recorreu a um desenho de pesquisa afeito a “sistemas mais similares com resultados diferentes” (p. 45). Essa opção metodológica é justificada pela autora: constrói uma análise centrada nos casos e não nas variáveis, trabalha analiticamente as semelhanças e as diferenças entre os dois casos e promove a identificação das instâncias relevantes na explicação das diferentes trajetórias.

Ao observar os principais produtores de organismos geneticamente modificados (OGMs), Motta percebeu que os dois países da América do Sul ofereciam a melhor similaridade com relação à produção e ao tipo de transgenia autorizada para manejo agrícola, enquanto guardavam profundas diferenças na trajetória constituinte dessas características comuns. A escolha dos casos brasileiro e argentino teve uma orientação teórica de investigação em que se articulam tanto os planos macro, meso e microsociológicos como a análise centrada no ator. Isso tudo se entrelaça na apreensão da qualidade eminentemente política dos debates públicos sobre cultivos transgênicos nos quais se disputam significados coletivos. A autora recusa o individualismo metodológico das pesquisas de opinião pública em favor da corrente teórica cujas imbricações entre democracia e esfera pública embasam fecundas agendas e perspectivas analíticas. O trabalho também considera as conclusões de estudos anteriores e a constatação do caráter caleidoscópico da pesquisa social sobre transgênicos.

A presença dos movimentos sociais que resistem à bio-hegemonia ou lideram a controvérsia em torno dos transgênicos é interpretada com referências às teorias do confronto político, com destaque para os trabalhos de Sidney Tarrow (2005; 2011), em articulação com os aportes da sociologia rural em diferentes escalas, com o acúmulo da sociologia dos movimentos sociais latino-americanos e com as perspectivas legadas pelos estudos sobre o ativismo transnacional. É justamente essa articulação crítica que permite a Motta balizar adequadamente o impulso global do neoliberalismo à biotecnologia, a regulação e os tratados dos organismos multilaterais, o ativismo transnacional anti-OGMs e a mobilização em escala nacional e local dos movimentos sociais que constituem os amálgamas conflitivos mais relevantes do livro. Contudo, ao dedicar dois capítulos a cada caso e adentrar no plano nacional, o papel do Estado assume importância significativa na constituição das trajetórias diferenciadas que tanto instigaram a autora e a conduziram a debates sobre neoliberalismo na América Latina e sobre kirchnerismo (Svampa, 2008; 2012) e lulismo (Singer, 2012; Nobre, 2013).

O caso argentino é apresentado como aquele no qual o estabelecimento da bio-hegemonia se

deu, inicialmente, sem impedimentos, passando a contar com resistência social somente em período posterior. Essa não resistência se vinculou ao momento neoliberal dos anos de 1990 na Argentina e à associação entre os cultivos transgênicos, a alta produtividade e a modernização econômica do país. A esse cenário, somou-se a ausência de movimento camponês organizado nacionalmente, considerando que o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI) só foi organizado em 2005. Para Motta, o impulso global, em regime de parceria com o Estado nacional, promoveu uma verdadeira revolução biotecnológica na Argentina, cujo custo foi a pecuária em troca dos altos índices de produção na agricultura e da expansão da área plantada. Em 1991, o Estado argentino contava com um órgão para regular a biotecnologia, tendo perfil técnico-científico e sem participação da sociedade civil. Esse caráter assegurou pouca controvérsia pública, em 1996, em torno do uso comercial de sementes de soja transgênica da Monsanto, porque a comunidade científica argentina não contava com resistência significativa à transgenia.

O período da Revolução Verde tardia (p. 64) na Argentina constituiu para a agricultura familiar do país fortes transformações, marcadas pelo aumento das falências, o que impeliu os pequenos proprietários a vender ou alugar suas terras. Segundo Motta, só conseguiram seguir na atividade agrícola aqueles que se capitalizaram e incorporaram tecnologia, ou seja, quem se tornou empreendedor familiar. Isso confirma a inserção de formas empresariais de organização na pequena agricultura argentina com capacidade de alteração dos sentidos tradicionais do processo produtivo. Mais que uma concentração de terra, esse período promoveu uma concentração produtiva.

As mudanças na pequena agricultura não foram a maior contradição experimentada pelo mundo agrário argentino. Em junho de 2002, a organização não governamental Greenpeace lançou um relatório sobre a colheita recorde e o aumento da fome no país, indicando que a produtividade dos cultivos transgênicos não realizava a segurança alimentar que preconizava. Esse relatório foi apresentado em um contexto de intensa crise política na Argentina e de contestação à expansão dos cultivos que se fortalecia regional e nacionalmente.

A crise econômica, a emergência alimentar e a convulsão política que marcaram o início dos anos 2000 na Argentina assistiram também à formação de uma resistência social aos transgênicos, organizada muito mais pelo movimento camponês que pelos agricultores familiares. A construção da identidade dos camponeses e dos povos indígenas foi fundamental na reivindicação de uma maneira diferente de se relacionar com a terra e a natureza. Essa reivindicação se apresentou nas ações de resistência com caráter disruptivo acionadas pelo movimento indígena que visavam impedir despejos forçados. Tais ações foram acompanhadas de repertórios mais institucionais para a obtenção de uma lei de sementes anti-OGMs. Quando a fumigação de agrotóxicos se tornou mais intensa, os pobres rurais constituíram formas de organização e protesto que ampliaram a conflitualidade em torno dos cultivos transgênicos argentinos.

O cruzamento das questões agrária, de saúde, evidenciada pelo aumento dos casos de câncer nas regiões fumigadas, e de preservação ambiental e a aliança entre os movimentos sociais locais e as organizações de ativismo transnacional culminaram na Lei das Florestas, de 2007, reconhecida pelos integrantes da resistência argentina como uma conquista do processo de mobilização. Nesse contexto, a construção de um mapa epidemiológico com base nos bairros atingidos pela fumigação nos pampas assume destacada importância no trabalho de Motta, porque significa a produção contra-hegemônica de conhecimento e uma das dimensões mais criativas das forças sociais contrárias à imbricação entre economia e ciência tão bem representada pelo modelo biotecnológico. Para a autora, essa ação, promovida pelo movimento Mães de Ituzaingó, aproveitou a convivência nos bairros como base para a construção dos saberes com os quais se fez a luta política anti-OGMs. A mobilização das mães ainda agregou à luta social contra os transgênicos a questão de gênero e o forte simbolismo das mulheres na política argentina. Os laços comunitários permitiram às mulheres o acesso a situações calamitosas enfrentadas pelos adoecidos da fumigação, constituindo um discurso sobre as consequências da bio-hegemonia para a saúde humana, com base em evidências sensíveis. Isso se somou à emergência de posições críticas aos transgênicos no

campo científico argentino, sendo o caso de Andrés Carrasco, chefe do Laboratório de Embriologia Molecular da Universidade de Buenos Aires, o mais relevante para a análise de Motta.

Os fatores favoráveis aos críticos da transgenia sofreram reação da coalizão pró-OGMs, que possuía forte penetração na burocracia estatal argentina e apoio midiático. A crise econômica e política do início dos anos 2000 encontrou uma solução com a taxação da exportação de grãos, considerando que seus preços experimentavam tendência de alta no mercado internacional, e a ascensão de Néstor Kirchner à presidência. A alta produtividade dos cultivos transgênicos estava, portanto, na base da recuperação das finanças e dos investimentos públicos e da superação das condições de pobreza e fome do país, constituindo, ao lado da reação pró-OGMs, um forte entrave ao avanço das reivindicações contrárias ao modelo neoliberal agroalimentar biotecnológico.

Motta narra as ocorrências da “batalha rural” de 2008 na Argentina, quando a recém-eleita Cristina Kirchner elevou as taxas sobre a exportação de grãos, como uma evidência do enraizamento da bio-hegemonia no mundo agrário do país. Na frente contrária à taxação, pequenos produtores e grandes exportadores ficaram do mesmo lado, pois esperavam uma safra recorde e não queriam dividir seus ganhos com a arrecadação estatal. A classe média urbana colaborou com essa frente por meio de protestos públicos, e tudo isso culminou em uma votação no Parlamento com resultado negativo para a continuadora do kirchnerismo. Apesar do embate, a soja transgênica seguiu sendo promovida pelo governo argentino, configurando o que Motta considera ser a consolidação de uma política de Estado agroalimentar biotecnológica, a despeito das críticas ao neoliberalismo e da retórica progressista dos Kirchner.

O caso brasileiro é percebido no livro de Motta como aquele em que a controvérsia em torno dos transgênicos se apresentou desde as primeiras ações para a inserção da tecnologia nos cultivos nacionais. Isso se deu porque, segundo a autora, desde a redemocratização, a intensa mobilização dos movimentos sociais rurais em torno da reforma agrária constituiu uma forte frente opositora aos OGMs. Diferentemente do caso argentino, em que não

havia mobilização rural significativa quando ocorreu a chegada da biotecnologia, agricultores familiares, populações sem terras e ativistas pela agroecologia no Brasil promoveram um repertório de ações capaz de catapultar as críticas à transgenia aos meios de comunicação mais influentes do país. Isso se somou a outras três razões listadas pela autora. A primeira delas diz respeito às divisões dentro da comunidade científica brasileira, cujo histórico apresenta muitas relações com o movimento ambientalista. A segunda razão está na consolidação do ambientalismo no Brasil ocorrida nos períodos anterior e posterior à Eco-92, por meio de aportes financeiros e profissionalização de agentes e instituições envolvidos na luta ambiental. A terceira e última razão se encontra no amplo desejo de engajamento por uma sociedade em processo de reabertura de suas liberdades democráticas. Em todos os setores, no início dos anos de 1990, assistia-se à ampliação dos processos de participação. A controvérsia sobre a biotecnologia se deu em um momento favorável ao debate público a respeito das questões ambientais na sociedade brasileira.

Uma ocorrência no plano legal determinou a capacidade de interferência do movimento social em favor de decisões anti-OGMs na década neoliberal brasileira. No contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma ação judicial do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apoiada pelo Ministério Público, contra a soja transgênica culminou em uma liminar, obtida no mesmo dia da interpelação do Idec, que se configurou como uma moratória legal, praticamente, atrasando a entrada da biotecnologia para a década seguinte. Nesse sentido, a resposta do poder judiciário colaborou para a ampliação da percepção pública do tema dos transgênicos com base no princípio da precaução. Isso porque a ação judicial teve significativa cobertura midiática, ampliando o alcance do discurso da coalizão anti-OGMs. A moratória estabelecida pela liminar só teve fim em 2005 com a aprovação da Lei de Biossegurança, no contexto do governo nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Segundo Motta, a chegada do PT ao poder alimentou expectativas amplas nos movimentos sociais rurais em torno da reforma agrária e do fortalecimento

de políticas para a agroecologia, em detrimento da proposição do agronegócio, cada vez mais afeito à transgenia e à produção em larga escala de grãos para o mercado internacional. Essa expectativa não era infundada. O apoio da bancada parlamentar petista à controvérsia contra os OGMs ao longo dos anos de 1990 e a perspectiva de tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos, trazida ao debate público na eleição de Olívio Dutra (PT), em 1998, ao governo gaúcho, fizeram a experiência governativa nacional petista ser percebida como uma aliada pela coalizão contrária aos transgênicos. E mais, no processo eleitoral, a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, realizada por ampla aliança entre movimentos rurais, organizações não governamentais ambientalistas e consumidores organizados, conseguiu inserir no programa de governo do candidato petista a perspectiva de assegurar a moratória aos OGMs até que estudos conclusivos fossem realizados. No entanto, as mudanças ocorridas na posição partidária e, sobretudo, as decisões do governo de Lula da Silva são elementos bastante significativos para o avanço dos transgênicos no Brasil na década seguinte ao estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina.

As mudanças de posição do PT no poder se relacionam com a renovação do pacto de economia política em favor do agronegócio que, desde 1999, recebe forte investimento federal para viabilizar sua produção para o mercado externo, onde encontrou compradores de grande porte, principalmente, entre as economias em ascensão, como a chinesa. Essa relevância da agroexportação devolve em arrecadação aquilo que era necessário para equilibrar as contas públicas quando a paridade real/dólar e a engenharia de política econômica do plano de estabilização monetária ruíram. Esse pacto de economia política (Delgado, 2010) estava em pleno vigor quando o governo Lula estabeleceu sua agenda nacional com reformas distributivistas sem confronto com o capital (Singer, 2012). O caminho de baixa conflitualidade com o poder econômico foi expresso, no plano da controvérsia em torno dos transgênicos, por meio da permissão, apesar da oposição de movimentos sociais, setores petistas e parte do próprio governo, do cultivo da soja transgênica que havia sido, inicialmente,

traficada da Argentina por fazendeiros da fronteira entre os dois países.

O elemento definidor da construção hegemônica dos transgênicos no Brasil, segundo a obra de Motta, está na dependência da bancada ruralista que o governo Lula passou a experimentar desde o escândalo de corrupção conhecido como “mensalão”, em 2005. A acomodação institucional necessária à aprovação da agenda prioritária do governo no Congresso Nacional, que incluía o combate à fome e à pobreza, somada à valorização internacional dos preços dos grãos vendidos pelo país, que significava maior arrecadação, estiveram na base das decisões favoráveis à transgenia no Brasil durante os governos do PT (2003-2016). A liberação do milho transgênico em 2008 e a não edição de posições críticas por parte do partido, embora alguns integrantes tenham mantido relações com a coalizão anti-OGMs, são evidências da admissão dos pleitos da coalizão agroalimentar biotecnológica por parte do governo Lula como uma “política do fato consumado” (p. 148). Isso definiu um resultado aproximado ao argentino, a despeito da controvérsia ter se apresentado desde o início e ter sido capaz de retardar a inserção dos OGMs nos cultivos brasileiros.

Ao analisar os casos de Brasil e Argentina, Motta demonstra em sua obra que os movimentos sociais anti-OGMs e os repertórios mais tradicionais de mobilização utilizam conhecimento científico contra-hegemônico e de contestação a avaliações oficiais de risco para viabilizar suas reivindicações. Esses discursos de validade cognitiva, muitas vezes, não são enfrentados no plano propriamente científico, padecendo de estigmatização e ridicularização promovidas pela coalizão da biotecnologia. Tanto no caso brasileiro como no caso argentino o alcance dos movimentos dependeu da interpretação jurídica e política no plano dos direitos e não do reconhecimento da validade do conhecimento contra-hegemônico produzido. A autora aponta que, apesar da novidade no plano das elaborações, foram os repertórios de associação entre luta social e interpretação jurídico-política que asseguraram as vitórias, ainda pequenas, da coalizão anti-OGMs nos dois casos. O tamanho da produção transgênica no Brasil e na Argentina indica facilmente o quão reduzido foi o

alcance das reivindicações dos movimentos sociais. No entanto, o estudo demarca que essas mesmas reivindicações inseriram no debate público desses países importantes núcleos críticos que podem ser ampliados em oportunidades políticas futuras. Também são a discursividade em que se reúnem experiências agroecológicas e alianças de movimentos sociais significativas no plano das alternativas às quais, em momento de maior consciência social e política dos riscos da transgenia, se pode recorrer.

BIBLIOGRAFIA

- DELGADO, Guilherme. (2010), “A questão agrária e o agronegócio no Brasil”, in M. Carter (org.), *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, São Paulo, Editora Unesp, pp. 81-112.
- NOBRE, Marcos. (2013), *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2012), *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SVAMPA, Maristela. (2008), *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires, Clacso/Siglo XXI.
- SVAMPA, Maristela. (2012), “Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina”. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, XIII (32): 15-38.
- TARROW, Sidney. (2005), *The new transnational activism*. Nova York, Cambridge University Press.
- TARROW, Sidney. (2011), *Power in movement: social movements and contentious politics*. Nova York, Cambridge University Press.

CAPÍTULO VIII

ECLETISMO METODOLÓGICO EM PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

Introdução

Os movimentos sociais são definidos como as diferentes formas pelas quais segmentos da população se organizam e apresentam suas demandas (GOHN, 2004). Quando se trata de conhecê-los de forma sistemática, requerem uma eclética articulação de métodos de pesquisa. Esse entendimento tem por base a observação tanto de estudos referenciais, como de trabalhos mais recentes sobre os agentes coletivos não institucionais do campo político contemporâneo. Antes de adentrar propriamente nas pesquisas sobre ações coletivas de contestação, cabe perguntar: qual seria a qualidade intrínseca aos movimentos sociais que acaba por dificultar a exclusividade metodológica em sua investigação? Para responder a essa pergunta, é necessário apresentar o acúmulo intelectual constituinte do ecletismo como postura epistemológica da pesquisa social.

O maior esforço de sistematização do ecletismo metodológico está na Sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. Para o intelectual francês, só uma reflexividade, elevada à condição de método e colocada em ação pelo olhar sociológico, seria capaz de reduzir os efeitos da estrutura de posições sociais presentes na relação que se estabelece entre o pesquisador e quem ele interroga (BOURDIEU, 2004). Isso implica compreender a investigação em Sociologia, ou em qualquer das ciências humanas, como uma relação social, distinta de outras porque tem por fim apenas o conhecimento, pela qual se produzem efeitos nos resultados obtidos. A reflexividade seria, para Bourdieu, a possibilidade de trazer à consciência do pesquisador os efeitos dessa relação social e ainda poder interpretá-los de forma lógica e sistemática, evitando os indesejados vieses de pesquisa que reduzem ou eliminam sua cientificidade.

¹ Este texto é uma versão revista e ampliada da discussão metodológica introdutória da tese de doutorado do autor (MELLO, 2018), defendida em 2018 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e premiada pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).

A forma de proceder tão cara ao sociólogo francês pretendia não deixar inconsciente nenhum dos passos de uma investigação com explícita pretensão heurística. Por que, então, a reflexão sobre os efeitos da relação entre pesquisador e pesquisado seria melhor efetivada pela reunião de variados métodos de pesquisa? Porque o ecletismo metodológico é a admissão prática do caráter multidimensional da vida social, irreduzível a qualquer tradição científica a que se apegam os “monomaniacos das distribuições estatísticas, ou da análise de discursos, ou da observação participante, ou da entrevista livre” (BOURDIEU, 2004, p. 25). Esse apego, questionado pelo autor, se daria porque cada método assegurava, ao tempo dessa crítica, uma vinculação com certa corrente de pressupostos válidos no campo científico cujo reconhecimento no referido campo, e até fora dele, tendia a crescer quanto mais fosse mantida a pretenciosa vinculação exclusiva, por exemplo, entre os interacionistas e a etnografia ou entre os etnometodólogos e a análise de conversação.

A exclusividade metodológica teve seu apogeu na pesquisa estadunidense do imediato pós-guerra, sendo bem representada, segundo Bourdieu, por Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld, que influenciavam mundialmente a ciência social mesmo com o custo de reduzir o entendimento sobre a vida em sociedade pelo uso isolado de cada um dos métodos disponíveis. Em oposição à exclusividade metodológica e surgida na Europa dos *trinta anos gloriosos*², a perspectiva epistemológica subjacente ao ecletismo metodológico busca “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados são praticamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2004, p. 26). As obras de Pierre Bourdieu dão testemunho dessa postura epistêmica e revelam um compromisso teórico-metodológico com a comunicação entre técnicas e métodos de pesquisa, na qual se destaca a articulação entre técnicas e métodos de seja, as teorias explicativas já construídas pela Sociologia e disciplinas afins, e a dimensão técnica da metodologia, ou seja, as formas práticas de acesso e coleta de informações disponíveis aos pesquisadores como a entrevista, a estatística descritiva e o grupo focal. O uso combinado de análise estatística clássica, entrevistas em profundidade e observações etnográficas, com vistas a entender as lógicas sociais de produção do gosto cultural, observa-se na amplamente reconhecida obra *A distinção* (BOURDIEU, 2011), que teve sua primeira publicação em 1979. Especificamente sobre a articulação de métodos e técnicas, o uso combinado da análise de correspondências com a análise de discursos, por exemplo, pode ser encontrado no artigo “O campo econômico” (BOURDIEU, 2005), publicado originalmente em francês no ano

2 Expressão cunhada pelo economista francês Jean Fourastié para designar o excepcional crescimento da Europa ocidental após a II Guerra Mundial.



de 1997. Nesse artigo, Bourdieu visa compreender a relação entre economia doméstica e economia de mercado expressa na propaganda das empresas de produção de casas pré-fabricadas.

Os esforços de Bourdieu, que só ao final de sua vida voltaram-se à questão dos movimentos sociais, e sua destacada posição no campo acadêmico francês, no qual obteve máximo reconhecimento e a mundialização do de France em 1982, colaboraram para a legitimação e a ecletismo metodológico em Sociologia e em áreas afins. Não por acaso, Sánchez Gamboa (2003), Gilberto Oliveira (2015) e Jane Prates (2018) apontam que a não ecletismo metodológico têm se apresentado em pesquisas sobre educação, exclusividade metodológica significa debruçar-se sobre uma prática corriqueira de defesa nacional e serviço social. Nesse sentido, falar do ecletismo metodológico contemporâneo significa incorporar e consequências. Isso porque de pesquisa que, no campo dos estudos sobre movimentos sociais, carece de uma reflexão mais detida sobre sua incorporação e consequências. Isso porque os mesmos métodos consagrados nas Ciências Sociais são empregados nos estudos sobre ações coletivas de contestação (ALMEIDA, 2020). Neste texto, portanto, o objetivo principal é enfrentar essa lacuna do debate metodológico.

Metodologia em estudos de referência sobre movimentos sociais

A vastidão dos estudos sociológicos sobre movimentos sociais impede qualquer pretensão de revisar em termos absolutos a literatura especializada para analisar as diferentes utilizações de aportes teóricos e técnicas de pesquisa. Por causa disso, esta seção visitará os estudos de Edward Thompson, Alain Touraine e Eder Sader, que constituem referências constantemente mencionadas e amplamente reconhecidas por quem estuda as ações coletivas de contestação, buscando nelas observar como foi recusada a exclusividade metodológica.

O livro *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 1987), publicado originalmente em 1963, é o mais conhecido trabalho de Edward Palmer Thompson e procura entender como os trabalhadores fabris da Inglaterra constituíram sua agência e consciência de classe. A obra mergulha em um processo de longa duração, no qual a ação coletiva de contestação operária se apresenta desde o século XVIII. Edward Thompson, membro da geração mais relevante da historiografia marxista inglesa, recusa-se a reconhecer o surgimento da classe trabalhadora nos conflitos promovidos pelos sindicatos dos operários fabris do entorno de Londres em meados do século XIX, como preferiam muitos intelectuais de orientação marxista. Estes encontravam naquele sindicalismo inglês a evidência empírica mais afeita à descrição teórica do embate entre capital e trabalho nas sociedades industrializadas.

O historiador marxista formulou uma interessante crítica ao marxismo estruturalista (THOMPSON, 1978), que assumiria sua forma mais acabada na obra *Ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado*, publicada pelo filósofo francês Louis Althusser em 1970. Nessa obra, o filósofo francês apontava, como organizadores da vida social e política, determinantes estruturais do ponto de vista econômico (objetivo) e ideológico (subjetivo) (ALTHUSSER, 1980). Para Althusser, a ação rotineira, doméstica ou não imediatamente politizada, opõe-se ao surgimento da consciência de classe no operariado, impedindo a mobilização política. Em oposição a essa formulação, Thompson (1987) percebeu, no cotidiano dos trabalhadores ingleses, a gestação processual de percepções críticas da realidade, posteriormente reunidas em uma contestação política de tipo sindical, sem as quais a consciência da exploração econômica não teria sido possível.

Edward Thompson (1987) enfrentou, a partir de estudos empíricos, os intérpretes do pensamento de Karl Marx que afirmavam a exclusividade da determinação econômica na ação política das classes sociais. O autor valorizou o agir humano e o discurso não racionalizado e não formatado politicamente, diferentemente do que se obtém em uma entrevista formal e estruturada (que ele também fez), para entender a construção de uma percepção da realidade cada vez mais contestadora das precárias condições de vida, que inspirou ações movimentalistas de conflito político. Para Thompson, a consciência de classe surge no agir dos trabalhadores, não estando disponível previamente à ação. Do ponto de vista do material de análise e das técnicas de pesquisa, o estudioso inglês analisou as poesias populares, as leituras de maior circulação entre os trabalhadores pobres e ainda seus gostos culturais, que incluíam cantores de baladas e cartuns a serem lidos em bares. Nesses ambientes, o autor percebeu que se elaborou uma autoconsciência coletiva e radical em artesãos, herdada pelos trabalhadores da indústria num relacionamento intergeracional.

O estudioso inglês, para além da renovação teórico-metodológica já apontada, privilegiou a conversa informal na construção de suas hipóteses analíticas. Isso reitera ainda mais a recusa à leitura teórica exclusivista e a articulação de técnicas de pesquisa marcantes na obra e no pensamento de Thompson. Estes tiveram ampla e inegável influência nos estudos sobre história do trabalho e sobre os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores no Brasil (FORTES, 2016; FRENCH, 2002), antes mesmo do ecletismo metodológico se firmar como postura intelectual legítima.

A segunda referência metodológica a ser revisitada nesta breve revisão é o método da intervenção sociológica, elaborado por Alain Touraine (1973) no ambiente intelectual da Sociologia francesa dos movimentos sociais. Para melhor compreensão da proposta de Touraine, é preciso considerar as divisões internas de sua obra, como alertam Ilse Scherer-Warren e Carlos Gadea (2005),

ser revisitada nesta breve revisão
oporado por Alain Touraine (1973)
essa dos movimentos sociais. Para
melhor compreensão da proposta de Touraine, é preciso considerar as divisões
internas de sua obra, como alertam Ilse Scherer-Warren e os Gadea (2005)

nas quais se constituem três momentos distintos. No primeiro desses, o sociólogo, ainda em corte marxista, volta-se para compreender a formação de uma consciência operária nos trabalhadores do setor carvoeiro chileno e do setor metalúrgico brasileiro. No segundo momento, o autor elege os movimentos sociais franceses, principalmente os identificados com as mobilizações de maio de 1968, e as lutas antiditatoriais na América Latina para realizar um trânsito teórico em direção à compreensão das ações coletivas para além do conflito de classe. No terceiro momento, o estofa da pesquisa e reflexão teórico-metodológica credenciam Touraine a debater com a filosofia e a psicanálise em busca de uma compreensão não liberal da noção de sujeito, o que significa não o confundir ou reduzi-lo à acepção de indivíduo, admitindo a primazia de sujeitos coletivos na produção da sociedade.

A primeira e a segunda fases do trabalho de Alain Touraine concentram a destacada experiência metodológica que cabe avaliar aqui. A intervenção sociológica foi uma tentativa de combinar engajamento político-intelectual e inovação em pesquisa, consistindo em reunir os membros mais destacados de movimentos sociais para um trabalho em grupo que seria, também, uma forma de ampliação da consciência deles sobre sua ação contestatória. Isso se daria por meio de uma reflexão sobre a própria mobilização política, mas realizada fora de uma situação de protesto. Ou seja, o sociólogo interviria no cotidiano dos integrantes de movimentos e os colocaria em uma circunstância diferenciada que seria, supostamente, capaz de oferecer informações não captáveis em eventos de mobilização. Teria também a faculdade de estimular, nos próprios integrantes, uma maior consciência do conflito político em que atuavam.

As dificuldades do método superaram sua boa intenção. Como diz Jacques Hamel (1998), Alain Touraine acabou por escolher líderes para os grupos de trabalho sem considerar a arbitrariedade própria dessa escolha. Os líderes encarnariam mais densamente os sentidos da mobilização coletiva ou teriam um discurso mais organizado e compreensível aos ouvidos teoricamente trabalhados dos pesquisadores? Em certa medida, a intervenção sociológica foi capaz de perceber divisões internas aos movimentos, mas refletiu pouco sobre como elas constituem hierarquias internas e diferentes formas de apreensão do real que se distribuem entre os participantes de ações coletivas de contestação. E mais, a proposta de intervenção sociológica ficou presa ao que se pode chamar de discurso militante (HAMEL, 1998). No entanto, a despeito dos limites da dimensão técnica da metodologia de Touraine, foi importante apresentar aos estudiosos da ação coletiva uma forma de acessar as percepções dos sujeitos para além da entrevista semiestruturada, do questionário, da enquete operária e de *surveys*, utilizados na pesquisa do autor para a obra *La conscience ouvrière* (TOURAINÉ, 1966). Outra consequência importante foi assumir que o engajamento pode se articular com a produção de

conhecimento sistemático sobre os movimentos sociais, afastando suposições de neutralidade científica.

Alain Touraine foi capaz de elaborar um arcabouço teórico que sobreviveu aos equívocos de sua técnica de pesquisa. O livro *A sociedade pós-industrial*, publicado em 1973, constituiu um ponto de inflexão no qual o entendimento dos conflitos sociais deixou de lado sua vinculação exclusiva com a luta de classes. Isso permitiu ao sociólogo reconhecer as formas de organização de variados sujeitos coletivos como estudantes, mulheres e ecologistas, que são irredutíveis à condição de operários. Touraine, portanto, percebeu a orientação cultural, ou seja, marcada por valores e por certa proeminência da dimensão simbólica na ação política de segmentos das sociedades democráticas. É possível dizer, de certa forma, que o intelectual francês antecipou o fenômeno social incluído posteriormente por Axel Honneth (2009) no conceito de luta por reconhecimento. Mas aprofundar isso foge aos objetivos deste texto.

A última grande referência a ser observada nesta seção é o livro *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*, de Eder Sader (1988). Essa obra, publicada no mesmo ano de falecimento do autor, foi capaz, em certa medida, de imortalizar a presença dele no campo intelectual brasileiro. O livro apresenta os resultados da pesquisa doutoral³ de Sader, realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), onde ele trabalhava como professor desde o retorno do exílio imposto pelas ditaduras brasileira e chilena. Por um lado, Eder Sader dialoga diretamente com a perspectiva de Alain Touraine ao explicitar a incorporação de formulações do francês contidas no livro *Le retour de l'acteur*, publicado em 1984, em favor de valorizar a ação na análise dos movimentos sociais. Por outro lado, o sociólogo brasileiro parece ter tido mais sucesso, do ponto de vista do manejo metodológico, na empreitada de aproveitar o engajamento político para a construção de um percurso analítico. Como afirma o posfaciente (GARCIA, 1988), Sader teve enorme participação nas organizações de esquerda com presença no movimento estudantil secundarista e universitário desde antes do Golpe de 1964 e acumulou uma destacada militância na luta contra a Ditadura Militar (1964-85), pela qual foi forçado a se exilar. O retorno ao Brasil em 1979 devolveu ao autor a possibilidade de retomar a carreira docente na USP, circular entre movimentos sociais e sindicais e participar ativamente da fundação e da direção do Partido dos Trabalhadores, constituindo sua problemática de pesquisa nesse contexto de intensa atividade política.

3 A tese de Eder Sader, aprovada em fins de 1987, teve a orientação de seu tio, Azis Simão, autor de uma obra formadora da agenda de pesquisas sobre sindicalismo no Brasil. Marilena Chauí, Francisco Weffort, Flavio Pierucci e Orlando Miranda compuseram a banca examinadora. A única mulher presente ao exame prefacia a publicação póstuma (CHAUÍ, 1988), feita pela Editora Paz e Terra, na qual Marco Aurélio Garcia assina o posfácio (GARCIA, 1988).

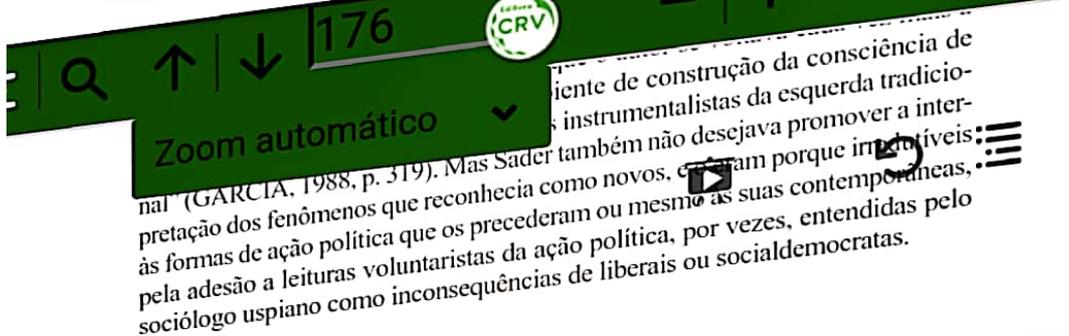
- 3 A tese de Eder Sader, aprovada em fins de 1987, teve a orientação de seu pai, Eder Sader, autor de uma obra formadora da agenda de pesquisas sobre sindicalismo no Brasil. Mariléna Chauí, Francisco Weffort, Flavio Pierucci e Orlando Miranda compuseram a banca examinadora. A única mulher presente ao exame prefacia a publicação póstuma (CHAUÍ, 1988), feita pela Editora Paz e Terra, na qual Marco Aurélio Garcia assina o posfácio (GARCIA, 1988).

A produção intelectual de Eder Sader após o retorno do Chile e da França alia-se ao pensamento dele no período anterior ao exílio pela característica de, antes e depois da ausência forçada, pensar contra a corrente dominante na esquerda. Segundo Marco Aurélio Garcia (1988), as derrotas de comunistas e socialistas na América Latina e as vicissitudes da União Soviética aprofundaram em Sader a recusa ao vanguardismo e a desconfiança em relação às análises que deduzem a ação política da estrutura econômica. Para Sader,

é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características “estruturais”, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado (SADER, 1988, p. 38).

A relação criticada na citação acima é encontrada em um artigo de Maria Hermínia Almeida (1975), no qual a autora afirma que, quando pensada a ação sindical no ABC paulista em relação direta com a estrutura industrial da região, podia-se identificar o surgimento de um “sindicalismo de negócios” no Brasil, muito próximo ao experimentado na indústria automobilística dos Estados Unidos, com caráter combativo, apolítico e fincado na mobilização interna às fábricas. De acordo com Sader, a propositura analítica de Maria Hermínia, baseada em uma exclusividade teórico-metodológica, induziu-a a afirmar que uma mesma estrutura produtiva produziria uma única forma de ação sindical. O autor, então, analisa criticamente o trabalho da cientista política, questionando como se explicariam as diferentes frentes sindicais existentes em um mesmo ramo industrial. Isso porque os levantamentos de Eder Sader revelavam enorme diversidade de correntes de orientação política em disputa pelo sindicalismo da região mais industrializada do país, mesmo quando se tratava de um setor particular e tecnologicamente mais avançado naquele contexto. Ele, então, recorre à Antropologia de Marcel Mauss (1966) para sustentar que, diante de uma mesma solicitação, as comunidades humanas podem apresentar uma gama de respostas.

A recusa de Eder Sader ao estruturalismo marxista, que não significava aversão às contribuições seminais da crítica da economia política, e a busca por recursos teóricos variados demonstram que o autor se voltava cada vez mais à reflexão sobre a democracia como ambiente de construção da consciência de classe, pensando assim “fora dos cânones instrumentalistas da esquerda tradicional” (GARCIA, 1988, p. 319). Mas Sader também não desejava promover a interpretação dos fenômenos que reconhecia como novos, e o eram porque irredutíveis às formas de ação política que os precederam ou mesmo às suas contemporâneas, pela adesão a leituras voluntaristas da ação política, por vezes, entendidas pelo sociólogo uspiano como inconseqüências de liberais ou socialdemocratas.



Para evitar a exclusividade metodológica na compreensão dos movimentos sociais, Eder Sader toma como referências interpretativas de seu estudo os já citados Touraine e Mauss, somando ainda Karl Marx (1974), seu inspirador inicial, Edward Thompson (1987), Max Weber (1944), Antonio Gramsci (1968), Cornelius Castoriadis (1985) e Hannah Arendt (1981). A recorrência a esses autores, no entanto, se faz pela apresentação precisa do que será aproveitado e do que será refutado em suas contribuições. Nos estudos de Marx (1974) sobre Luís Bonaparte, por exemplo, o sociólogo uspiano encontra as perspectivas mais interessantes sobre a relação entre as condições de classe objetivas e os cortes, as reconfigurações e os cruzamentos de seu aparecimento político, o qual depende de uma construção subjetiva, não estabelecida previamente. A retomada de Gramsci (1968) no trabalho de Sader segue promovendo o diálogo com o marxismo através da discussão sobre os diferentes mecanismos de hegemonia que, segundo o italiano, operam a produção do consentimento entre os trabalhadores em favor da classe dominante. Essa multiplicidade de mecanismos dificultaria as pretensões do analista que esteja “pretendendo explicar movimentos sociais por determinações estruturais” (SADER, 1988, p. 41). E mais, o sociólogo brasileiro diz que a literatura sobre sindicalismo e movimentos sociais urbanos estava constatando ambiguidades nos processos de organização e representação dos trabalhadores e isso inclinaria as investigações para o plano da atribuição de significado e dos sentidos constituintes da vida social, tal como Weber enuncia.

O caráter processual da construção de significações e sua relação com a formação de organizações de luta por parte dos trabalhadores da Grande São Paulo, na perspectiva de Eder Sader, teria seu entendimento à luz dos trabalhos de Edward Thompson porque este elucidou a partir do caso inglês, a relação entre as condições de existência dos operários e as características do movimento sindical que eles constituíram. A recorrência a Castoriadis, por sua vez, se dá na busca de inserir a incerteza e a criatividade no fazer histórico, ou seja, como parte da relação entre a estrutura de produção e a ação política dos trabalhadores. Dessa forma, Sader pretendia evitar qualquer perspectiva de exagerado racionalismo que viesse a enquadrar os movimentos sociais e sindicais na busca de vantagens ou finalidades claramente definidas em termos estritamente econômicos.

Neste momento, cabe uma nota importante sobre a presença de Hannah Arendt (1981) no trabalho de Eder Sader, bem como sobre o diálogo do autor com a psicanálise. Para valorizar a análise do discurso dos diferentes agentes de mobilização política da transição à democracia no Brasil, o sociólogo uspiano buscou na filósofa judia os aportes que estabelecem o discurso como elemento constituinte dos sujeitos. No entanto, o autor pondera a contribuição de Arendt com o saber psicanalítico, quando este alerta que o discurso



Ar... Zoom automático
com... em como sobre o diálogo do autor
de mobilização política da transição à democracia no Brasil, o sociólogo
uspiano buscou na filósofa judia os aportes que estabele... o discurso com
elemento constituinte dos sujeitos. No entanto, o autor pondera a contribui-
ção de Arendt com o saber psicanalítico, quando este alerta que o discurso

não revela o sujeito de forma transparente, cabendo, portanto, uma imersão interpretativa nas matrizes discursivas dos sujeitos.

O ecletismo teórico na obra de Eder Sader ocorre, como se pode perceber, diante da necessidade de construção e interpretação complexas do seu objeto de pesquisa, precisamente, os novos sujeitos coletivos da transição democrática brasileira. Para além do Novo Sindicalismo, o autor se voltou também às Comunidades Eclesiais de Base, aos Clubes de Mães e às Comissões de Saúde da periferia leste de São Paulo.

É o reconhecimento da complexidade desses agentes e a articulação de autores situados em distintas e até opostas tradições teóricas para construir uma problemática de investigação sociológica que aproximam as formulações de Eder Sader às perspectivas de Pierre Bourdieu. Esse último considerava a construção do objeto como “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Para o francês, nada seria mais enganoso que percorrer o conjunto da investigação sem reescrever e redimensionar, a partir dos achados da pesquisa, o objeto inicialmente delimitado. E mais, a eclética utilização das teorias era justamente o recurso possível para atender ao caráter multifacetado dos temas enfrentados ao longo de um trabalho de investigação com pretensão heurística. Eder Sader, por sua vez, admite que a dificuldade em construir o objeto se apresentou desde o início de sua pesquisa. Como ele mesmo diz,

o modo como procurei entender o significado do que acontecia, através dos movimentos sociais em São Paulo, exigiu um longo percurso intelectual, que percorri sem saber, no início, exatamente do que se tratava. Fui levado por minhas interrogações, que, no início, nem tinham seus contornos bem definidos, mal podendo configurar um “objeto de pesquisa” tal como apareceu no meio da jornada. Até que, quase simultaneamente, se desenharam com mais clareza o objeto, a questão e os caminhos da pesquisa (SADER, 1988, p. 18).

O sociólogo uspiano indica, na citação acima, que o ecletismo teórico em seu trabalho se apresentou, por um lado, como solução para os impasses insolúveis que encontrava na tentativa de construir seu objeto de pesquisa com base em inspirações analíticas que supostamente explicavam os movimentos sociais pela vinculação exclusiva com a estrutura econômica ou de classe dela decorrente. Por outro lado, Sader, ao expor as diferentes técnicas de pesquisa utilizadas, aproxima-se novamente de Bourdieu que afirma ser o ecletismo metodológico uma decorrência da articulação de distintas teorias. O estudioso brasileiro admitiu a reunião de uma multiplicidade de técnicas para a pesquisa sobre os novos sujeitos políticos da transição à democracia, elencando as seguintes:

depoimentos pessoais, dados estatísticos, reportagens jornalísticas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, relatórios de grupos de pesquisa e arquivos documentais do sindicalismo e das pastorais sociais católicas.

Rotinas ecléticas na agenda movimentalista contemporânea

A agenda de trabalho intelectual em torno dos movimentos sociais se mantém relevante na pesquisa sociológica brasileira e mundial. É possível constatar nos estudos contemporâneos a incorporação dos debates de natureza teórico-metodológica que constituíram as referências desse campo de investigação, demonstrados na seção anterior. Essa incorporação se deu em sínteses crítico-inovadoras no plano da relação entre abordagens teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa ou, como prefere José de Souza Martins (2000), entre métodos lógicos e métodos técnicos. Um bom exemplo dessas sínteses está no trabalho de Irllys Barreira sobre movimentos sociais urbanos na capital cearense, publicado no início dos anos de 1990. Segundo a autora,

movimentos sociais são frutos de um cenário que lhes antecede, mas que pode ser ultrapassado no plano criativo da ação coletiva. São assim criadores e criaturas de uma ordem social. [...] O cenário, nessa perspectiva, não se reduz a uma lógica predeterminada de vez que as condutas sociais não são simples respostas à situações já dadas, mas elas próprias criam o acontecer social (BARREIRA, 1992, p. 160).

A citação acima conforma uma perspectiva relacional para a questão fundante da Sociologia que se reapresenta na agenda movimentalista de pesquisa. Irllys Barreira enfatiza a capacidade dos agentes coletivos de produzir o social em sua agência, não sem considerar os estrangimentos independentes da vontade dos agentes, mas entendendo que iniciativas e limitações podem se arranjar de diferentes formas com resultados não totalmente determinados ou previstos. Esses arranjos complexos são a matéria de reflexão para quem analisa os movimentos sociais contemporâneos.

Se, para Irllys Barreira, os métodos lógicos devem evitar posturas exclusivistas, para Paul Almeida (2020) os métodos técnicos podem ser trabalhados em conjunto conforme a demanda do objeto de estudos. O autor, portanto, reafirma o ecletismo e, em publicação recente do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, organização com forte influência sobre a agenda atual de estudos movimentalistas, sustenta que

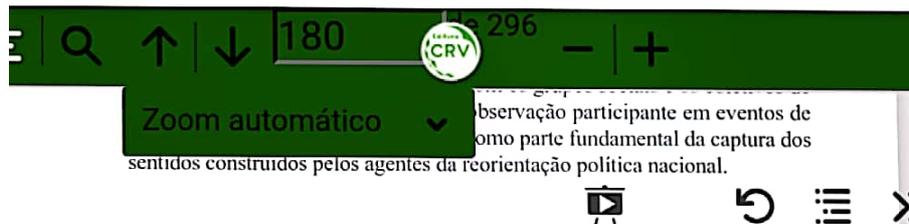
a fin de comprender mejor la dinámica social en sus múltiples dimensiones (como los tipos de agravios y la magnitud de la movilización), los investigadores empleen métodos múltiples en el mismo estudio,

como la combinación de entrevistas con análisis de eventos de protesta (ALMEIDA, 2020, p. 82).

Como se pode perceber, Paul Almeida defende a perspectiva na qual a diversidade das formas de acesso a informações se impõe como uma necessidade para a compreensão de fenômenos complexos, ensejados pelas ações coletivas de contestação. Essa ratificação da atualidade do ecletismo metodológico acompanhará a observação da produção contemporânea sobre movimentos sociais. Nesse sentido, os trabalhos de Breno Bringel, Renata Motta e Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba serão revisitados nesta seção para mais um aprofundamento sobre a permanência e a fecundidade do não exclusivismo teórico-metodológico em nossos dias.

As mobilizações de junho de 2013 no Brasil são a matéria de reflexão do cientista político Breno Bringel na busca de compreender a reconfiguração em múltiplas direções da relação entre a sociedade nacional e o Estado. Esse processo de mudança societal teve início com atos de contestação ao aumento das passagens do transporte coletivo na cidade de São Paulo, assumindo uma gama de temas e reunindo centenas de milhares de pessoas em protestos por todo o país. Os impactos do junho brasileiro ainda estão presentes e seguem sendo interpretado por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, mas o texto assinado por Breno Bringel (2013) destaca-se por ser uma das produções mais relevantes dentre as escritas no calor dos acontecimentos. O artigo traz o título “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013” e foi publicado pela revista *Insight Inteligência* poucos meses após a agitação das ruas.

Breno Bringel (2013) destaca a necessidade de analisar a política para além de uma perspectiva exclusivamente institucional, porque somente assim se poderia entender a importância que a mobilização nas ruas brasileiras assumiu naquela conjuntura. Boa parte das interpretações disponíveis sobre o junho brasileiro, segundo Breno Bringel, estariam muito ligadas a embates partidários, à apropriação das manifestações, ao “curto-prazismo”, a certo provincianismo, a visões rígidas da política ou à defesa do *status quo*, incluindo a defesa do governo petista. Para o cientista político, essas formas de apreender o fenômeno não pareciam capazes de captar as gramáticas das ações coletivas em franco processo de atualização e recriação. Do ponto de vista das técnicas de pesquisa, o artigo elenca as seguintes: observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica. De acordo com Bringel, não seria possível imergir nas inovações organizativas das mobilizações de 2013 no Brasil sem a aproximação e a interação face a face com os grupos sociais e os coletivos de mobilização. Isso tornou necessária a observação participante em eventos de protesto e em reuniões de preparação, como parte fundamental da captura dos sentidos construídos pelos agentes da reorientação política nacional.



A imersão nos movimentos sociais de junho de 2013 não foi capaz de dirimir as lacunas que se apresentavam no momento de análise das anotações etnográficas, principalmente no que diz respeito à relação entre os participantes dos eventos de protesto que já tinham envolvimento prévio com movimentos sociais e aqueles que ali inauguravam uma maior politização. Isso impôs a realização de entrevistas para colocar aos ativistas temas não tão evidentes no momento dos eventos de protesto. Para analisar as respostas obtidas, são acionadas as reflexões de Doug McAdam (1995), membro da conhecida agenda de estudos estadunidense sobre confronto político (*Contentious Politics*). Destaca-se a interessante diferenciação teórica entre movimentos iniciadores e movimentos derivados, na qual os primeiros, cujos membros costumam já ter uma trajetória de participação política, são responsáveis por identificar brechas e encorajar a mobilização. Já os segundos são aqueles que, articulados aos primeiros e atraídos por diferentes formas de contágio social da indignação, valem-se criativamente do cenário aberto. Breno Bringel, então, interpreta os resultados de suas entrevistas e nelas busca identificar a clivagem proposta por McAdam, concluindo que, apesar do reconhecimento em torno do Movimento Passe Livre (MPL) como o iniciador dos levantes de junho, os movimentos que derivaram da conjuntura aberta pelo MPL não se mantiveram a ele vinculados na forma de ação e na agenda de reivindicações.

A busca pela explicação da aparente desconexão entre iniciadores e derivados, imprevisível para a teoria do confronto político, permite a Bringel construir o conceito de desbordamento societário para entender o que se passou no Brasil em 2013. Segundo o autor, o desbordamento ocorre

quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados, os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados. Os protestos abrangem, neste caso, um espectro mais amplo da sociedade e não somente os movimentos sociais e redes de mobilização (BRINGEL, 2013, p. 45).

A citação indica que a desconexão percebida nas entrevistas foi a forma de espraiamento societal das mobilizações, sendo capaz de torná-las um significativo movimento de mudança da percepção social até mesmo de quem não estava diretamente envolvido nos protestos. E mais, ao comparar com ocorrência semelhante percebida em sua pesquisa sobre os *Indignados* na Espanha, Breno Bringel, para além do que McAdam propôs, acaba também rompendo com o que Marcos Abraão Rêbeiro (2020) chama de nacionalismo metodológico, ou seja, a ênfase em supostas particularidades brasileiras na interpretação dos acontecimentos políticos do país.

O estudo sobre o levante social de 2013 no Brasil não só reúne múltiplas técnicas de pesquisa como reafirma o ecletismo teórico ao constituir referências

a partir do já citado Doug McAdam, mas também de Charles Tilly (1978), outro membro destacado do projeto *Contentious Politics*, e Alberto Melucci (1989), sociólogo pós-marxista italiano. Em Tilly, Breno Bringel busca a perspectiva atenta às formas de ação coletiva de contestação e, em Melucci, encontra os

a partir do já citado Doug McAdam, mas também de Charles Tilly (1978), outro membro destacado do projeto *Contentious Politics*, e Alberto Melucci (1989), sociólogo pós-marxista italiano. Em Tilly, Breno Bringel busca a perspectiva atenta às formas de ação coletiva de contestação e, em Melucci, encontra os postulados para evitar a miopia do visível, aquela atitude analítica na qual só se interpreta as características mais evidentes de um movimento social.

O livro *Entre Controvérsia e Hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil*, lançado pela Editora Fiocruz em 2018, apresenta a pesquisa doutoral de Renata Motta. A obra é marcada pela abordagem das Ciências Sociais para os temas agricultura, alimentação e movimentos sociais, com forte destaque para o exercício analítico próprio da política comparada. Motta admite que se inspira em comparações qualitativas macroanalíticas, com menção a Adam Pzeworski e Henry Teune (1970) e Theda Skocpol (1976), para enfatizar os conflitos sociais que estão na base do estabelecimento pioneiro de uma bio-hegemonia favorável aos transgênicos na Argentina e da controvérsia política em relação à transgenia no Brasil. Para lidar com os casos elencados, considerando que a Argentina e o Brasil são os maiores produtores mundiais de cultivos transgênicos, a obra recorre a um desenho de pesquisa apropriado a “sistemas mais similares com resultados diferentes” (MOTTA, 2018, p. 45). Essa opção metodológica permite construir uma análise centrada nos casos e não nas variáveis, valorizando analiticamente as semelhanças e as diferenças entre os dois países e promovendo a identificação das instâncias relevantes na explicação das diferentes trajetórias.

A escolha metodológica da autora relaciona-se com a orientação teórica da investigação em que se articulam tanto a análise centrada no ator, como os planos macro e mesossociológicos. Isso tudo, segundo Renata Motta, se entrelaça na apreensão da qualidade eminentemente política dos debates públicos sobre cultivos transgênicos, nos quais os movimentos sociais participam ativamente da disputa dos significados coletivos. A autora recusa a relação exclusiva individualismo metodológico e as pesquisas de opinião pública, propondo pensar os casos argentino e brasileiro a partir de correntes teóricas cujas imbricações entre democracia e esfera pública embasam fecundas agendas e perspectivas analíticas sobre o espaço e o debate público. O trabalho de Motta articula também o ecletismo da pesquisa movimentalista com o caráter caleidoscópico das pesquisas em ciências humanas e sociais sobre transgênicos.

O estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina se deu sem impedimentos iniciais, recebendo resistência social somente em período posterior. Essa não resistência, segundo a obra, se deveu ao momento neoliberal dos anos 1990 e à associação entre os cultivos transgênicos, a alta produtividade e a modernização econômica do país. Nesse contexto, a ausência de

O estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina se deu sem impedimentos iniciais, recebendo resistência social somente em período posterior. Essa não resistência, segundo a obra, se deveu ao movimento neoliberal dos anos 1990 e à associação entre os cultivos transgênicos, a alta produtividade e a modernização econômica do país. Nesse contexto, a ausência de

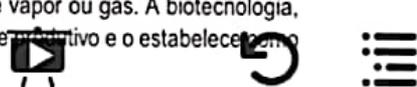
movimento camponês organizado nacionalmente colaborou com a transgenia, considerando que o Movimento Nacional Campesino Indígena só viria a se organizar em 2005. Para Renata Motta, impulsos globais, em parceria com o Estado nacional, promoveram uma verdadeira revolução biotecnológica na Argentina, que lhe custou a pecuária em troca dos altos índices de produção na agricultura e da expansão da área plantada. O Estado argentino já contava com um órgão para regular a biotecnologia em 1991, tendo perfil técnico-científico e sem participação da sociedade civil. Isso assegurou pouca controvérsia pública em torno do uso comercial de sementes de soja transgênica da empresa Monsanto em 1996, porque não havia na comunidade científica argentina resistência forte à biotecnologia.

O início dos anos 2000 trouxe a crise econômica, a emergência alimentar e a convulsão política argentina. A formação de uma resistência social aos transgênicos, liderada muito mais pelo movimento camponês do que pelos agricultores familiares⁴, se estabelece nesse período (MOTTA, 2018). A construção da identidade dos camponeses e dos povos indígenas foi fundamental para a reivindicação de uma maneira diferente de se relacionar com a terra e a natureza. Isso se apresentou nas ações de resistência com caráter disruptivo, acionadas pelo movimento indígena para impedir despejos forçados decorrentes do avanço do mercado de terras no mundo rural argentino. Ao mesmo tempo, repertórios de ação mais institucionais (negociação, parceria e pactos) foram acionados para a obtenção de uma lei de sementes contrária a Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Quando a fumigação de agrotóxicos⁵ se tornou mais intensa, os pobres rurais constituíram protestos que ampliaram a conflitualidade em torno dos cultivos transgênicos argentinos.

O trabalho de Renata Motta propõe uma interessante leitura da relação entre a questão agrária e a questão da saúde, evidenciada pelo aumento dos casos de câncer nas regiões fumigadas. A construção de um mapa epidemiológico pelos movimentos sociais, com base nos bairros atingidos pela fumigação nos pampas, assume destacada importância no trabalho da autora porque significa a produção contra-hegemônica de conhecimento e uma das dimensões mais criativas das forças sociais contrárias à imbricação entre economia e ciência, tão bem representada pelo modelo biotecnológico. Para Motta, essa ação, promovida pelo movimento Mães de Ituzaingó, aproveitou a convivência nos bairros como base

4 O movimento camponês reúne famílias rurais com larga permanência em determinado território cuja produção se dirige ao consumo doméstico e local, tendo maior vinculação cotidiana e simbólica com o espaço agrário. Os agricultores familiares são trabalhadores rurais mais integrados às cadeias de valor e aos grandes mercados agrícolas cuja produção pode alcançar até consumidores internacionais.

5 O controle de pragas por fumigação se realiza, nas mais diferentes culturas agrícolas, pelo espalhamento de compostos químicos ou formulações pesticidas voláteis no estado de vapor ou gás. A biotecnologia, por sua vez, alia pesticidas, sementes e fertilizantes em um mesmo pacote produtivo e o estabelece como padrão global.



para a construção dos saberes com os quais se fez a luta política anti OGM. A mobilização das mães agregou à luta social contra os transgênicos a questão do cotidiano e a questão de gênero, bem como o forte simbolismo das mulheres na política argentina. Os laços comunitários permitiram às mulheres o acesso às situações calamitosas enfrentadas pelos adoecidos da fumigação, constituindo um discurso sobre as consequências da bio-hegemonia para a saúde humana com base em evidências sensíveis. Isso se somou à emergência de posições críticas aos transgênicos no campo científico argentino. Qualquer teoria presa à exigência de reduzir ao indivíduo uma ação complexa, que só se realiza no coletivo, não captaria a zona de criatividade dos movimentos sociais da Argentina frente aos cultivos transgênicos na última virada de século.

A controvérsia em torno dos transgênicos e a resistência à bio-hegemonia por parte dos movimentos sociais da Argentina e do Brasil são interpretadas com as referências das teorias do confronto político, articuladas ao arcabouço da Sociologia Rural em diferentes escalas. Esse ecletismo teórico soma-se aos aportes da Sociologia dos movimentos sociais latinoamericanos e aos estudos sobre o ativismo transnacional em uma articulação crítica que permite à autora balizar adequadamente os seguintes fenômenos: o impulso global do neoliberalismo à biotecnologia, a regulação e os tratados dos organismos multilaterais, o ativismo transnacional anti OGM e a mobilização em escala nacional e local dos movimentos sociais. A autora, ao estabelecer dois capítulos para cada caso e adentrar ao plano nacional, repõe o papel do Estado com forte relevância na constituição das trajetórias diferenciadas que a levam ao diálogo com as discussões sobre neoliberalismo na América Latina e com o debate sobre lulismo⁶ e kirchnerismo⁷.

Considerando-se a pesquisa de Renata Motta, o caso brasileiro traz marcas distintas do argentino. Isso porque, no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma ação judicial do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apoiada pelo Ministério Público Federal, contra a soja transgênica, culminou em uma liminar que se configurou como uma moratória legal. Isso atrasou a entrada da biotecnologia nos cultivos do país. A resposta do poder judiciário colaborou para a ampliação da percepção pública do tema dos transgênicos a partir do princípio da precaução, porque a ação judicial teve significativa cobertura midiática, ampliando o alcance do discurso da coalizão contrária à transgenia. A moratória estabelecida pela liminar só teve fim em 2005 quando foi aprovada a Lei de Biossegurança

6 Para aprofundamento sobre lulismo, ver André Singer (2012).

7 O kirchnerismo é um movimento político-eleitoral argentino de centro-esquerda cuja maior referência é Néstor Kirchner (que presidiu o país de 2003 a 2007 e faleceu em 2010), e sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, presidente da Argentina de 2007 a 2015.

por iniciativa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado com a eleição de Lula da Silva em 2002.

As expectativas dos movimentos sociais rurais em torno da reforma agrária e do fortalecimento de políticas para a agroecologia eram altas quando da chegada do PT ao poder. Segundo Motta (2018), os agentes da mobilização no campo esperavam que o governo petista os atendesse em detrimento das propostas do agronegócio, cada vez mais afeito à transgenia e à produção em larga escala de grãos para o mercado internacional. Essa expectativa não era infundada. O apoio da bancada petista no Congresso Nacional à controvérsia contra os OGM ao longo dos anos 90 e a perspectiva de tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos, trazida ao debate público no contexto da eleição do petista Olívio Dutra ao governo gaúcho em 1998, criaram a expectativa de que o governo nacional petista, eleito em 2002, seria um aliado da mobilização contrária aos transgênicos. E mais, no processo eleitoral, a campanha *Por um Brasil livre de transgênicos*, promovida por uma aliança entre movimentos rurais, ONGs ambientalistas e consumidores organizados, conseguiu inserir no programa de governo do candidato Lula da Silva a perspectiva de assegurar a moratória aos OGM até que estudos conclusivos fossem realizados. A soja transgênica havia sido, inicialmente, traficada da Argentina por fazendeiros da fronteira sul do país.

Renata Motta identifica as decisões do governo petista como elementos bastante significativos para o avanço da transgenia no Brasil na década seguinte ao estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina. Isso se relaciona com a renovação do pacto de economia política em favor do agronegócio que, desde 1999, vem recebendo forte investimento federal para viabilizar sua produção para o mercado externo onde encontrou compradores de grande porte, como a China.

Esse pacto de economia política (DELGADO, 2010) estava em pleno vigor quando o governo Lula da Silva estabeleceu sua agenda nacional com reformas distributivistas sem confronto com o capital (SINGER, 2012), sendo essa agenda um caminho de baixa conflitualidade com o poder econômico. Isto se expressou, quando se tratou de OGM, na permissão do cultivo de soja transgênica, apesar da oposição de movimentos sociais, de parte dos parlamentares petistas e do próprio governo. A construção hegemônica dos transgênicos no Brasil se deve, em grande medida, à dependência da bancada ruralista que o governo Lula passou a experimentar desde o escândalo de corrupção, conhecido como “mensalão”⁸, em 2005. Segundo Renata Motta (2018), durante os governos do PT decisões favoráveis à transgenia no Brasil

8 Escândalo político-midiático, ocorrido no primeiro mandato petista, quando membros do PT que ocupavam altos cargos no governo federal foram acusados de manter um esquema de corrupção junto a parlamentares do Congresso Nacional. O episódio culminou com a condenação de vários ex-ministros do governo petistas.



estiveram na base da necessidade de acomodação institucional para aprovação no Congresso Nacional da agenda prioritária do governo. Essa agenda incluía o combate à fome e à pobreza e a valorização internacional dos preços dos grãos vendidos pelo país, o que significava maior arrecadação e consequente solução para o problema do déficit das contas públicas. A liberação do milho transgênico em 2008 é outra evidência da admissão dos pleitos dos representantes da biotecnologia pelo governo petista, definindo, assim, um resultado aproximado ao argentino, a despeito da controvérsia ter se apresentado desde a introdução dos transgênicos e ter sido capaz de retardar a inserção dos OGM nos cultivos brasileiros.

A articulação fecunda entre a Sociologia dos movimentos sociais e a pesquisa em política comparada constitui, como se pode ver, o percurso e as conclusões da autora que se fizeram com a reunião de diferentes técnicas e materiais de pesquisa. Renata Motta esclarece ter utilizado “base de dados oficiais, fontes documentais, literatura secundária e dados primários coletados em entrevistas, em artigos de jornais e na *Internet*” (2018, p. 18). Isso permitiu reafirmar a ruptura com o nacionalismo metodológico, ruptura esta também presente no trabalho de Breno Bringel, e reunir informações sobre as múltiplas dimensões de dois processos conflitivos que, embora tenham o mesmo resultado, conjugam temporalidades e distintos modos dos movimentos sociais constituírem reivindicações.

A última referência a ser observada nesta seção é o artigo de Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) que foi o mais citado de *Dados – Revista de Ciências Sociais* no *Web of Science*. As autoras adentram nas relações entre o governo Lula da Silva e os movimentos sociais, compreendendo que nessa conjuntura se realiza a maior presença de líderes sindicais em postos do alto escalão governamental desde a redemocratização. As autoras têm como ponto de partida a evidência de que quase 45% dos ministros dos dois primeiros mandatos petistas (2003-2010) tinham passado pelo sindicalismo ou por organizações movimentalistas.

Abers, Serafim e Tatagiba admitem que, no contexto de forte aproximação constituído pela chegada do PT ao poder, “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras” (2014, p. 326). E, para melhor compreender essas formas inovadoras, as autoras lançam mão de estudos exploratórios realizados no ano de 2010 sobre a presença de ativistas nos ministérios que tratam das políticas agrorreformista e urbana e na Secretaria Nacional de Segurança Pública. A esses estudos, somam-se a análise de literatura secundária e entrevistas em profundidade com membros do alto escalão do governo petista oriundos de movimentos sociais e sindicais.

A combinação das técnicas de pesquisa mostra-se fecunda não só para a obtenção das informações, como também para uma revisão de conceitos encontrados na produção de Charles Tilly e dos demais membros do projeto de pesquisa *Contentious Politics*. O artigo acaba por abrir novas perspectivas, na medida em que busca entender a relação entre governo e sociedade do ponto de vista de quem está ocupando cargos de confiança na burocracia estatal, embora tenha passado por setores movimentalistas e mantenha vínculos com eles. Isso se mostra inovador no contexto de uma agenda de pesquisa que, por vezes, pensa a relação Estado-sociedade civil exclusivamente do ponto de vista dos ativistas e do confronto entre esses e as instituições políticas. Nas palavras das autoras, “adaptamos o conceito de repertório [de ação], originalmente concebido para o estudo dos movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade” (2014, p. 327). Isso permitiu às autoras propor o conceito de repertórios de interação que tem sido acolhido pelos pesquisadores de movimentos sociais, a julgar pelos resultados obtidos em plataformas de buscas de artigos publicados sobre a temática.

O mapeamento de repertórios de interação entre governo Lula e movimentos sociais indica três repertórios. De acordo com Abers, Serafim e Tatagiba, o primeiro repertório teria proeminência de práticas negociadoras e estaria no campo da agenda de política urbana, na qual “os movimentos sociais se adaptavam ao novo contexto, procurando combinar rotinas de interação baseadas na participação institucional em conselhos e conferências com um estilo mais personalizado de negociação” (2014, p. 347). O segundo repertório, por sua vez, estaria na política agrorreformista em que funcionários do Estado e ativistas dos movimentos rurais articulavam mobilizações para a criação de uma rotina de negociações, marcada por demonstrações públicas de força e pela capacidade dos agentes não governamentais estabelecerem a pauta de negociação. O terceiro repertório estaria na política de segurança pública na qual as autoras identificam a participação social como uma demanda muito mais liderada pelos ocupantes de cargos de confiança do que por mobilizações da sociedade civil.

As autoras concluem pela ausência de uma política geral de participação no governo Lula, que acabou permitindo o surgimento de diferentes formas de relação entre o governo e a sociedade civil. Essas formas variavam de acordo com o campo ministerial e entendê-las requer “examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 348). As autoras reconhecem que, se sua pesquisa tivesse sido guiada por um olhar exclusivo sobre a ação institucional ou movimentalista, a apresentação dessa contribuição relacional e inovadora à literatura sociológica não seria possível.

que
prát
(AB
que, se sua pesquisa tivesse sido guiada por um olhar exclusivo sobre a ação
institucional ou movimentalista, a apresentação dessa contribuição relaciona
e inovadora à literatura sociológica não seria possível.

Considerações finais

Este texto avaliou a dificuldade de realizar a pesquisa sobre os movimentos sociais a partir da exclusividade metodológica. A Sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu foi apresentada como base epistemológica das razões legitimadoras do ecletismo metodológico, que se tornou prática cotidiana na pesquisa social, precisando ser repensado para que a rotinização não prejudique o investimento analítico. Nesse sentido, o reencontro com textos referenciais para discuti-los do ponto de vista do método ocupou toda a primeira seção do presente texto e permitiu observar que em trabalhos inspirados da pesquisa sobre movimentos sociais, o ecletismo apresenta-se tanto no plano das teorias como no uso das técnicas e materiais de investigação.

O ecletismo tácito ou explícito dos estudos de referência foi apresentado na segunda seção deste texto, que enveredou por distintas pesquisas para mensurar em que medida a reunião de diferentes métodos lógicos ou técnicos segue sendo capaz de abrir vias fecundas de investigação. Essa imersão percebeu olhares interpretativos atentos à formação das mobilizações para além dos eventos de protestos, demandando, portanto, a combinação entre a observação participante dos atos reivindicatórios e as entrevistas semiestruturadas com organizadores e participantes, a serem feitas fora do evento em si. E mais, também foi possível identificar a recusa ao nacionalismo metodológico e a articulação fecunda entre as teorias dos movimentos sociais e os desenhos de pesquisa nascidos no campo da política comparada. O ecletismo metodológico seguiu mostrando sua capacidade de renovação teórica e promoção de interpretação não estanques sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil.

As tradições investigativas demonstram que certos objetos de pesquisa guardam afinidades eletivas com determinadas abordagens metodológicas, sendo esse o caso dos estudos de comunidades rurais e a observação participante (HEREDIA, 1979; SIGAUD, 2005), ou dos estudos comparativos sobre democracia e a estatística descritiva (PZREWORSKI *et al.*, 2000). As pesquisas sobre movimentos sociais, no entanto, parecem guardar implícita ou explicitamente uma relação quase inevitável com o ecletismo metodológico, reafirmando o papel desses agentes coletivos como formadores de uma realidade multidimensional, na qual são sintetizadas e recriadas as relações de poder e a própria sociedade. Este texto participou dessa discussão, reconhecendo sua contribuição contingente e sujeita a revisões, como tudo que é científico.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Maria Hermínia. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, n. 6, p. 49-74, 1975.

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARREIRA, Irllys. **O reverso das vitrines: conflitos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42-53, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. *In*: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set./dez. 2016.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **História-Unisinos**, v. 6, p. 11-28, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. Posfácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: Antigos e novos atores sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAMEL, Jacques. The positions of Pierre Bourdieu and Alain Touraine respecting qualitative methods. **British Journal of Sociology**, Londres, n. 49, mar. 1998.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, v. XXXV).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1966.

MCADAM, Doug. 'Initiator' and 'spin-off' movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUGOTT, Mark. **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 217-240.

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. **Os sentidos da reforma agrária no Lulismo**. 2018. 128 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), 2018.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MOTTA, Renata. **Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018.

OLIVEIRA, Gilberto. Rompendo o paradigma estratégico-realista: por uma perspectiva epistemológica eclética dos estudos de defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, p. 173-195, 2015.

PRATES, Jane. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 240-246, ago./dez. 2018.

PZREWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.

PZREWORSKI, Adam *et al.* **Democracy and development**. Political institutions and well-being in the world, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, p. 358-373, 2020. Resenha da obra de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismo e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-407, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; GADEA, Carlos. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 39-45, nov. 2005.



SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKOCPOL, Theda. France, Russia, China: a structural analysis of social revolutions. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 18, n. 2, p. 175-210, 1976.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **The poverty of theory and other essays**. London: Merlin Press, 1978.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Cambridge: Cambridge Press, 1978.

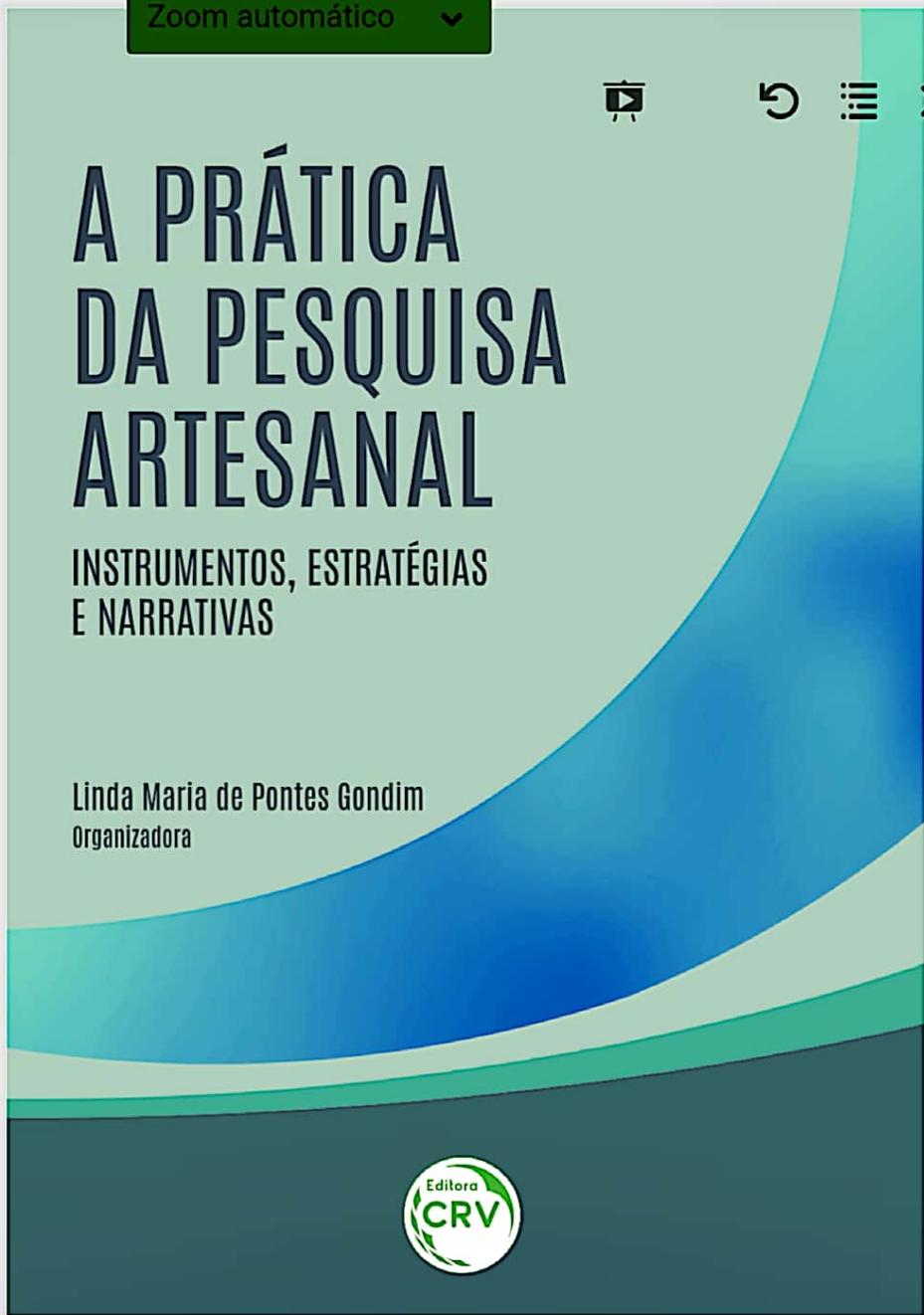
TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Cidade do México: FCE, 1944.



Navigation bar with search, zoom, and navigation icons. Includes a small circular logo with 'CRV' and the text 'Zoom automático'.





Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária Responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

P895

A prática da pesquisa artesanal: instrumentos, estratégias e narrativas / Linda Maria de Pontes Gondim (organizadora) – Curitiba : CRV, 2021.
296.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-1251-0

ISBN Físico 978-65-251-1250-3

DOI 10.24824/978652511250.3

1. Ciências Sociais 2. Metodologia de pesquisa 3. Pesquisa como artesanato intelectual
4. Pesquisa qualitativa – sociologia I. Gondim, Linda Maria de Pontes. org. II. Título III. Série.

CDU 300

CDD 300.72

Índice para catálogo sistemático
1. Pesquisa em Ciências Sociais – 300.72

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL
EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2021

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br



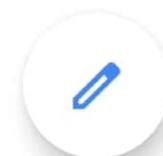
ELEIÇÕES MUNICIPAIS

2020

cenários, disputas e
resultados políticos



organizador
EMANUEL FREITAS DA SILVA



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020:

cenários, disputas
e resultados políticos



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020:
cenários, disputas
e resultados políticos

Organizado por
EMANUEL FREITAS DA SILVA

Fortaleza - CE
2021



2021, EDMETA

**Eleições municipais de 2020:
cenários, disputas e resultados
políticos**

ORGANIZADOR
Emanuel Freitas da Silva

PROJETO GRÁFICO
Ana Carolina Frota

DIAGRAMAÇÃO
Eleni Lopes

REVISÃO ORTOGRÁFICA
João Vianney Campos de Mesquita

EDMETA - EDITORA DIGITAL E IMPRESSA LTDA
Av. Desembargador Moreira, 2800, Sala 1008.

Bairro Aldeota Fortaleza - CE, Brasil

CONSELHO EDITORIAL
Francisco Horácio da Silva Frota
Maria Helena de Paula Frota
Maria Andréa Luz da Silva
Jeanete Filomeno Puchain Ramos

Irapuan Peixoto Filho

CREATIVE COMMONS
CC BY-NC
Esta licença permite que outros remixem,
adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não
comerciais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Eleições municipais 2020 : cenários, disputas e
resultados políticos [livro eletrônico] /
organizador Emanuel Freitas da Silva. --
Fortaleza : EDMETA, 2021.
PDF
Vários autores.
ISBN 978-65-96311-11-2
1. Direito eleitoral - Brasil 2. Eleições - Brasil
3. Eleições - Brasil 2020 4. Eleições municipais -
Brasil 5. Política eleitoral - Brasil I. Silva,
Emanuel Freitas da.

21-82641

CDU-342.843(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Eleições municipais : Brasil : Direito eleitoral
342.843(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7564

Editora

Instituições Parceiras





SUMÁRIO

- 07 INTRODUÇÃO
- 09 PARTE I. ELEIÇÕES E PANDEMIA
- 10 1. ELEIÇÕES NA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS, DISCURSOS E ATORES
Danyelle Nilin |UFC
- 30 PARTE II. NACIONALIZAÇÃO DE AGENDA E DISPUTAS LOCAIS
- 31 2. ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS DAS OPOSIÇÕES DE ESQUERDA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020
Gabriella Maria Lima Bezerra |UFRPE
Márcia Paula Chaves Vieira |UNICHRISTUS
Marcos Paulo Campos |UEVA
- 57 3. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: "NOVA NORMALIDADE" REJEITA O EXTREMISMO RELIGIOSO BOLSONARISTA? OU ACOMODA O CONSERVADORISMO CONFESSIONAL?
Marcelo Ayres Camurça |UFJF
- 79 4. ELEIÇÕES SOB CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA MORALIZANTE NA COMPETIÇÃO ELEITORAL
Gabriella Maria Lima Bezerra |UFRPE
Grazielle Albuquerque |UNICAMP
Monalisa Soares Lopes |UFC
- 110 5. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2020: PARTICIPAÇÃO FEMININA E APORTE NORMATIVO
Adriana Soares Alcântara |UECE
Francisco Josênio Camelo Parente |UECE
José Raulino Chaves |UFC
- 135 6. A INVISIBILIDADE FEMININA NAS CANDIDATURAS ÀS PREFEITURAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2020
Luciana Panke |UFPR
- 149 7. DERROCADA TUCANA NAS ELEIÇÕES 2020? O PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2012–2020)
Henrique dos Santos Curi |UNICAMP
José Raulino Chaves |UFC
- 170 8. ENREDOS E PERSONAGENS DA ELEIÇÃO DE 2020 EM FORTALEZA: A DISPUTA ENTRE GRUPOS POLÍTICOS E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DA CAMPANHA
Cleyton Vasconcelos Monte |FAC
Monalisa Lima Torres |UECE
- 194 PARTE III. ELEIÇÕES NAS CAPITAIS E GRANDES CIDADES
- 195 9. 2020 EM SÃO LUÍS-MA: UMA ELEIÇÃO, VÁRIAS DISPUTAS
Arleth Santos Borges |UFMA
Marcelo Fontenelle Silva |UFMA
- 231 10. ELEIÇÕES, GOVERNISMO E PÓS-CARLISMO EM SALVADOR: UMA ANÁLISE DA VITÓRIA DE BRUNO REIS NAS ELEIÇÕES 2020
Cláudio André de Souza |UNILAB
- 255 11. ELEIÇÕES DE 2020 EM TERESINA (PI): DA HEGEMONIA À DERROTA DO PSDB
Raul Wesley Leal Bonfim |UNICAMP
Vitor Eduardo Veras Sandes-Freitas |UFPI

Organizadores

Telma Bessa Sales
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Antonio Jerfson Lins de Freitas

LIVES

MUNDO DO TRABALHO NA PANDEMIA



SER
TÃO
CULT



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

João Batista Teófilo Silva
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Juliana Magalhães Linhares
Raimundo Alves de Araújo
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves
Viviane Prado Bezerra

Transcrições das entrevistas

Clara de Maria Oliveira Lopes
Cosma Silva de Araujo
Italo Ramon Sales Silva
Laís Araujo
Leticia Ferreira Gomes
Mateus Henrique Viana
Moema Hofstaetter
Rebeca Pinto Lopes

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araujo

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

L785 Lives: mundo do trabalho na pandemia. / Telma Bessa Sales, Carlos Augusto Pereira dos Santos, Antonio Jerfson Lins de Freitas (Organizadores.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

186p.

ISBN: 978-65-87429-93-9 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-94-6 - papel

Doi: 10.35260/87429939-2021

1. Pandemia-Mundo do trabalho. 2. Pandemia- Cenário de mudança. 3. Pandemia- Lives. 4. Pandemia- Novas tecnologias. I. Sales, Telma Bessa. II. Santos, Carlos Augusto Pereira dos. III. Freitas, Jerfson Lins de. IV. Título.

CDD 331.11
371.12

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

Cesar Sanson

VIDA E TRABALHO EM REDE: A internet que fragmenta e conecta trabalhadores.....15

Mayara de Araújo

CAPÍTULO 1 - Os trabalhadores do turismo em tempos de pandemia.....19

Moema Hofstaetter

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 2 - O mundo do trabalho.....39

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 3 - O trabalho docente.....53

Marcel Lima Cunha

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 4 - A Educação no Brasil em Tempos de Pandemia.....73

Francisco Alencar Mota

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 5 - Os trabalhadores da área da saúde em tempos de pandemia.....93

Marcos Aguiar Ribeiro

Telma Bessa Sales

